

A Defesa Nacional



Editorial da Agência Brasil

Agência Brasil - Rio de Janeiro

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXII

Brasil — Rio de Janeiro, Outubro e Novembro de 1945

Nº. 377-378

SUMÁRIO:

	Pags.
Editorial	561
No caminho de Damasco	565
Levantamento do esboço perspectivo sobre a carta "Carrousel" realizado no 9.º R. C. I.	583
A Escola de Estado Maior e a Instrução	587
Regulamento dos Tiros de Guerra	601
Dicionário Militar Brasileiro	615
A Primeira Missão do Pelotão de Minas do Regimento Sampaio	649
Reiterando um apelo	563
Centro de Instrução de Moto-Mecanização de Porto Alegre	687
Estudo Histórico Geográfico do México	695
Escola de Música do Exército	705
Noticiário & Legislação	725
	727

EDITORIAL

Fundada em 10 de outubro de 1913, entra A DEFESA NACIONAL no seu 32.^º ano de vida.

Do que tem sido esse já longo itinerário ao serviço das letras militares, entre nós, é testemunha o próprio Exército.

Através das páginas ilustres e já tradicionais de A DEFESA NACIONAL, têm-se feito ouvir as vozes mais abalizadas da oficialidade brasileira.

Todos os lances da vida profissional do nosso Exército, desde que existe esta revista, estão documentados nas suas coleções, porque em grande parte foram nela elaborados, na palavra, na discussão escrita, nas sugestões firmadas pelos que estavam em condições e desejavam influir nas reformas que se nos apresentavam no campo militar.

A DEFESA NACIONAL foi sempre a arena limpa onde todos puderam opinar, debater, sustentar e repelir idéias novas ou velhas, lançar propostas, analisar pontos de vista controversos, ventilar questões abertas.

Aqui tiveram ainda os oficiais, em todos os tempos, um veículo para as suas idéias, uma válvula para as suas aspirações, guardadas unicamente as restrições ditadas pelas regras da disciplina e da ética militares.

E tem sido também A DEFESA NACIONAL uma guardiã vigilante dos legítimos interesses da classe militar, quer acudindo espontaneamente quando êsses interesses sofram ameaça, quer abrindo as suas colunas aos que trazem alguma contribuição nova e honesta.

* * *

Quando, porém, A DEFESA NACIONAL, teve a sua prova máxima foi no decorrer da última guerra.

Aí há a distinguir dois distintos aspectos da sua campanha: a forma neutra por que se conduziu e o seu esforço no terreno da informação profissional.

No tocante à primeira parte foi realmente admirável a linha mantida, inflexivelmente, pela nossa revista. Não cedemos em nenhum momento ao empuxo dos grupos apaixonados, sobretudo o grupo simpatizante da Alemanha, que, por ser o mais ativo, sob os estímulos da marcha inicial da guerra, que lhes fôra francamente favorável, lograra impôr-se em muitos setores da vida militar nacional.

Pois bem, A DEFESA NACIONAL soube admiti-lo em suas páginas sem que fôsse rompido o equilíbrio, sem que ficasse comprometida a linha neutra da sua posição. E assim, não se viu, depois, na vexatória e equívoca contingência de fazer meia volta na sua orientação... Quando o Brasil

entrou na guerra não teve nenhuma virada a empreender...

Do ponto de vista profissional, não menos salutar se comprovou a orientação de A DEFESA NACIONAL. Os nossos oficiais tiveram, nas diversas fases da luta, por nosso intermédio, acesso a todas as fontes de informações. Isentos de preconceitos anti-russos precatados contra os desenfreíados entusiasmos pelo "gênio" alemão, atentos às impressionantes etapas da resistência britânica, confiantes no valor do povo americano, cuja preparação militar e disposição para a luta não podíamos subestimar "a priori", fomos transmitindo aos nossos leitores abundante material proveniente de todos os teatros da guerra e que representassem testemunhos e documentos dos diferentes partidos.

Profissionalmente era esse, estamos certos, o melhor serviço que podíamos prestar ao Exército durante a guerra, e prestamo-lo amplamente, na medida das nossas possibilidades.

* * *

E porque assim procedemos, sempre com o pensamento voltado para os verdadeiros interesses do nosso Exército, lutando contra a escassez de recursos financeiros que durante vinte anos exigiram dos administradores e dos colaboradores a renún-

cia a quaisquer remunerações, sómente concedidas depois, e em moldes singularmente parcimoniosos, sem acarretar aos cofres públicos outro onus que uma modesta subvenção e a concessão de um teto para trabalhar, não parece insólito estranhar que essa obra de longo e tenaz esforço, venha sofrer os efeitos da concorrência de outra publicação congêneres, largamente amparada com recursos financeiros de origem oficial.

Atente-se mais que, nesta altura, quando cessou por completo o choque das armas, a tradução sistemática, pura e simples, de qualquer revista militar estrangeira, sobre ser um luxo extravagante, não estimula o estudo das questões essencialmente concernentes aos nossos problemas militares.

Em verdade, o de que precisamos agora, é selecionar e recolher os mais variados elementos, informativos, e com êles formar a nossa própria documentação, adequada ao temperamento, aos recursos e às peculiaridade do meio físico brasileiro.

Por todos êsses motivos, encetamos com maior vigor e mais intransigente determinação este novo ano de existência A DEFESA NACIONAL, fiel aos compromissos estruturados na sua própria trajetória, está em campo para salvaguardar as tradições de autonomia da cultura profissional de nossos oficiais.

No caminho de Damasco

Reminiscências do General ALCIDES DE MENDONÇA LIMA FILHO

*Efeitos da hereditariedade sobre o caráter.
Influência da educação sobre as idéias*

Pelo Gen. SILVEIRA DE MELO

O João e o Alcides (o Sidoca) foram meus contemporâneos na Escola Militar. O João, desde a matrícula no Rio Pardo, o Alcides, depois, na Escola de Guerra. Tinham mais dois irmãos, o Bruno que conheci ainda garoto cursando o Colégio Militar e o Pedro com quem só me avistei nos últimos tempos, em seu *birô* de Superintendente do Banco do Brasil. Quatro homens de rara distinção, modelados segundo linhas morais irredutíveis, vestindo cada um o feitio de suas idéias.

Um varão de Plutarco. O pai — “Quando lhes conheci o pai, Dr. Alcides Lima, em 1904, na cidade do Rio Grande, ele era advogado de grande reputação. Fôra deputado à Constituinte de 91. Era homem de invulgar enfibradura moral e cívica. Sua honorabilidade e correção, reforçadas por uma cultura jurídica notável e uma acolhedora modéstia, corriam de boca em boca. Ademais, o bom senso, aliado a bom humor inalterável, fazia nele parelhas com a retidão. Não havia interesse que desviasse sua linha de conduta. Por isso mesmo, resolvera encerrar as atividades políticas para dar curso sereno às funções de Juiz que lhe foram outorgadas pelo poder público. Pouco depois, entretanto, deixava também a judicatura

por uma questão de princípio, relativa ao estabelecimento do juri no regime republicano, em que não se dobrara seu modo de ver de homem da lei.

Dedicou-se desde então à advocacia. Procedia com lisura e lealdade. Fazia-se juiz e conselheiro de seus constituintes, examinando primeiro o mérito dos pleitos e sugerindo a desistência, quando a causa era injusta ou improcedente. E só tomava as causas escoradas no direito e na moral e, então, as advogava com vigor.

Não tinha crenças religiosas. Vinha de uns tempos em que a fé decaía por falta de ambiente favorável nas famílias, nas escolas e na sociedade. Casara-se bem. Sua mulher era de boa linhagem. Faleceu cedo, deixando-lhe quatro filhos varões e as saudades de uma vida matrimonial bem vivida e feliz. Movido dos encantos de seu primeiro enlace, não se pôde acomodar à viudez, ainda em idade robusta.

Fez apêlo a novo casamento com a cunhada, viúva, que residia em Livramento, de esmerado sentimento cristão e já identificada com ele e com os filhos porque, muito mais moça que a irmã, fôra sua pupila e a consultava em todos os negócios.

Casararam-se. O novo casamento foi a sequência feliz do primeiro.

Os filhos cresceram bafejados pela solicitude da tia que jamais consentiu a chamasse de madastra.

— Foi-nos verdadeira mai, disse-me certa vez o Dr. Pedro. O João e o Alcides ingressaram na Escola Militar e ambos galgaram o oficialato. O Bruno — depois laureado pelo Colégio Militar, como 1º aluno da turma — cursou a Escola de Direito e fez-se advogado. O Pedro diplomou-se pela Academia do Comércio. Rapazes austeros como o pai e inteligentes como o pai, eficientes como o pai, bem cedo os quatro se destacaram na vida pública. O João e o Alcides deram oficiais de elite nos quadros do Estado Maior, um dedicado a mobilização e operações, outro às vias e meios de transportes. Mas faziam figura em todos os misteres.

O Dr. Alcides Lima, na sua simplicidade, era homem de rara compleição moral. Quando o conheci na cidade do Rio

Grande, foi numa reviravolta de minha vida militar incipiente. Em consequência do descabido levante da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, a que foram envolvidos os cadetes, assim como peixes de arrastão, por uma rasteira de jornalismo e de politicagem, vimo-nos, eu e numerosos colegas jogados às guarnições do Sul e ali excluídos, em massa, da Escola e das fileiras do Exército. Foi muito precipitada essa resolução do Governo; o castigo excedia à culpa, visto que 90 % dos cadetes entraram em forma naquele movimento, iludidos por uma falsidade, forjada no momento, quando não havia mais oportunidade de desmascarar o embuste. O Governo jogou-os ao leo. A maioria dos cadetes eram pobres, não tinham quem lhes valesse em tais apuros, entregues aos azares da sorte, do dia para a noite. A população das cidades por onde passavam é que fazia listas de auxílio para lhes prover de alguma roupa e de uns cobres com que despistassem as primeiras necessidades. Houve colegas que ficaram às tontas sem ter onde dormir. De dois deles quero referir-me agora: o Orozimbo e o Licurgo. Procuravam numa rua, fora do centro comercial da cidade, uma pensão barata, onde se pudessem aboletar até a passagem do navio que esperávamos. O Licurgo ardia em febre e mal podia andar. Nisto dão com um transeunte de meia idade que se fixava neles com ar de simpatia. Foi a conta. O Orozimbo perdeu o constrangimento e perguntou-lhe se podia indicar uma pensão modesta onde pudessem ficar alguns dias. O cavaleiro respondeu amavelmente:

— Sim, conheço uma nas condições que VV. desejam. Podem acompanhar-me.

Dizendo isto, cruzou a rua e, abrindo a porta de uma ampla residência, convidou-os a entrar:

— E' aqui a pensão de que lhes falei. VV. vão ter o seu quarto, e poderão ficar aqui como se estivessem em suas próprias casas.

Acordando da surpresa, disse o Orozimbo:

— Mas, pelo que vemos, isto não é pensão. Creio tratar-se de uma residência confortável... Não será do advogado que figura na placa que ali está à entrada do corredor?

— É isso mesmo. Esse advogado sou eu. Sou também pai de dois cadetes. Um deles, o João, a estas horas está na Bahia nas mesmas condições de VV. Tenho por certo ele encontrará lá alguma família que o obsequie. Quero fazer com VV, como essa família estará procedendo lá com meu filho. E voltando-se para o interior da casa, chamou:

— Minha velha, trago aqui dois filhos para você.

Que fidalguia! Que elegância moral! Que distinção!

Estoutra ocorrência me foi narrada recentemente pelo advogado Dr. J. Paes Barreto. Certa vez o Dr. Pedro Lessa, um dos homens mais eminentes do nosso país, lamentava entre amigos, em seu gabinete do Supremo Tribunal Federal, as diminuições que sofria essa alta Corte de Justiça de parte do Poder Executivo, motivadas em grande parte, dizia ele, pela timidez e dubiedade de alguns Ministros. E voltando-se para os amigos, assim se expressou: — Precisamos aqui de juristas austeros mas também intrépidos. VV. que tem prestígio político, por que não inculecam a nomeação do Alcides Lima para cá. O Supremo Tribunal necessita de juizes da envergadura moral e da coragem cívica do Alcides para poder assegurar o seu prestígio, respeito e a autoridade constitucional que lhe cabe, tal como sua congênera dos Estados Unidos.

Esse era o pai dos Mendonças Lima.

* * *

Duas aparições no caminho de Damasco. — Em 1935 serviamos no Estado Maior do Exército, o Alcides chefiando a 1^a. Secção e eu na equipe da Segunda. Fôramos companheiros na campanha do Paraná em 24-25 e nos conhecemos bem. Carteamo-nos a miúdo, estando eu na 2^a. Secção, quando ele foi adido militar no Paraguai e na Argentina. Ele sabia que eu era amigo do João e que tinha seu pai na conta de um varão de Plutarco. Um dia apareceu-me o Alcides na minha Secção. Sentou-se. Fumava muito, usando piteira, mas era de pouco falar

— Olha Melo, aprecio seus sentimentos católicos e sei de sua admiração por meu pai. Ele acaba de morrer. Você viu

como os jornais do Rio Grande se ocuparam de sua pessoa. Veio a falecer aqui. Viera para o Rio em busca de alívio para os seus incômodos de saúde. Minha tia, tal qual minha mãe, foi-lhe companheira dedicada ao extremo. Ele nunca manifestara sentimento religioso de qualquer espécie, mas em atenção à piedade e à bondade sem par de minha tia, consentiu na catequese dos filhos, embora, no íntimo, preferisse a educação leiga.

Minha tia fizera muitas investidas para que meu pai lêsse mais a miúdo alguns bons escritores católicos que ele tinha na estante. Meu pai, que nada lhe recusava, prometia fazê-lo mas sempre se desculpava com a lida forense. Certa vez, minha tia, achando-se doente e acometida de dôres reumáticas atrozes, que punham em sobressalto o sentimento afetuoso de meu pai, não perdeu de vista o que dizia ser o maior empenho de sua vida — a conversão do esposo. Dirigindo-se a ele fez-lhe o seguinte apelo:

— Tenho fé que passarão minhas dôres e ficarei restabelecida prontamente se prometeres ao bom Deus de te fazeres cristão.

Eis, porém, como se manifestou o estalão de consciência de meu pai. Ele respondeu amavelmente:

— Não podes duvidar que estou pronto a dar tudo por ti. Mas sómente poderei dar do que é meu. Darei mesmo a vida se for necessário. Mas não te posso prometer do que não disponho: a fé. Sabendo do meu feitio moral, tu mesma não consentirias que eu fosse hipócrita ou perjuro. Se prometessem tal, mentiria, e o bom Deus de que tu falas, não me daria crédito. Você continuaria sofrendo e talvez passasse a duvidar da intervenção divina e da eficácia das promessas. E, afinal, você nada lucraria e eu sairia arranhado na minha coerência.

Minha tia, porém, não esmoreceu nem declinou de conseguir a adesão do meu pai.

Passou a usar de ardós que lhe pareciam inocentes. Imaginou que persuadindo meu pai a partilhar de alguns atos religiosos em sua companhia, o levaria aos poucos à prática da

religião. Houve nesse tempo uma grande festa religiosa no Rio Grande. Muitos homens iriam à comunhão. Meu pai, que até então a tudo resistira, resolveu ceder, mas por mera condescendência, movido pelas súplicas de minha tia. Para não dar a indiscrições, meu pai iria confessar-se com um sacerdote amigo no Colégio dos Jesuítas. Qual, porém, não foi o desapontamento de minha tia quando aquele padre lhe bateu em casa para dizer-lhe: — D. Clotilde, é muito louvável o seu desejo de induzir seu marido à comunhão, mas ele, em consciência, não poderá fazê-lo. Tive de despedi-lo do confessionário, pois declarou que ia confessar-se e comungar tão somente para satisfazer ao desejo da Senhora. Venho advertí-la não insista por esse caminho errado. Daria com isso desgôsto a Deus que instituiu os sacramentos como atos de piedade e de fé e não como objetos de complacência humana.

Nos últimos tempos, meu pai, sentindo-se fatigado e doente, resolveu renunciar a profissão e vir passar uma temporada no Rio em busca de repouso e assistência médica. Hospedou-se em casa do Pedro em Copacabana. Minha tia, companheira dedicada e amável, entremeava as horas de vigília de meu pai, inhibido freqüentemente de sair, com a amenidade e solicitude de seu bom coração. Não mais, porém, voltou a propôr-lhe diretamente assunto religioso. Conhecia as dificuldades de meu pai e nos dizia: um homem sincero e bom como seu pai, terá por certo um lugarzinho de escolha no coração do bom Deus. Ele não erê porque não sente as razões da fé.

— Assim é, intervim eu nesse ponto da conversa. Essa é a boa doutrina. A crença é um dom de Deus. Ela bate à porta de todos, mas muitos não têm ouvidos para percebê-la. Eis porque devemos propiciá-la aos que não creem, nem muito com palavras, que a palavra é difícil de manejar, mas sempre com cortesia e agrado, ganhando primeiro os corações. Embora a virtude básica seja a fé, a conquista das almas começa sempre pela caridade — o afeto. E, então, a afeição leva à confiança e esta à fé. Dessarte, São Francisco ensinava o segredo das grandes conversões. Primeiramente o negócio há de ser proposto a Deus na oração. Porfiar nesta sem cessar. A oração e o

agrado — um invisível e silencioso, mas potente, outro delicado e prestante, produzem maravilhas no coração dos homens. A palavra, segundo o mesmo Santo, por ser um instrumento caprichoso, deve ficar de reserva, como último cartucho a empregar na conquista das almas, depois de empregados todos os recursos da oração. A razão é simples: os homens que viveram sem fé, passando a idade madura e à velhice, têm incríveis dificuldades de curvar-se aos mistérios da fé. Seus processos de raciocínio encontram obstáculos naquilo que nós sentimos quase por intuição. Muitos são sinceros na sua incredulidade e devemos respeitar seus escrúpulos de consciência. Não há argumento de palavras que force uma resistência longamente ancorada nos reflexos. Tais almas, como a de seu pai, ciosas da liberdade de pensar, não admitem violências e atropelos em suas volições.

E o Alcides retomou a narração:

— Minha tia, por experiência, chegou a compreender o rigor dessas idéias. Ela dizia ainda: Seu pai respeitou sempre a minha fé e tinha palavras de louvor para os meus átos de piedade. Não posso crer, dizia ele, não me entram as coisas sobrenaturais, e, no entanto, julgo que são mais felizes os que sinceramente creem. Diante disso, e de minhas tentativas infrutíferas, que me cumpria fazer? Rezar, amá-lo sempre e mais servi-lo afetuosamente, sem externar as palavras de religião que eu balbuciava em segredo na oração. Deus me escutava e seu pai, sem me ouvir palavras, sabia o que eu desejava a seu respeito. Aprendi então como a caridade aconselha a agir junto às pessoas afredias à fé. Orar sempre, juntando às nossas orações ordinárias aquelas que tais pessoas deveriam rezar. As insinuações são no geral contraproducentes. No íntimo elas sabem o que nós desejamos. E o bom Deus se encarrega de mover um dia os seus corações.

O Alcides acendeu de novo o cigarro e continuou :

— Eu ouvia sempre êstes discursos de minha tia e achava neles uma indizível poesia e ternura. Todavia, não poderia supor que meu pai, agnóstico toda a vida, homem que não mudara jamais em seu medo de sentir, viésse a mudar neste último

setor da existência, na certeza de que são difíceis para os homens maduros as contramarchas de idéias. Eu, espírita como sou e convencido da verdade de minha doutrina, nunca intervim nas convicções de meu pai e de minha tia, por saber quanto eram sinceras e seguras. Por isto mesmo, não supunha possível uma mudança no espírito equilibrado de meu pai. Mas você vai vêr como as coisas se processaram de modo diferente. Vindo para o Rio, meu pai começou a melhorar; passados dois ou três meses recuperou a vivacidade e o bem estar, a tal ponto que sentiu-se curado e determinou regressar ao Rio Grande. Certo dia, ao cair da noite, palestrava animadamente com minha tia e eis que subitamente cala-se, estremece, soergue-se na cadeira em que estava sentado o olhar atento para algo misterioso que parecia ver em frente, estende as mãos dirigidas para aquele ponto e extrema deslumbrado:

— Olhe minha velha! Que maravilha! Será Deus? . . .

Em sua comoção, dizia isso mais pelo semblante e pelas reticências do que pelas palavras.

Minha tia ficou perplexa, mas nada viu, a não ser a atitude e as expressões arrebatadoras de meu pai, o qual, a seguir, reclinou-se no espaldar da cadeira e ficou longo tempo embevecido e silencioso, mas sereno, como a gosar daquela estranha aparição.

Não tive dificuldades em atribui-lo a n'a manifestação espirita. Estava para mim bem caracterizado o fenômeno. E eu esperava que me consultassem a respeito. Mas meu pai, sabendo de minhas convicções espíritas não me chamou a mim, nem tão pouco ao João, que era líder jerusalenita no Brasil, para nos consultar. Voltou-se para minha tia e lhe disse:

— Venceste afinal, minha amiga. O mundo sobrenatural é um fato. . . Agora sim quero confessar-me. Chama um Sacerdote!

O Pedro e minha cunhada inteiraram-se do fato e tanto eles como minha tia não puderam aquilar da natureza daquela ocorrência e dos efeitos produzidos por ela no espírito de

meu pai, o qual não se cansava de repetir-lhes: — foi certamente uma visão de Deus. Estou confundido de minha incredulidade.

A hora de dormir, meu pai recolheu-se ao leito, mas lá pela uma da madrugada acordou sobressaltado, chamando por minha tia :

— Velhinha, velhinha! Que faz você com suas rezas e os seus santos? Vai deixar minha alma perder-se? Veja ali aquela hedionda figura! Agora deve ser o diabo.

E ele mostrava algo de horrível e dantesco.

Minha tia pôs-lhe na mão o crucifixo do terço, dizendo-lhe: — ameace-o! e a sinistra figura desapareceu.

Meu pai insistiu então pela vinda do sacerdote. Minha tia, porém, supondo tratar-se de ligero delírio produzido pelo efeito de um mau sonho, desculpou-se com a hora adiantada da noite e conseguiu distraí-lo até a alvorada. Foi quando meu pai levantou-se e reiterou o pedido com instância, denotando estar perfeitamente senhor de si.

Minha tia mandou a empregada à Matriz de Copacabana e, sem demora, apareceu ali o próprio Vigário, Pe. Castelo Branco. Quando este entrou minha tia foi ao seu encontro e, temendo qualquer constrangimento de meu pai, narrou-lhe o que se passara e pediu-lhe que, entraendo no quarto, dissesse a meu pai que vinha fazer-lhe uma visita. E assim o fez, mas meu pai atalhou logo, dizendo :

— Visita, não; o que eu desejo é confessar-me e fazer-lhe uma visita. E assim o fez, mas meu pai atalhou logo, dizendo:

— Visita, não; o que eu desejo é confessar-me e fazer minha profissão de fé.

Quando soube dos fatos e fui ver meu pai, notei que saía da casa um sacerdote trazendo por baixo da capa uma veste branca. (1)

(1) E' a sobrepeliz que usam os padres quando levam a comunhão aos doentes.

E, depois de longa pausa:

— Cé尔ca de um mês depois, meu pai que já estava ressabelecidio da moléstia e em preparativos para regressar ao Sul, foi acometido de pneumonia e veio a falecer rapidamente, com grande surpresa para nós.

E assim encerrou o Alcides aquela tocante confidênciа. (2)

* * *

O FILHO — UM RAPAZ VOLUNTÁRIOSO

Onde capitula a incredulidade — Um ano depois, aproximadamente, o Alcides procurou-me de novo na 2.^a Secção. Estava de regresso de Minas, acabrunhado e triste. Viera de assistir a morte do primeiro filho. Foi para él uma tragédia. Era moço e residia em Porto Alegre na companhia da avó. Inesperadamente é chamado com urgência à capital gaúcha e os médicos reclamam o transporte imediato do doente para outro clima. Sem perda de tempo, foi ter com o filho, por via aérea, em Correias e, por fim, no Sanatório de B. Horizonte. O jovem estava desenganado. O hospital era dirigido por Irmãs enfermeiras. Cuidavam elas da saúde dos doentes sem descuidar o bem das almas. Davam máximo empenho a este objetivo quando periclitava aquele. Mas o rapaz, incrédulo como o avô, era infenso a qualquer palavra de religião, repelindo desabridamente qualquer insinuação. Notou isso o Alcides numa das longas visitas que costumava fazer ao filho semanalmente. Certo domingo que lá chegara cedo, vendo que se agravara o mal do filho, perguntou à enfermeira se ainda haveria missa na Capela. Era espírita, mas sentia-se bem com Deus durante as cerimônias religiosas, fossem quais fossem.

O filho, porém, ao perceber tal, saltou na cama, vociferando :

— Qual missa nem reza, meu pai. Você veio aqui visitar-me e entreter-se comigo, não foi para perder seu tempo na igreja.

Incrível, pois, foi a surpresa do Alcides quando lá esteve pela última vez, na previsão do desenlace do filho. Este, já serenado de seus impulsos, julgando-se melhor, passou a revelar-lhe o seguinte:

Coubra-lhe, por enfermeira, uma Irmã, ainda moça, muito pálida, que denotava vigílias e jejuns frequentes, discreta, mas sobremaneira amável. Tratava-o como irmão, e assim procedia com os demais, segundo lhe informara o servente. Não poucas vezes, vendo-o correr vertiginosamente para a morte, falou-lhe, timidamente ao princípio, depois com mais ousadia, dos recursos que a religião dispõe para ajudar o enférmo a sobrepor-se à doença e a prevalecer mesmo contra as dores do corpo.

— E se a doença prevalecer e o corpo sucumbir, para que servirá a religião? indagou céticamente.

— Deus tomará nossa alma em suas mãos, como bondosa mãe a um filhinho, e nós iremos para sua companhia no céu, que é infinitamente mais aprazível que esta vida de desassossegos e misérias.

— Guarde lá seu sermão, respondeu, desatinado pela tosse. Eu vivo de minha filosofia e não a troco pelas babozeiras dos carolas.

E desandou a tratá-la estouvadamente. A Irmã, porém, não se agastou, nem se intimidou. Todavia sem mais lhe fazer insinuações, redobrou de cuidados, vigiando de dia e recomendando-o de continuo ao servente que fazia plantão de noite.

— Deixe-me só; bastam-me os serventes.

O rapaz dizia isso, mas conhecia a diferença que vai de um servente, simples merecenário, a uma pessoa que serve pelo amor do ofício. No seu íntimo passou a admirar aquela freirazinha macilenta e solícita, a quem seus modos grosseiros não

(2) A narração do Alcides me foi confirmada e completada por informações de seu Irmão Pedro, de D. Clotilde, sua tia, e do Pe. Castelo Branco aos quais consultei recentemente em minhas investigações.

conseguiam afugentar. Essa admiração porém, subiu de vulto, quando o servente lhe contou que ela era filha de família rica e que, chamada à vocação religiosa, dera preferência aquela Congregação que tratava da peste branca, exatamente porque os doentes dela acometidos são, de natureza, irritadiços e mais temidos pelo contágio.

Sobrevieram-lhe os últimos dias de vida. Estava prostrado mas gosando, como os dessa moléstia esplendida lucidez de inteligência. Eis senão quando, um dia mandou chamar a Superiora das Irmãs e lhe disse :

— Madre, a Irmã F. tratou-me sempre com indizível bondade. Minha mãe não faria melhor. Eu, porém, fui-lhe, de continuo descorez e estouvado; cheguei certa vez a ameaçá-la com uma caixa de injeções que estava ao meu alcance. Ela, não deu fé em minha brutalidade e continuou a servir-me com a habitual cortezia. Não sei por que, ofendiam-me as suas maneiras amaveis, talvez pelo costume que temos, entre rapazes, de responder desafôro com desafôro. Certifiquei-me, porém, de que condição é essa Irmã. E mudei de parecer. Pode dizer-lhe que me chame o Capelão. Se tiver de morrer, quero morrer na fé e na saudade de minha mãe, pois foi ela quem, antes de me deixar órfão, quando eu era ainda pequeno, me ensinou a Ave Maria e umas noções de catecismo.

O Alcides suspirou emocionado e concluiu:

— Nessas bôas disposições de espírito meu filho faleceu, tranquilamente, sem pensar que a morte o levaria tão cedo.

* * *

O ALCIDES FILHO — TAL QUAL FOI

Escorreito, integro e capaz, nasceu para chefe. — Em 1936, o Alcides, então Coronel, era Chefe do Estado Maior da 3.^a Região Militar, o Comando mais importante do Exército. Tivera grande azáfama na organização e direção das manobras daquele ano. Viveu por assim dizer, dia e noite, como era de seu feitio,

o ambiente daqueles exercícios de campanha. Quando se houve de redigir o relatório para conhecimento do Estado Maior do Exército, as três Secções e os Serviços se atrasaram na reunião dos elementos, de tal sorte que o Comandante da Região, seu amigo, o General Esteves, tendo urgência em partir para o Rio, declarou-lhe teria gôsto em levar aquele documento. O Alcides então desdobrou-se, tinha 2 oficiais e 2 datilógrafos que se revesavam ao seu lado dia e noite no serviço.

Com os elementos incompletos que lhe vinham às mãos e fazendo apêlo à sua vigorosa memória e ao seu talento de arguto observador, presente a todos os trâmites das manobras, passou a ditar, num jôrro contínuo, assim como água de uma torneira de reservatório, o preâmbulo, o jogo dos partidos, os incidentes táticos, as falhas e deficiências, os comentários e ensinamentos decorrentes das manobras, de tal modo que, quando deixou o gabinete, fumando o último cigarro, o General Esteves pôde assinar o ofício de apresentação daquele volumoso documento. O Alcides ditara-o de ponta a ponta, de um só lance e sem pestanejar. Um dos oficiais que assistira a êsse trabalho de Hércules, disse-me :

— Era um motu contínuo; o Coronel nem tinha tempo de reler o que ditava. Nós controlavamos os datilógrafos e punhamos em ordem as folhas e documentos que ele mandava anexar. Mas a redação corria perfeita e sem vacilar. Ainda não vi tamanho poder de memória e de improvisação.

Em toda parte, foi sempre assim a sua conduta ardorosa e dinâmica, sem prejuízo da correção e do apuro das coisas que tinha em mãos ou na mente realizar. E era também meticoloso consigo mesmo. Mostrava o feitio de Chefe na distinção, na imponência e até no alinho pessoal. Bem fardado, elegante, aprumado, de maneiras cavalheirescas, costumava, mesmo em campanha, usar luvas, que ia tirando das mãos e jogando a um canto da mesa, mal chegava ao Gabinete ou P.C.

Tinha sempre pendente dos lábios a decisão pronta e a resposta adequada às circunstâncias, mesmo em se tratando de assunto escabroso ou de ardil manhosamente preparado. Neste

caso, calava-se por certo tempo, passava a piteira para o canto da boca e fitava profundamente o interlocutor, enquanto remexia a pasta de papéis para despistar em busca da resposta convinha; vel; ou convidava o consultante para acompanhá-lo aqui ou ali, até que sua esplendida intuição encontrasse a saída feliz. Parece que procedia nessas conjunturas como na fase preliminar de uma situação tática: examinava primeiro os "fatores da decisão". Mas antes de acertar na resposta, se esta era escabrosa, não arriscava nenhuma palavra escorregadia. Assim procedeu certa vez, como Capitão, quando exercia as funções de Adido Militar em Buenos Aires. Um indivíduo, bem falante e esperto, que se dizia chileno, procurou-o um dia em sua residência. Fazia muita questão de sigilo do assunto e de sua pessoa, por estar num país estranho, dizia o indivíduo. Era um segredo do Estado Maior Argentino que ele descobrira, por intermédio de uma mulher. Não ia de pronto revelar aos de seu país porque o negócio visava diretamente o Brasil. E ele, como bom chileno, vinha oferecer-lhe esse segredo militar, certo de que prestava um serviço à inconfundível amizade chileno-brasileira.

— Trata-se de...

— Espere um pouco, disse o Alcides ao intruso, que bem podia ser um solerte agente secreto ou um espertalhão, armando perigosa falecatrua.

E não o deixou falar. Vestiu-se, tomou um taxi e partiu com ele para a Embaixada Brasileira. Introduziu-o em seu gabinete de trabalho, abriu uma larga estante de aço e descontornou deante do indivíduo 5 ou 6 prateleiras de livros e documentos bem arranjados.

— Veja, cavalheiro, tenho tudo quanto desejo da Argentina: economia, finanças, história, geografia, transportes, e, bem assim, aquelas pilhas de regulamentos militares e de coleções da "Biblioteca del Oficial". Ademais o Ministério da Guerra desse país não faz mistérios comigo; faculta-me entradas e visitas em seus estabelecimentos militares. E' deste material ostensivo que o senhor vê e da imprensa diária que eu tiro os comentários e relatos que envio. E encontro muita coisa boa neste país para

levar à consideração de meus Chefes. De que mais eu necessito? Meu governo não me mandou fazer espionagem e sim obra de congraçamento e de amizade. As suas revelações secretas podem ser muito boas, mas não me interessam, por mais surpreendentes que sejam.

Deante dessa amostra de sobranceria e elegância, o sujeito chupou uma barata e pôs-se ao frêscio.

Vi-o tal qual, na campanha do Paraná. Era ainda Capitão. Foi mandado na frente como Chefe do Estado Maior do Destacamento Almada, única tropa da 5.^a Região Militar que fizera a cobertura para evitar a incursão dos revolucionários, vindos de Guaira ou Foz de Iguassú, de que se haviam apossado. O comandante era um velho Coronel de outros tempos que não se pudera ajustar aos novos processos de combate. Mas passava por judicioso e sensato.

Quando o Alcides apresentou-se em Guarapuava com as credenciais que trazia, o velho Coronel, pôs de lado o sestro de calveriano e a prosápia de Chefe e disse-lhe sem mais nem menos:

— Estou entendendo bem o recado que você trouxe. Não tenho curso de Estado Maior; confio porém na sua retidão e competência. Tome conta das operações... Eu cuidarei da administração e da disciplina.

E assim foi possível ao Alcides, com plena liberdade, manejar com a tropa e jogar os primeiros elementos de resistência em Medeiros e no Passo do Piqueri, este além de Campos do Morão, aos fins de um mundo que nunca vira estradas. Seu propósito era de parar com tempo a arremetida dos revolucionários para Leste.

Avistei-o ainda em Laranjeiras. Depois no Roncador. Aqui defrontava ele a bala um adversário tenaz que se plantara em Catanduvas. No dia em que seu Destacamento iniciou o ataque de alas pela esquerda e o do Cel. Mariante pela direita, cheguei no seu P.C., em meio da mata, quando o 155 batia as trincheiras de Catanduvas, simulando um ataque de frente. O Alcides estava junto a u'a mesa rústica, com dois telefones de campanha ao lado e alguns estafetas prontos para montar, com os cavalos mastigando os freios.

— Tudo vai bem, disse êle, os gaúchos já irromperam pela esquerda e o Mariante, dando uma pegada de surpresa pela madrugada, cortou-lhes a estrada de recuo. À tropa, agora, é a quem toca agir. O Estado Maior prepara, alinha, prevê e ordena tudo de antemão. Depois é a *demarrage*. E' a vez da tropa. Veja estou de piteira acesa, chupando o meu chimarrão. O cérebro já fez o seu serviço. Agora a máquina vai entrar em funcionamento. Só me cabe acompanhar os acontecimentos e alertar as retaguardas. Encarrego disso o telefone e os estafetas.

Batalhou até ao fim. — Mas a tarefa a que se deu no Rio Grande, em 1936, agravara a estafa que o vinha combalindo de ano a ano, sem repouso. Qual repouso! O Alcides não era homem que ensarilhasse músculos e nervos como se ensarilham armas.

E começou a baquear. Render-se, não! porque seu ascendente de Chefe não cedia o comando à doença.

Mas baqueou. O organismo traiu-o. Era a reincidência de antigos resfriados. Quando êle passava dias e noites nas agravações da doença do filho em B. Horizonte, não se dava conta que nos afagos que lhe prestava, sem qualquer espécie de resguardo, estava encoberta uma finta da insidiosa moléstia. Quem pôde contra um inimigo invisível?

Foi então transferido para o Rio como Comandante da Escola de Armas. Os oficiais rejubilaram. Que esplêndido Chefe! Que experimentado diretor de ensino!

Mas já veio extenuado afônico. Sem embargo, meteu ombros à nova missão, como se estivesse a cavaleiro de seus 30 anos.

Morava na cidade e para chegar às 6h. 30 à Vila Militar, tinha de madrugar cêdo. Impunha-se como regra ser o primeiro a chegar e último a sair. Suas pernas não arredavam pé da Escola enquanto seus olhos não afagassem tudo que pendia de seu mando.

— O olho do patrão é que engorda o “pingo”, repetia êle o refrão gaúcho.

Certa noite o Adolfo Pinto, um dos poucos médicos militares que tem estôfo de soldado, foi visitá-lo. Eram amigos. O

Adolfo, meio estourado, meio pilhérico, com seu andó airoso, foi-lhe dizendo :

— Alcides, acabe com essa prosápia de superior à doença. Você está “chumbado” e tem que se tratar. Nós precisamos de você, mas por inteiro, guapo e são. Não seja obstinado, siga o conselho da família. Há quantos anos não tira férias? Vá go-sá-las agora em B. Horizonte.

O Alcides formalisou-se :

— Olhe, Pinto, se você vem aconselhar-me como amigo, eu declino do seu conselho, porque não lho pedi; se vem como médico, tire o cavalo da chuva; já tenho uma dúzia de “poetas” como você, a azucrinar-me.

Mas, passados dias, reconheceu que as pernas estavam bam-bas e a insônia fizera praça à sua cabeceira.

E foi-se para o mesmo sanatório em que morrera o filho.

Reconheceu logo na Irmã encarregada do pavilhão em que internara, a mesma que assistira ao filho, olhos sempre amenos e vivazes. Macilenta como antes. Não se deu a conhecer, nem ela atinou com ele. Tantos por ali passavam. Ela não olhava as caras e sim os corações. Mas se o reconhecesse, quanta revivescência e quanta diferença nele acharia do filho. O filho era aquilo que vimos, porque era jovem. O pai um homem sóbrio e cortez, embora reservado.

As insinuações da Irmã, para que aceitasse a visita do Capelão, ele respondia que sim e o recebia e tratava cortêsmente, mas afastando sempre qualquer desvio da conversa para assunto religioso. Quando a Irmã pretendeu intervir um dia mais diretamente para que se inteirasse dos negócios da alma, ele franziu de leve o sobrôlho e, impedido de falar por causa da aferia, ergueu a mão esquerda espalmada para a Irmã, como a dizer :

— Irmã, estou apercebido de tudo; este negócio é mais do meu interesse que do seu.

No dia em que foi promovido... O Governo apressou-se em conferir-lhe os bordados de general pois reconhecia nêle um dos oficiais de maior envergadura mental e moral do Exército. Tinha de sê-lo, porque nasceu para o exercício dos grandes co-

mandos. Naquele dia, estava na cama, estertorando em aguda dispnéia, mas fiado como sempre numa porta de escape para o restabelecimento. Rodeado de pessoas da família, fazia seus planos de general. Quantas boas idéias!... Sim, continuaria a tratar-se em B. Horizonte. Havia ali um Comando de Brigada. Sugeriria ao colega que ocupava essa função lho cedesse por camaradagem para completar a cura nesse clima. E tudo se arranjaria bem...

Mas já estava no fim. A febre alimentou o seu espírito, até o transe derradeiro, na plena lucidez de inteligência de seus dias de euforia e otimismo. Morreu como viveu: soldado às direitás, sincero em tudo, íntegro, cavalheiresco, e irredutível nos seus princípios.

Dele se podia dizer o que a tia afirmava do pai, no tempo em que este permanecia arredio à fé:

— Aos homens de bem, sinceros, retos, que buscam a verdade, embora por vias inacessíveis, Deus reserva sempre uma porta misteriosa para recebê-los.

FUNDIÇÃO DE METAIS EM GERAL

Usinagem de peças fundidas

Estamparia de metal e ferro

Fundição Tupy

W. MAXA

Homenagem ao Exército Brasileiro

RUA BELA, 412/13

RIO DE JANEIRO

End. Teleg. «WEMAX»

Fone 28-3427

LEVANTAMENTO DO ESBÔÇO PERSPECTIVO SÔBRE A CARTA

Cap. FERDINANDO DE CARVAHO

Há muitas vezes necessidade, no simples estudo na carta, de se verificar o aspecto do terreno visto de um determinado observatório, salientando, principalmente, as partes vistas e ocultas. Existem alguns processos que poderão satisfazer essa finalidade como, por exemplo, o do levantamento de perfis, o da determinação, na carta, das partes vistas e ocultas, etc. Nenhum, entretanto, exprime a verdadeira aparência do terreno, mostrando-nos o que poderíamos "ver" se, na realidade, estivéssemos situados no observatório em questão.

O levantamento, na carta, do esboço perspectivo resolver-nos-á vantajosamente o problema. O trabalho, totalmente gráfico, é simples e talvez mais rápido do que o executado nos demais processos.

Vejamos, num relance, o fácil princípio teórico em que se baseia. Consideremos a situação esquematizada na fig. 1.

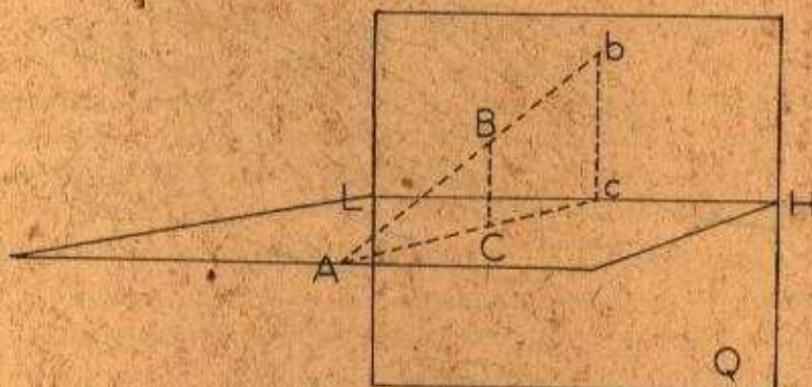


fig. 1

O ponto *A* representa o olho do observador e o quadro *Q* é o plano vertical em que se vai projetar o esboço perspectivo.

O plano horizontal que passa por A determina sobre Q a horizontal LH (linha do horizonte). Suponhamos um determinado ponto B do terreno, representado na carta por sua projeção horizontal C . A reta AB vai furar o plano Q justamente na perspectiva b do ponto B , surgindo então os triângulos retângulos semelhantes ABC e Abc .

A construção gráfica desses retângulos referidos é que constitui a chave da questão.

A confecção prática do esboço, afigura-se-nos ainda mais compreensível que o próprio princípio teórico exposto. Consideremos, para explicá-lo, a fig. 2

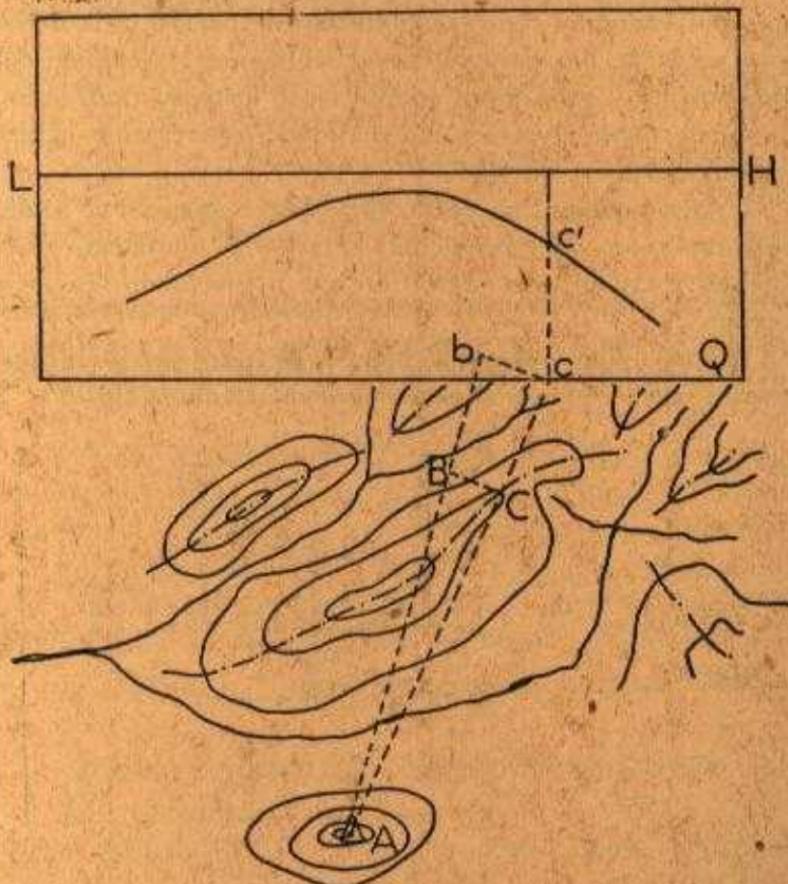


fig. 2

Suponhamos que desejemos representar o aspecto do terreno visto do observatório *A*, quando o observador dirige o olhar em uma certa direção.

Tomemos uma folha de papel, de preferência milimetrado, e coloquêmo-la sobre a carta segundo uma posição favorável, isto é, mais ou menos perpendicular à direção de observação, e deixando abaixo de seu limite inferior toda a região a representar. Fixê-mo-la então nessa situação.

Consideremos, sobre essa folha, uma horizontal média que representará a nossa linha do horizonte *LH* e tracemos, sumariamente, na carta, as linhas topográficas características da região considerada.

Vamos considerar, para exemplificação, um ponto qualquer de uma crista (*C*) e vejamos como se obtém facilmente a sua projeção no quadro *Q*, representado pela folha de papel. Trata-se, como vimos, de reconstruir o triângulo retângulo *Abc* referido na demonstração teórica.

Com uma folha de papel, também preferentemente milimetrado, colocada com o bordo sobre *AC*, determinaremos logo de início o ponto *c*, interseção com bordo inferior da folha *Q*. Consideremos, sobre a perpendicular a *AC* que passa por *C*, a altura do ponto *C*, expressa na carta, menos a altura do ponto *A* e marquemos assim o ponto *B*. Liguemos, por um traço, ou apenas pela colocação de uma regua, os pontos *A* e *B*, obtendo assim a interseção *b* com a perpendicular *bc* à linha *Ac*, representada pelo bordo da folha de papel auxiliar. Para se obter finalmente a projeção *c'* do ponto *C* da carta, bastará tomar-se sobre a perpendicular *cc'* à linha do horizonte *LH* e a partir dessa mesma linha, o comprimento gráfico *bc*.

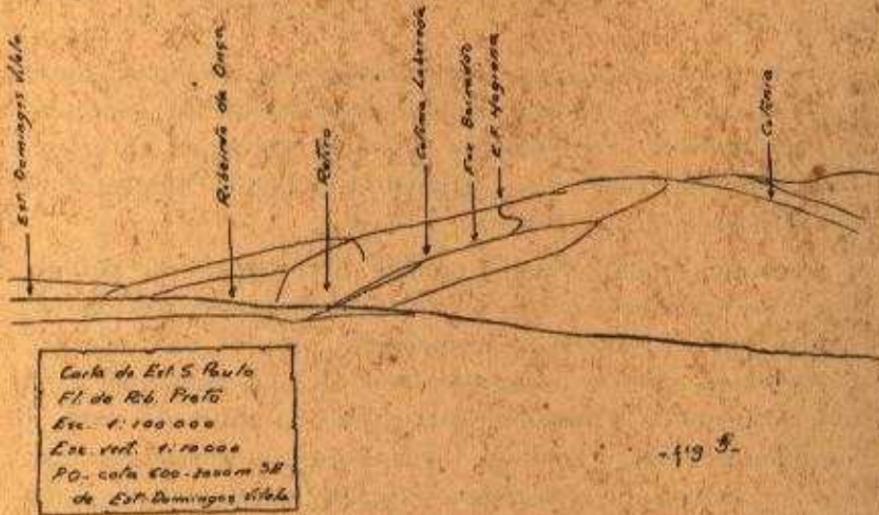
Prosseguindo, segundo o mesmo processo, para os outros pontos interessantes da crista, teríamos sobre a folha *Q* uma série de projeções que ligadas fornecer-nos-iam a crista considerada.

Poderíamos assim representar as diferentes elevações da região em estudo, obtendo o aspecto real do terreno visto do

observatório A. Com uma prática reduzida, o trabalho tornar-se-á cada vez mais rápido e fácil.

E' interessante observar que, adotando-se uma escala vertical diferente da própria escala da carta, ter-se-á um aspecto do terreno deformado verticalmente, o que é muitas vezes útil para salientar as elevações de terrenos pouco movimentados.

A fig. 3 fornece um exemplo de um esboço perspectivo obtido por esse processo.



Restaurante Penafiel

PETISQUEIRAS A PORTUGUEZA

Especialidade em pratos a minuta.

Vinhos das melhores marcas Nacionais e Estrangeiros

RUA SENHOR DOS PASSOS, 121
TEL.: 43-6265 — RIO DE JANEIRO

"Carroucél" realizado no 9.º R. C. I. (Regimento "João Propício")

PELO

Tenente-Coronel ISMAEL DE SÁ MEDEIROS

"Carroucél" JOÃO PROPÍCIO

A) — O "Carroucél" que vamos dar publicidade nesta prestigiosa Revista, foi idealizado e executado no 9º R.C.I. quando tivemos a honra de comandar esta unidade do Exército, e como uma homenagem ao seu patrono denominaremos de "Carroucél" JOÃO PROPÍCIO.

Atendendo ao pedido de vários camaradas, principalmente do E. M. do Q.G. da 3ª D.C., é que nos animamos à publicar o presente trabalho, com o fim exclusivo de difundi-lo entre as demais unidades de Cavalaria. Além disso, como pode-se verificar, o Regimento de Cavalaria que o executar com precisão, demonstrará a sua perfeita flexibilidade e coesão nos movimentos da instrução à cavalo, coroando de maneira insofismável a sua instrução técnica coletiva.

B) — EFETIVO DO REGIMENTO

- 1 — Cmdo. E. M. e Grupo de Cmdo.:
 - Cmt. do R.
 - Símbolo do Cmdo.

- E.M. (4 oficiais bem montados)
- Bandeira Nacional com a respectiva Guarda
- Banda de Clarins (de onde será destacado 1 clarim de ordem).

Resumo: 6 oficiais e 20 praças:

2 — Tropa:

- 4 Esqs. de Fzos. (com os respectivos símbolos de Cmdos.) à 3 Pels. de Fzos. à 2 G.G. (sem os cavalos cargueiros).

Resumo: 16 oficiais e 316 praças.

Nota: No 9º R.C.I. realizamos o "Carroucel" com 3 Esqs. de Fzos. e o Esqs. Mtrs. e Eng. com a organização dos pelotões de Mtrs. (2) e de Mrts. (1), semelhante aos Pels. de Fzos., de modo à formarem por 3, 6, ou em Batalha, como êstes, porém, os cargueiros sem o armamento, acessórios e bolsas de munição.

C) — O "Carroucel" é executado dentro de uma pista quadrada de 140 metros de lado. A 29 metros de dois lados adjacentes são marcadas à cal circunferências de raio igual à 19 metros, onde, em princípio, vão trabalhar as sub-unidades, sempre nos mesmos cantos. Deve, também, ser marcada uma circunferência no centro com o raio de 10 metros, onde vai ficar o séquito do Cmdo., E.M. e Gr. de Cmdo. (Fig. 1). Os 4 vértices do quadrado assim como a metade dos lados, devem ser assinalados por meio de bandeirolas; os centros das 4 circunferências serão assinaladas no início do treinamento, por homens a cavalo. Da Fig. 6 a 17 a formação dos esquadrões é "por 3".

D) — RECOMENDAÇÕES INDISPENSÁVEIS

O "Carroucél" para ser bem executado:

- deverá ser realizado no maior silêncio;
- os movimentos devem ser simultâneos;
- as vozes de comando devem ser suprimidas;
- os comandos à gesto só devem ser feitos pelos comandantes de sub-unidades;
- a partida deve ser precisa, tão logo termine o gesto ou sinal;
- os sinais de clarim para execução de qualquer Fig. são ordenados pelo Cmt. do R., que, primeiro, fará sinal a banda para cessar de tocar; e
- os sinais de clarim devem ser, em princípio, um som longo seguido de um breve.

E) — FIGURAS

A sequência das Figuras do "Carroucél" ilustram a maneira de realizá-lo.

CONVENÇÃO DAS FIGURAS

- | | |
|--|---|
| | CMT. DO REGIMENTO |
| | BANDEIRA NACIONAL COM A RESPECTIVA GUARDA |
| | ESTADO MAIOR |
| | BANDA DE CLARINS |
| | CMT. DE ESQ. |
| | CMT. DE PEL. |
| | CMT. DE G.C. |
| | PEL. DE FUZILEIROS |
| | ESQ. EM BATALHA |

Fig. 1 — REGIMENTO EM BATALHA

Os Esquadões em Batalha, no alinhamento e sem intervalos. Lanças perfiladas.

Fig. 2 — APRESENTAÇÃO

A um gesto do Cmt., de acordo com o Art. 19 do Reg. n.º 9 (la Pte. 1º Vol.), o Regimento avança ao passo até o meio do Quadrado; a Bandeira deverá ser desfraldada. O "Alto" será feito por gesto de acordo com o Art. supra. Depois do "Alto" será dada a ordem de "Sentido! Apresentar Armas!"

Andadura: Passo-Alto.

Banda: Toca.

Fig. 3 — DUAS ALAS

Terminados os compassos da marcha batida, o Cmt. do R. faz o gesto de "Atenção!", seguido "Em frente! marcha!", desloca-se, acompanhado do seu séquito, para a frente e executa o itinerário assinalado na Fig., indo se colocar no centro do quadrado, donde dirigirá todos os exercícios. Simultâneamente, as 1ª Ala (I e II Esq. e a 2ª Ala (III e IV Esqs.), fazendo pião à direita e a esquerda, respectivamente, mudam as direções para êsses lados e fazem alto.

Andadura: Passo — Alto.

Banda: Não toca.

Fig. 4 — COLUNA DE GRUPOS DE COMBATE EM BATALHA

Ao sinal de clarim (ordenado pelo Cmt. do R.), os Esqs. fazem "Grupos de Combate" à direita, deslocam-se na pista, e vão se colocar nos respectivos cantos onde fa-

zem Alto, como está na Fig. Cmts. de Pels. nas testas de seus Pels., enquadrados pelos Cmts. dos 1º e 2º G.C., e no mesmo alinhamento.

Andadura: Passo — Alto.

Banda: Toca até o I Esq. fazer Alto.

Fig. 5 — CRUZAMENTO DOS PELOTÕES

Ao sinal de clarim, deslocamento, ao trote dos Esqs. na pista até 10 metros além da metade do lado oposto de onde partiram, quando cortam a pista, realizando um percurso análogo ao assinalado para o I Esq. na Fig. No centro da pista deve se realizar o cruzamento dos pelotões, sem parar; para que isso aconteça, é necessário, os Pelotões marcharem distanciados e em andaduras reguladas.

Andadura: Trote.

Banda: Toca o trote.

Fig. 6 — QUATRO CÍRCULOS NA MÃO DIREITA

Quando os esquadrões atingirem os lados onde vão trabalhar fazem à direita, e, independente de ordem, por gestos dos seus Cmts., formam "por 3"; as 1as. esquadras dos G.C. (1º e 2º) continuam o movimento e as 2as. diminuindo a andadura, vão se colocar a retaguarda das 1as. Os Cmts. de Pels. enquadrados pelos dos G.C., permanecem nas testas das 1as. esquadras. Não deve existir distância entre os pelotões. Os Esqs. ao atingirem os cantos continuam o movimento em círculo na mão direita.

Andadura: Trote — Galope — Trote.

Banda: Toca a andadura correspondente.

Fig. 7 — DOIS CÍRCULOS NA MÃO DIREITA COM A FREnte DE SEIS

Os II e IV Esqs. à um sinal de clarim deslocam-se ao trote, respectivamente, para os cantos dos I e III Esqs., onde

vão formar um círculo com a frente de 6 (seis). Os Cmt. de Esqs. devem se deslocar no mesmo alinhamento.

Andadura e Banda: Como na Fig. Anterior.

Fig. 8 — QUATRO CÍRCULOS (2 NA MÃO DIREITA E 2 NA ESQUERDA)

Os II e IV Esqs., à um sinal de clarim, voltam aos seus cantos, porém, com uma mudança de mão pelo 8, como indica a Fig., ficando 2 Esqs. (I e III) trabalhando na mão direita, e os outros 2 (II e IV) na esquerda.

Andadura e Banda: Como na Fig. 6.

Fig. 9 — QUATRO CÍRCULOS (2 A 2 CONCÉNTRICOS E EM MÃOS DIFERENTES)

Os I e III Esqs., a um sinal de clarim, deslocam-se, respectivamente, para os cantos dos II e IV Esqs. onde vão formar, com êstes, 2 círculos concêntricos, nos quaes, aqueles trabalham na mão direita e êstes na mão esquerda.

Andadura e Banda: Como na Fig. 6.

Fig. 10 — QUATRO CÍRCULOS NA MÃO ESQUERDA

Os I e III Esqs., à um sinal de clarim, voltam aos seus cantos, porém, com uma mudança de mão pelo 8 (oito).

Andadura e Banda: Como na Fig. 6.

Fig. 11 — GRANDE CÍRCULO

Os I e III Esqs. (Testas das Alas), à um sinal de clarim, deslocam-se pela pista, como indica a Fig. enquanto os II e IV continuam em círculo até entrarem à retaguarda, respectivamente dos I e III Esqs.

Andadura: Trote.

Banda: Toque correspondente.

Figs. 12 e 13 — DOIS GRANDES CÍRCULOS CONCENTRICOS EM MÃOS DIFERENTES (1º e 2º Tempos)

A um sinal de clarim, a testa da 2^a Ala por uma mudança de mão pelo centro, como indica a Fig. 12, faz um círculo menor, (seria conveniente assinalar no solo uma circunferência de raio correspondente, cerca de 40 mts. de raio), e 1^a Ala diminue o Círculo Grande de modo a se aproximar do círculo da 2^a Ala.

Andadura: Trote — Galope — Trote.

Banda: Toque correspondente.

Figs. 14 e 15 — GRANDE CÍRCULO 1º e 2º Tempos)

Quando a testa do I Esq. atingir a altura do canto inferior direito, será dado um sinal de clarim, o movimento continua, e as testas dos I e III Esqs. ao alcançarem a metade dos lados onde se encontram fazem meia volta à esquerda, vindo tomar a pista no meio do lado adjacente, enquanto os II e IV Esqs. continuam pela pista como indica a Fig. 15. Os Esqs. s fazem Alto quando atingirem os locais indicados na Fig. 16.

Andadura: Trote.

Banda: Toca durante o movimento dos Esqs.

Fig. 17 — CRUZ DE SANTO ANDRÉ

A um sinal de clarim, os esquadrões rompem a marcha, ao passo, cortam a pista, até o meio, onde mudam novamente de direção e formam a CRUZ DE SANTO ANDRÉ, como indica a Fig. (Nota: As testas das 2as. esquadrões dos 1os. G.C. dos 2os. Pelotões, devem fazer alto antes da 2.^a mudança de direção).

Andadura: — Passo — Alto.

Banda: Toca durante o movimento dos Esqs.

Fig. 18 — ASA DO MOINHO (1º Tempo)

À um sinal de clarim, todos os Esqs. iniciam o movimento ao passo, os I e III, ao atingirem a pista, fazem "Conversão à direita" e entram em Batalha pela esquerda, fazendo Alto; os II e IV tomando a pista à mão esquerda, formam em Batalha por "3 à esquerda" nos locais indicados na Fig., onde farão Alto.

Andadura e Banda: Como na Fig. anterior.

Fig. 19 — ASA DO MOINHO (2º Tempo)

À um sinal de clarim, os Esqs. avançam em Batalha até a metade da pista e formam a ASA DO MOINHO.

Andadura e Banda: Como na Fig. 17.

À novo sinal, os Esquadrões "em Batalha" fazem conversão à direita, deslocando o flanco pião numa circunferência de raio igual a 10 metros.

Andadura: Passo (para o flanco pião).

Banda: Toca.

Fig. 20 — COLUNA DE ESQUADROES EM BATALHA

À um sinal de clarim, as sub-unidades entram em "Coluna de Esquadrões em Batalha" à proporção que forem atingindo o local do II Esq. na Fig. 19 onde tomam o trote. O comando seguido do seu séquito deslocar-se-á, em seguida, à galope para a testa do R., afim de conduzi-lo para o desfile.

Andadura: Trote.

Banda: Não toca.

Fig. 21 — COLUNA DE PELOTÕES

O R. depois de percorrer uma certa distância forma em "Coluna de Pelotões".

Andadura e Banda: Como na Fig. Anterior.

Fig. 22 — DESFILE

Desfile do Regimento, em **Coluna de Pelotões**.

Andadura: Galope.

Banda: Toca e continua na testa do R.

Fig. 23 — REGIMENTO EM BATALHA

Como na Fig. 1.

Fig. 24 — APRESENTAÇÃO FINAL

Aos gestos do Cmt. do R. de "em frente", "passo", "trote" e "galope", seguidos sucessivamente e com pequenos intervalos, o R. se desloca ao galope, até o seu Cmt. atingir 30° metros àquem do lado oposto, quando, à um gesto (espada no alto da cabeça) baixará, bruscamente o braço, imitado ao mesmo tempo, pelos Cmts. de Esqs., o Regimento fará alto instantâneamente. Em seguida o Cmt. do R. ordenará "Apresentar! Armas!"

Andadura: Passo e Trote (poucos tempos) Galope (quase todo o percurso).

Banda: Só tocará durante o galope.

Fig. 25 — COLUNA DE PELOTÕES

Cessados os compassos da Marcha Batida o Cmt. do R. ordenará "Pelotões à direita!", que será feito simul-

tâneamente por todos os Pelotões independente de ordem dos Cmts. de sub-unidades. A seguir ordenará "Bandeira, E.M., e Banda de Clarins a seus lugares".

— Retirada do Regimento, por 3.

Ao finalizar, e como uma homenagem aos meus dignos comandados do 9º R.C.I., que contribuiram em grande parte para o êxito do "Carroucel" JOÃO PROPÓCIO, quero enumerar apenas os nomes dos Sub-Cmt., Fiscal Adm., e Cmts. de Sub-unidades.

Sub-Cmt. — Maj. Osvaldo Mena Barreto,
Fiscal Adm. — Maj. G.

Fiscal Adm. — Maj. Osvaldo Niemeyer Lisboa.

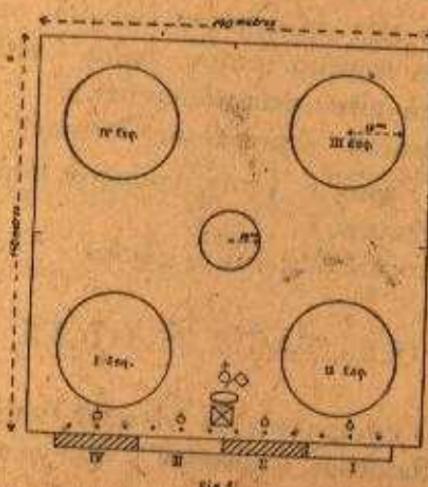
Cmt. do I Esq. Fzos. — Cap. João Batista Mendes.

Cmt. do II Esq. Fzcs. — Cap. Raul do Régo Mon-
Pôrto e depois 1º T. — Cap.

teiro Pôrto e depois 1º Tenente Otero do Vale.
Cmt. do III Esg. Esq. Cap. Raul do

Cmt. do III Esq. Fzos. — Cap. Luiz Felipe Azam.

Cmt. do Esq. Mtr. e Eng. — 1º Tenente Floriano Faria Correia e depois Cap. Joaquim de Melo Camarinha.



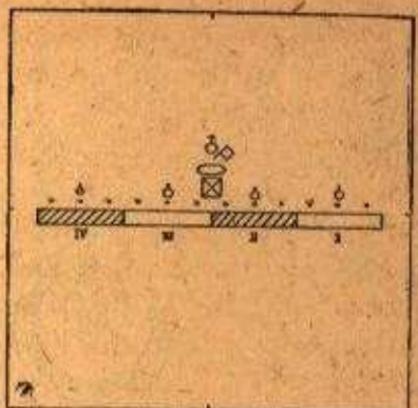


Fig. 2

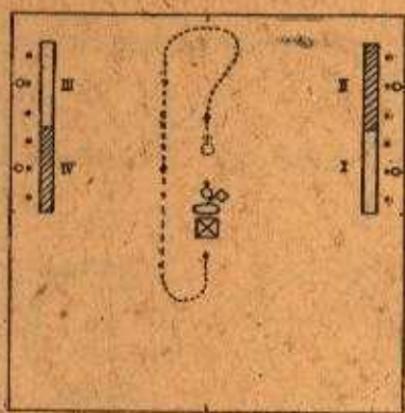


Fig. 3

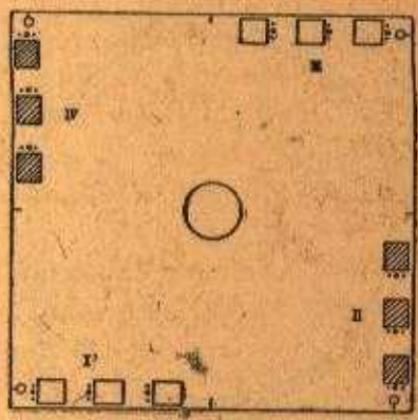


Fig. 4

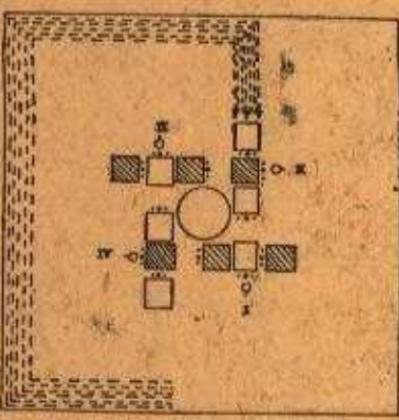


Fig. 5

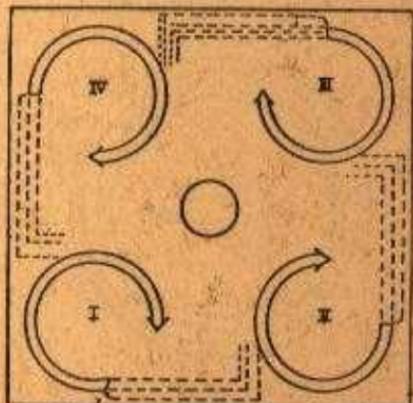


Fig. 6

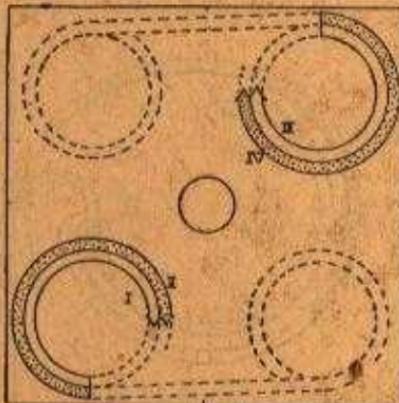


Fig. 7

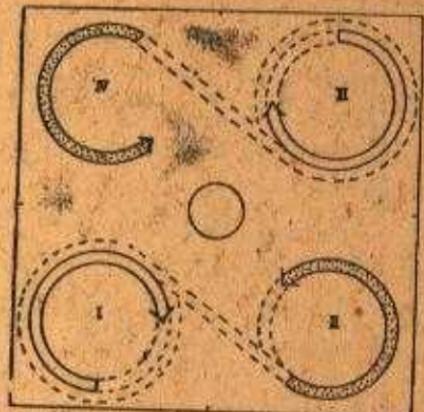


Fig. 8

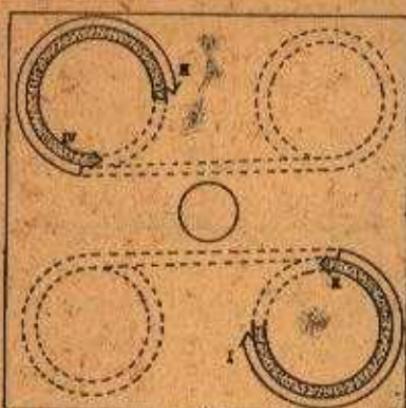


Fig. 9

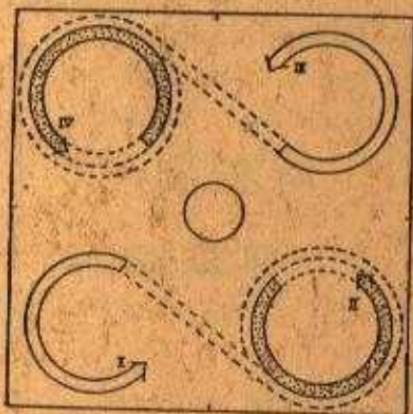


Fig. 10

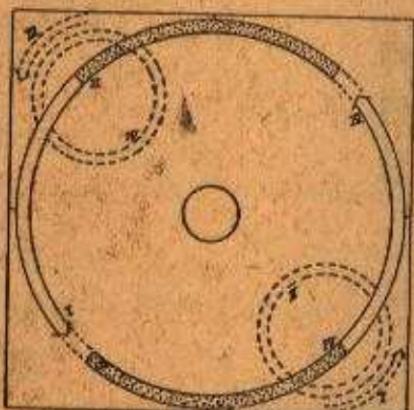


Fig. 11

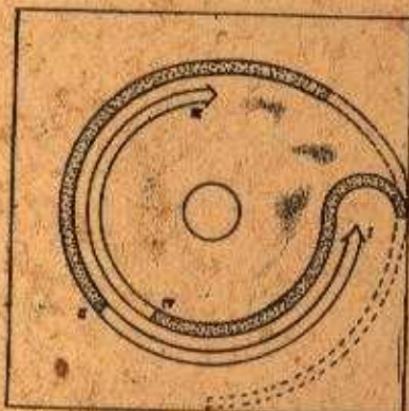


Fig. 12

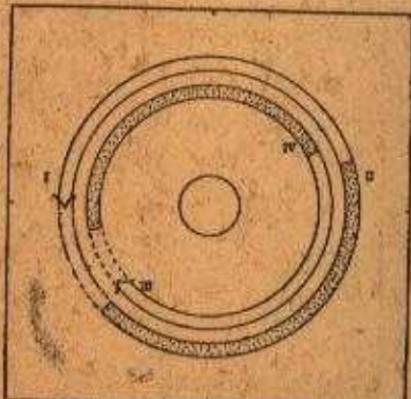


Fig. 13

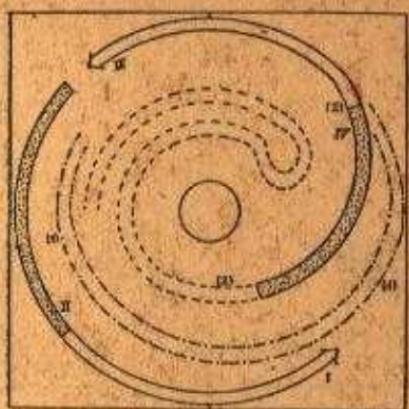


Fig. 14

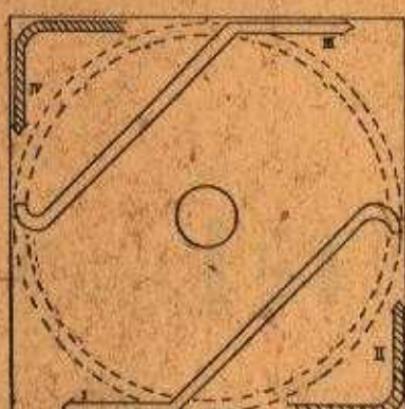


Fig. 15

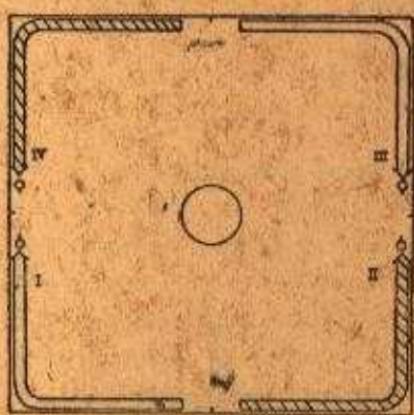


Fig. 16

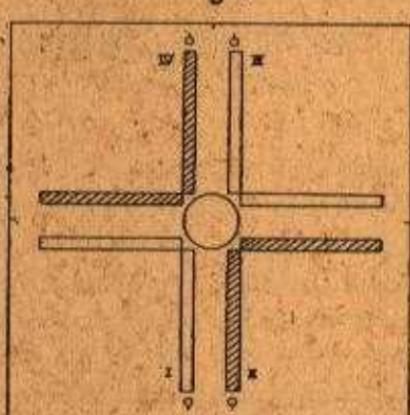


Fig. 17

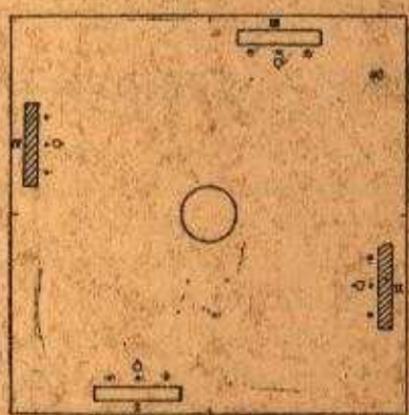


Fig. 18

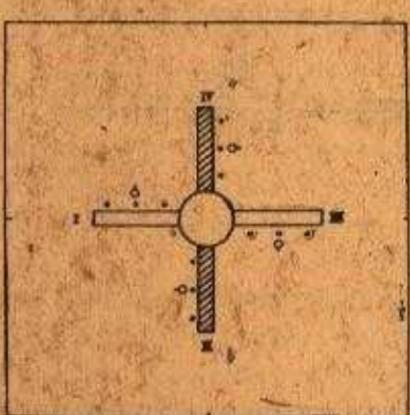


Fig. 19

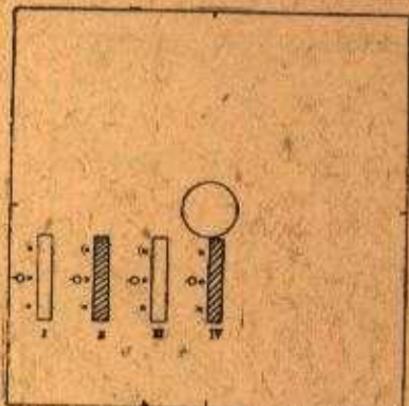


Fig. 29

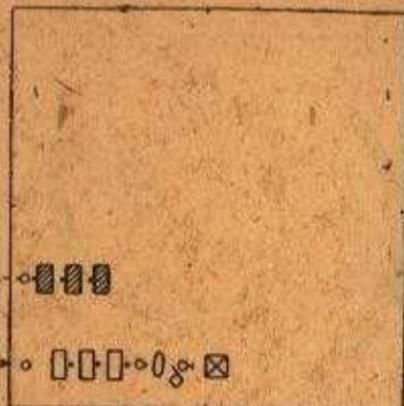


Fig. 21

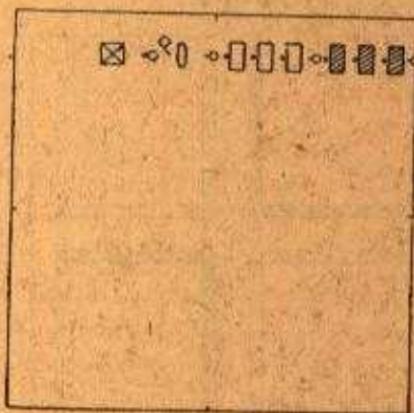


Fig. 22

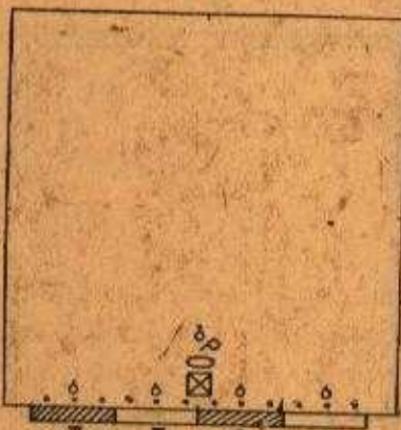


FIG. 23

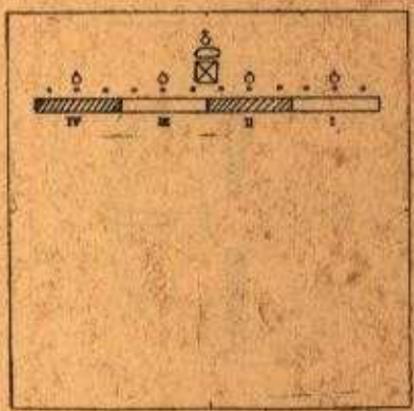
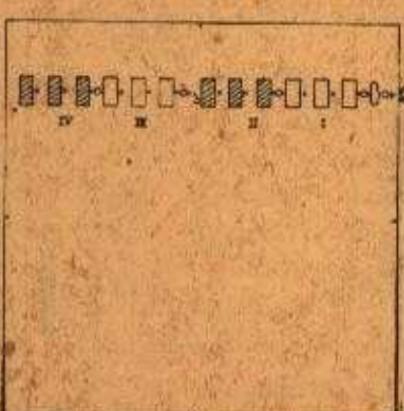


Fig. 29



四

A Escola de Estado Maior e a Instrução

*Coronel RENATO B. NUNES,
da Reserva de 1^ª classe.*

Dos inestimáveis benefícios que resultam, para o Exército, das atividades da Missão Militar Francesa, dois, pelo menos, têm resistido à nossa incurável versatilidade: a Escola de Estado Maior, que, por si só bastaria para laurear os nomes de Gamelin e Derougemont, se tantos outros títulos já não impusessem seus Derougemont, se tantos outros títulos já não impuzessem seus nomes ao nosso respeito e admiração; e outro, de natureza menos concreta, a predileção pelo estudo objetivamente orientado dos bons livros de cultura profissional.

Eramos, até cerca de três decênios, praticamente ignorantes dos problemas e das realidades da arte da guerra. Não que nos faltassem inteligência e amor ao estudo; ao contrário disso, líamos, e muito, mas, desordenadamente, sem a base de conhecimentos táticos fundamentais, indispensáveis à boa compreensão, ao discernimento, à faculdade de adaptar as idéias às nossas realidades.

Algumas reminiscências, se os fatos não estivessem patentes no espírito de todos nós, confirmariam o asserto: uma discussão que se travou, após uma aula, na extinta Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, entre camaradas que não eram os menos cultos da época, sobre se os tiros das armas automáticas deveriam

bater à frente ou a retaguarda das redes de arame farpado; o entusiasmo e a avidez com que todos corremos às livrarias, quando apareceu na Escola o primeiro exemplar do "Manuel du Gradé d'Infanterie"; finalmente, o espanto revelado por um dos mais cultos oficiais da Missão, pela diversidade das obras que líamos, e a respeito das quais lhe pedíamos sua opinião. Confessando-nos, francamente, não conhecer algumas delas, advertia-nos, ao mesmo tempo, de que a leitura só é proveitosa, quando sistemática e adequadamente escolhida. E nos punha em guarda, também, contra a multiplicidade dos regulamentos e instruções táticas elaboradas durante o transcurso da Grande Guerra, a quase totalidade das quais, por se terem tornado já obsoletas, eram exportadas pelos livreiros para outros países. Nossa imaginação alçava vôos sem destino; perdia de vista a terra.

Os progressos foram enormes; hoje, graças à preciosa orientação que nos ficou, da Missão Militar Francesa, já se lê, medita, discerne e adapta.

Criar, é o mais difícil, aperfeiçoar é tarefa mais suave. Na fase de transição que então se iniciava pode-se dizer sem exagero, cada uma de nossas escolas de tática, estava quase um grau abaixo de sua hierarquia na escola da instrução: sobre-carregavam-se os programas da Escola das Armas com grande cópia de matérias que deviam ter sido assimiladas primeiramente, qualquer dos êlos da cadeia da instrução profissional.

Os complexos e variadíssimos problemas da preparação para a guerra, em todos os seus aspectos militares, políticos e econômicos, são de tal maneira interdependentes, que exigem longa e ininterrupta série de realizações em todos os domínios das atividades nacionais. Os altos chefes e os órgãos especializados do Exército são os executantes naturais de toda a obra de caráter essencialmente militar, mas devem ser, igualmente, os orientadores da solução dos problemas, por êles bem definidos, mas que escapem de sua alcada, por serem de âmbito nacional. Uma cultura geral, pelo menos suficiente para compreender, localizar e definir os fenômenos de ordem social e humana e uma

cultura profissional sólida, realista, objetiva e completa, são requisitos indispensáveis dos chefes e do oficial moderno, sem o que, serão incapazes de exercerem suas funções de maneira integral. Noutras palavras, sem a existência de forças intelectuais constituindo um "sistema", isto é, um conjunto de forças que atuem harmonicamente, orientadas para um fim comum, será impossível "organizar" o quer que seja. Não é fabricando peças de máquina, por muito perfeitas e variadas que sejam, que se terá uma máquina. Criar um sistema de forças de pontos de aplicação, intensidades e direções mais ou menos arbitrárias, não constitui segurança de que a "resultante" coincida com as condições desejadas, ou impostas pelo problema.

Enquanto os chefes e os órgãos militares especializados, elaboram o plano geral da preparação para a guerra, e definem, em planos ou instruções complementares, com clareza e precisão, os problemas e as soluções que dependem de todos os colaboradores não militares, isto é, os demais órgãos do governo, os artistas, os cientistas os industriais e os intelectuais civis, enquanto se espera pelo "melhor", há sempre, algo de "bom" que executar.

Ora, como a ninguém seja dado predizer quando se formará a tormenta da qual poderá jorrar a faísca que vai desmantelar a casa desprevidida de pára-raios, que é prudente e obrigatoriamente aconselhável fazer?

Raciocinemos.

Os primeiros tempos do "após guerra", constituem, em regra, uma fase perigosa para a eficácia dos exércitos vitoriosos, mormente quando se insiste em acreditar na generosa utopia de que nunca mais se reproduzirão os inenarráveis horrores das pugnas armadas.

Duas ordens de idéias concorrem para aquêle perigo: — a tendência para satisfazer-se com o instrumento de guerra que conquistou a vitória, e a que leva a esperar que se concebam e realizem novos armamentos, para só então organizar o melhor dos exércitos. Esta última, é peculiar aos países que ainda não hajam organizado seu poderio militar, com a eficiência máxima admitida pelos recursos de que dispõem na atualidade.

Por certo, ambas as concepções têm suas razões de ser, não, porém, quando adotadas separadamente, com a exclusão de uma delas. Como sempre, e em tôdas as cousas, "in medio stat virtus", ou, noutras palavras, a virtude está na combinação judiciosa das duas concepções ou tendências.

Isto quer dizer que a organização e a instrução de um exército, partes integrantes da preparação para a guerra, não devem cristalizar-se nas lições da última guerra, nem aguardar indefinidamente a elaboração de planos excelentes, mas apenas ideados, de futuro incerto, e cuja execução não seja, desde logo, preparada enérgica e continuadamente, com método, pertinácia e inteira objetividade.

O que é lógico, imperativo, indispensável, é não descurar nunca de acrescer constantemente a eficácia *do exército que se tem*, como se élle houvesse de entrar em guerra amanhã, com os meios de que dispõe hoje. E' justamente esta verdade, trivial e evidente, como tôdas as de La Palisse, que corre o risco de ser esquecida ou menosprezada no momento conveniente.

Sómente o vencido não esquece, mas aproveita, as lições da experiência que pagou a preço de sangue e, não raro, com o sacrifício de sua soberania.

Manter em estado de *eficiência atual* um exército que vem de uma guerra feliz, é objetivo que se pode realizar; e, se isto não é suficiente para enfrentar com êxito tôdas as circunstâncias de um futuro mais ou menos remoto e sempre indefinido, é, pelo menos, o que se pôde e deve fazer para cobrir-se contra as eventualidades de uma guerra inesperadamente imposta, ou que ameace desencadear-se dentro em curto prazo. Com esse instrumento, é possível opor as primeiras resistências aos embates iniciais, ganhar tempo e espaço para o afluxo de novos recursos, mas sob condição, repitâmo-lo, de que tal instrumento não se haja anquilosado durante o período de paz decorrido.

Nem sempre haverá outros contendores amigos que ganhem o tempo e o espaço requeridos para que se corrijam as faltas de previdênciia e de preparação, como acontece quando a identidade de interesses, ou o perigo comum, facilitam os entendimentos e as alianças tácitas ou forçadas.

E', portanto, indispensável à segurança de um país que seu exército permanente se encontre sempre apetrechado e, notadamente, *instruído*, como se aguerra estivesse iminente. Esta preparação e esta instrução devem basear-se, pelo menos, nos meios e forma de ação utilizados, com proveito, na última guerra.

A observação e a experiência hauridas nas guerras passadas podem orientar o aperfeiçoamento dos meios existentes — material e instrução —, de vez que a criação de outros instrumentos de guerra é função do tempo, dos recursos financeiros e do potencial econômico e industrial do país. A questão do material no caso, não é, aliás, primordial, desde que o exército permanente esteja provido, no mínimo, dos meios de ação reputados, na atualidade, suficientes para garantirem a sua eficiência.

O que sobreleva, é a *instrução de combate*, isto é, a capacidade de tirar dêsse material o rendimento máximo de que élé é capaz, pois é evidente que mais valem mãos adestradas empunhando armas de eficácia embora apenas satisfatória, do que os mais aperfeiçoados engenhos manejados por soldados inexperientes. Em última análise, é o homem, o soldado, quem faz a guerra. Homens instruidos e intrépidos podem, até certo ponto, compensar a escassez dos meios; mas não há plano de ação habilmente concebido, que logre êxito com tropas incapazes e quadros incompetentes. O número, neste caso, só influi no coeficiente das perdas.

Para o homem que se bate, o problema é muito simples e sempre o mesmo: matar, sem ser morto. Nem de outra maneira se poderia interpretar a máxima do admirável Suvorow: — "a arte da guerra é a arte de saber morrer". Superar o inimigo na vontade e na ação; para tanto, pouco importa ao combate que sua unidade seja enquadrada em brigadas ou na infantaria divisionária. Não quer isto dizer, entretanto, que esta questão seja de somenos importância; ela é, todos o sabem, de grande relevância, mas é problema de outra natureza. Interessa aos chefes que têm de combinar e acionar as peças do tabuleiro de xadrez da guerra. A organização é, como toda obra humana, susceptível de aperfeiçoamento; mas, o que cumpre, é não descurar da

instrução corrente, *praticada* com os petrechos e meios atuais, enquanto se estudam os problemas mais elevados da organização do comando.

E este problema, também não se soluciona mediante decalques e imitações, porque na guerra não há modelos nem regras universais e invariáveis; nada independe do meio físico em que se travam as lutas. A flexibilidade das formações, a variedade das combinações de forças, as facilidades de comando, são coisas que, *à priori*, se devem exigir de uma organização de comando; mas, a confiança em si mesmo, nas próprias possibilidades de ação, sendo o fator mais poderoso da força moral, é preciso, também, que o oficial tenha fé na excelência dessa organização, porque seu espírito não se satisfaz com o imperativo das leis ou regulamentos. Ora, esta confiança só pode fundar-se na verificação, na experiência, não na experiência da guerra, porque, embora seja a mais convincente, essa escola, graças aos céus, não funciona permanentemente, mas naquela que se adquire nos campos de manobra, com grandes unidades constituídas, pelo menos, com efetivos assás aproximados dos de guerra. Foi nos campos de instrução que os americanos do norte formaram seus soldados e quadros admiráveis.

E' ainda a instrução de combate, agora em plano mais elevado, pois respeita também ao comando, que pode revelar, com segurança suficiente, a excelência ou as falhas da organização das forças. Mas, para que os resultados desta experiência sejam concludentes, é indispensável que a execução, isto é, a instrução dos homens e das unidades subordinadas, seja impecável. Recaimos, assim, no "leit-motif": a instrução efetiva, contínua, objetiva, estendida a todos os escalões do comando, quadros e soldados, é a condição básica na qual deve assentar qualquer decisão, quando se tem em mira aumentar a eficácia do instrumento de guerra que é o exército.

A escassez de meios não justifica os simulacros de instrução e, muito menos, a inércia. Pelo contrário, é a escassez e não a superabundância de meios, que exige dos chefes maior treinamento, maior flexibilidade de espírito e imaginação fértila, se quiser conseguirem o maior rendimento e segurança de

êxito das forças que comanda. A manobra e a economia de forças são o recurso principal dos que não dispõem da superioridade absoluta de meios; mas este jôgo só se aprende praticando e errando, para poder corrigir, depois, os erros, ou as imperfeições do instrumento de guerra.

Proceder de outra maneira, é expor-se a ser colhido em flagrante de despreparo para a guerra, que ninguém sabe quando virá. Ninguém deseja a guerra, mas estar sempre pronto para enfrentar, com segurança de êxito, aquela que nos fôr imposta, não é afrontar a cordialidade existente entre povos vizinhos, e sim dever sagrado de todos êles, notadamente quando afinidades de faça e a herança de prevenções militam contra um dêles, e a favor dos demais.

Não são os povos que provocam as guerras, porque sabem muito bem o quanto elas lhes custam; nem os interesses individuais. As causas da guerra, as reais e ocultas e não as que servem de lema ostensivo, sempre foram os interesses econômicos: conquista de mercados, de matérias primas, liberdade de rotas marítimas. São os dirigentes que apelam para elas, quando não receiam lançar mão desta *última ratio*, para resolverem os altos problemas dos interesses econômicos das coletividades. Ora, os dirigentes são mutáveis periodicamente; e o bom entendimento entre os governantes, por si só, não constitui garantia segura de paz, pois com êles, podem desaparecer até os últimos écos dos discursos cordiais e promissores dos banquetes.

Enquanto duas ou três gerações mundiais não forem educadas no horror à guerra, o flagelo há de pairar sempre ameaçador sobre a humanidade. E a guerra sómente poderá ser evitada mediante a intervenção de outra força material mais poderosa, isto é, com outra guerra.

* * *

Examinemos, agora, o segundo perigo que pode surgir no período de "após guerra".

Nada exerce maior influência nos espíritos do que o espetáculo das forças vitoriosas, e as causas que têm visos de inedi-

tismo, que se revestem das aparências de novidade. Este é o risco mais frequente porque, ou não damos o devido apreço às observações e experiências do passado, ou desconhecemos o que nelas há de essencial e perene.

D'aí, o falso juizo, infelizmente muito mais difundido do que possa parecer, de que a "maneira de fazer a guerra" mudou completamente.

Raros são os espíritos capazes de analizar e discernir as causas essenciais, fundamentais, das coisas; a atração e o deslumbramento pela "novidade", fazem o resto.

Nem todos se lembram, ou estão convencidos, de que "tática" não é um repositório de regras e princípios universais, aplicáveis não importa onde, quando, nem como. É um repositório, sim, mas de verdades e de experiências, que constituem o arsenal intelectual, aonde se vão buscar, em circunstâncias sempre particulares, inerentes ao problema em foco, as razões que justificam a escolha, a utilização e a combinação dos meios de que se dispõe, a fim de concluir pela "maneira mais adequada de agir, para alcançar o objetivo que se tem em mira."

E cousa, portanto, de raciocínio, de lógica, de saber adquirido pelo estudo, pela meditação contínua, pela aplicação prática, objetiva, nos campos de exército; mas nunca uma questão de folhear regulamentos táticos, ou a memória, para lembrar-se de como outros agiram com êxito, em situações que podem parecer análogas, nas quais, porém, imperavam inúmeros fatores particulares, quase sempre desconhecidos ou desprezados por quem pretende fazer, à *fortiori*, uma adaptação.

Os grandes generais do passado não triunfaram mercê das armas que empregavam, porque, depois dêles, muitos outros fracassaram, embora utilizassem meios de ação formidavelmente superiores. Tão pouco deveram as vitórias à forma de suas manobras, como tantos escritores militares porfiaram em demonstrar, incluída a famosa "ordem obliqua", de Frederico o Grande; mas pela oportunidade de aplicar esta ou aquela forma, segundo as circunstâncias particulares de cada situação.

Ora, missão, inimigo, terreno, meios de ação, incluída a força moral, são elementos que sempre existiram em todos os

tempos e lugares, e são êstes, ainda hoje, os fatores essenciais de qualquer decisão no campo de batalha. E' de sua análise, de seu julgamento justo, perfeito e completo, que dependem as vitórias.

E' certo que o progresso incessante das artes e das ciências, aperfeiçoando as armas existentes e criando outras, sempre mais poderosas, vem sugerir novas maneiras de agir, aumenta o número e as formas das combinações de fôrças destruidoras, mas não invalida os conhecimentos fundamentais antes adquiridos; ao contrário disso, enriquece de novos fatores o processo lógico do raciocínio, que deve conduzir às decisões acertadas.

Nada mais falso, portanto, do que pensar que precisamos aprender de novo como se faz a guerra.

E chegamos, assim, ao motivo principal destas considerações.

Dissemos, de inicio, que, da obra benéfica da Missão Militar Francesa, a Escola de Estado Maior pode ser considerada a instituição principal, e é também, a única, talvez, que manteve, até o presente, sua eficiência inicial.

E' nessa Escola que se preparam os oficiais para o exercício das funções do comando superior e de estado-maior, o que vale dizer, o primeiro estágio da formação dos generais. O Curso de Alto Comando, que nela igualmente se ministrava, mas que se extinguiu com a retirada da M.M.F., ampliava os conhecimentos adquiridos no curso de Estado-Maior, elevando-os ao nível dos altos problemas do comando-chefe e da preparação para a guerra, em todos os domínios desse vastíssimo campo; nele matriculavam-se os generais e alguns oficiais superiores, selecionados segundo suas aptidões, comprovadas noutros sectores da atividade militar.

Deverá constituir, ao mesmo tempo, uma espécie de laboratório de experiências intelectuais prévias, onde se ensaiassem novas concepções sobre organização do comando, das fôrças, dos novos meios de ação, que lhe fôssem indicadas pelo Estado Maior do Exército, e, enfim, tudo quanto devesse concorrer para o estabelecimento de uma doutrina de guerra, cuja verificação

prática e objetiva se processaria, depois, nos campos de manobra, com grandes unidades dotadas de efetivo de guerra e do material correspondente.

Foi muitas vezes criticada, por alguns espíritos aferrados à rotina, de "fazer romance", porque em seus exercícios teóricos, utilizava, por vezes, armas e outros meios de ação julgados, então, inteiramente fora de nosso alcance e, portanto, utópicos. Esqueciam-se êles de que o intelecto é tão suscetível de desenvolver-se e robustecer-se pelo exercício mental, como o físico pela ginástica, e de que é providência banal, preparar-se, pelo menos intelectualmente, para enfrentar os acontecimentos futuros.

Hoje, ainda poderá ser criticada, mas pelo excesso oposto, que é fruto das conclusões apressadas e das generalizações desmedidas: — "a guerra transformou-se, dizem, e a instrução nela ministrada tornou-se, portanto, obsoleta, insuficiente". Será a eterna mania de confundir desejos com realidades, e princípios dogmáticos com a faculdade de raciocinar. E' que nos falta, sobretudo, experiência.

Certamente, nossas tropas vêm de participar da "última" grande guerra, e a ninguém seria lícito articular qualquer restrição à intrepidez e devotamento com que se houveram oficiais e soldados; mas é forçoso reconhecer que a experiência não foi completa nem concludente. Há muita diferença entre cooperar numa guerra, e ter sobre os ombros a responsabilidade total de seu desfecho. Mormente, quando se age só, e com os únicos meios de que se dispõe.

Seria crença tão funesta julgar que o que temos é bastante para todo sempre, como pensar que em tôdas as futuras, ou possíveis guerras (que nos perdoem os crentes da paz perene a heresia...) hajamos de combater sempre sob um guarda-sol de aviões e atrás da muralha de aço dos carros blindados e dos obuzes de toda espécie.

Vamos, então, analisar mui perfuntoriamente, até que ponto as transformações, ou melhor, as "novidades" da última guerra terão infirmado a instrução que se professa em nossa Escola de Estado Maior, hipótese aceita, tão somente, para argumentar.

Qual a característica essencial, e mais geral das operações desta "última" grande guerra?

A superioridade absoluta, esmagadora, pulverizadora, da força material aliada à velocidade. É claro que sendo o homem a alma da máquina, a força moral e os enormes efetivos entram, também, no cômputo, daquêle potencial.

Mas, a ação da massa multiplicada pela velocidade, dispensa o raciocínio, a manobra?

Que respondam as belas manobras dos generais russos, para citar sómente a primeira reação poderosa contraposta às avalanches alemãs. Por outro lado, a tática foi muito semelhante à do touro, que investe com ímpeto brutal contra o adversário: se o apanha desprevenido, derriba-o, e vai até Dunquerque e o mar Cáspio; mas, se lhe cravam no lombo farpas certeiras e dolorosas, volta para Berlim.

As verdades táticas (para fugir à denominação equívoca de "princípios") que constituem a base lógica dos raciocínios táticos, compendiadas pela primeira vez há mais de mil e quinhentos anos por Vegetius, firmadas por Xenofonte, Alexandre, Aníbal, César, e que se completaram e confirmaram com Frederico, o Grande, Napoleão, Foch, Caxias e Osório, embora devam ser interpretadas segundo as épocas, perderam sua significação essencial adquirida através de séculos de observação e de experiência?

Deixaram elas de ser fatores fundamentais na busca da "maneira mais conveniente de agir para a consecução de um fim determinado?" Por outro lado, no domínio da psicologia, deixou o coração do homem de ser o mesmo inspirador de fraquezas e de heroismos que sempre foi, através de todas as idades, desde a catapulta até à bomba atômica?

Não parece.

E que se ensina na Escola de Estado Maior? Receitas para ganhar a guerra? Não se poderia lançar tal afronta à mentalidade dos que lá trabalham.

Ensina-se, isto sim, a raciocinar metódica e logicamente, e sem excluir nenhum dos fatores essenciais que influem na jus-

teza das decisões adequadas a cada situação-tática particular e bem definida.

Verifica-se, então, o seguinte: — se é geral e racional o método que, à custa de repetidas e variadas aplicações a casos concretos, se procura incutir no sub-consciente; se não exclui, antes engloba, todos aqueles fatores, sejam êles o arco e a flecha, a funda, a catapultá, o dardo, o fuzil, a metralhadora, o canhão ou o avião; se o processo mental do raciocínio os leva em conta e atribui a cada um os efeitos que a experiência e a observação determinaram, — êsse método é independente da época que se considera, da natureza dos meios de ação existentes em cada uma delas, e há de, forçosamente conduzir o chefe a estabelecer "a melhor maneira de agir, e que reuna a maior soma de probabilidades de êxito, a fim de impor sua vontade ao inimigo". E' a isto que se chama *a decisão*; e a decisão é prerrogativa dos chefes. A missão, isto é, o que se quer fazer, o inimigo e suas possibilidades de ação, o terreno onde nós e êle vamos agir, a repartição e o emprego dos próprios meios disponíveis, são os têrmos constantes e essenciais do raciocínio, e sempre existiram, em todos os tempos e lugares.

Dêem-se ao exército novas armas; aumentem-se ou se aperfeiçoem as existentes; organizem-se as forças de outra maneira, e o ensino ministrado pela Escola de Estado Maior estará sempre "em dia", porque êsses novos fatores da decisão entrarão exponencialmente, automaticamente, no processo mental do raciocínio que lá se pratica. Nisto reside a essência de sua finalidade. Mas, dêem-se-lhe, ao mesmo tempo, instrutores selecionados e em número suficiente, instalação material moderna, (eoucas estas que deslumbram os oficiais que cursam as escolas dos Estados Unidos) e seu rendimento crescerá, qualitativa e quantitativamente.

Na Escola de Estado Maior já não se ensinava mais tática por meio de conferências, como foi mister aceitar nos primeiros tempos, dada a inexistência de obras teóricas e o nosso atraso na arte; êsse processo restrinuiu-se aos assuntos de cultura geral, ou aos "casos vividos", de guerra, de cuja exposição se desejassem fazer ressaltar determinados ensinamentos. A instrução

assentou sempre na resolução de temas táticos, quer dizer, na aplicação objetiva e racional das normas, regras, preceitos ou princípios da arte da guerra, consubstanciados nos regulamentos táticos, e considerados *verdades atuais*, consagradas pela experiência e a observação. Mas, repita-se ainda uma vez, não pelo *valor específico* atribuído a qualquer desses princípios, e sim como fatores do raciocínio que devem conduzir à solução mais adequada a cada caso particular.

Mudam os atores, mudam os fatores, os meios e os processos, mas a lógica, não. E esta sempre constituiu a base de nossos raciocínios.

* * *

Continuemos, pois, a exercitar o que temos, enquanto se projetam os aperfeiçoamentos que virão mais tarde. Exercitemos, nos campos de manobra, não sómente companhias, batalhões e regimentos, mas também as grandes unidades com efetivos e material completos; porque, se não é na guerra que o soldado vai aprender as "primeiras letras" da instrução militar, muito menos nela poderá o oficial aprender seu mister de chefe.

Corrijamos, enquanto é tempo, o êrro funesto que se vai enraizando entre nós, de considerar a aviação uma arma independente, que faz, por si só, a *sua guerra*. As forças terrestres ignoram tanto a aviação, como estas as forças terrestres.

Nos áureos tempos da Missão Militar Francesa, fizeram-se alguns ensaios dessa cooperação, mas em quadros muito restritos, porque limitados pela escassez dos meios então existentes. Urge recomeçar; tudo, na guerra, é obra de cooperação. Não nos esqueçamos de que os oficiais da tropa se renovam, continuamente nos postos de comando, e os soldados, todos os anos. O que uns aprenderam hoje, outros ignoram amanhã, e por isto, o ciclo da instrução tem de completar-se todos os anos. A cooperação aviação-fôrça terrestres, deve ser objeto de contínuos exercícios, notadamente, o que toca ao conjugado cavalaria-aviação, que exige imperativamente o concurso de ambas as armas no

cumprimento das missões de informação, de descoberta. Que se completem e exercitem as unidades de engenharia e de transmissões, os serviços provedores e de transporte, dotados, todos, pelo menos, do aparelhamento mínimo essencial, que não pode deixar de existir. Rumo aos campos de instrução, sem a preocupação de executar causas perfeitas, e sem o receio de errar, porque de cada erro nasce sempre uma lição fecunda. Os êrros, nos exercícios do tempo de paz, corrigem-se com trabalho e perseverança; mas os do campo de batalha, pagam-se, quando menos, a preço de sangue.

Eis as considerações que me pareceram oportuñas, e não destituidas de fundamento. A não ser que se acrede piamente na harmonização perene e universal dos interesses e antagonismos humanos, ou nas virtudes apaziguadoras da bomba atómica.

Indústrias¹, "CAMA PATENTE L. LISCO" S/A.

A maior fábrica de camas da América do Sul

Legitima só com a faixa azul!

Grande
fornecedor
dos Exércitos
Nacional
e Americano



Matriz : Rua Rodolfo Miranda, 97 - S. Paulo

Filiais : RIO DE JANEIRO - Rua Figueira de Melo, 307 — Loja:
— Rua 7 de Setembro, 177.
— BELO HORIZONTE, RECIFE, BAHIA, PORTO ALEGRE e
— PELOTAS.

Agências : MANÁUS, BELÉM DO PARÁ, FORTALEZA, NATAL e
— MACEIÓ.

Diretoria de Recrutamento

Regulamento dos Tiros de Guerra

Decreto n. 19.694 de 1 de Outubro de 1945

D. O. de 8 de Outubro de 1945

CAPÍTULO I

Dos Tiros de Guerra e sua criação

Art. 1.º Os Tiros de Guerra (T. G.) são centros de formação de reservistas de 2.ª categoria do Exército, da arma de infantaria, criadas pelo Governo Federal em municípios distantes das Guarnições Federais, e destinados aos cidadãos convocados e não incorporados aos Corpos de Tropa, Formação de Serviços e Estabelecimentos Militares.

Parágrafo único — Nas localidades onde existir Guardião Federal, não funcionarão Tiros de Guerra.

Art. 2.º A criação dos Tiros de Guerra cabe ao Ministro da Guerra, por proposta da Diretoria de Recrutamento.

§ 1.º A direção do Tiro de Guerra compete a oficial combatente da reserva, capitão ou 1.º Tenente, residente no local e designado pelo Comandante da respectiva Região Militar.

§ 2.º Caso não exista na localidade oficial da reserva, a direção do Tiro de Guerra caberá ao Prefeito da localidade.

Art. 3.º A sede, material de expediente, móveis, utensílios e o polígono de tiro, constituem encargos das Prefeituras Municipais, onde forem os mesmos instalados.

§ 1.º O armamento, munição, alvos e conservação do material, ficarão a cargo do Exército.

§ 2.º Para auxiliar os trabalhos dos Tiros de Guerra, o Prefeito designará um funcionário da Prefeitura, que será o responsável pela guarda e conservação de todo o material acima mencionado, e demais instalações necessárias, exceto o armamento, munição e alvos, que ficarão sob guarda e responsabilidade do instrutor que, por auxiliar, terá um soldado.

Do seu funcionamento

Art. 4.º O período de instrução será de nove meses, inclusive os trabalhos de exame e compromisso a Bandeira.

Art. 5.º Criado o Tiro, o comandante da Região nomeará, de acordo com este regulamento, o Diretor, instrutores e soldados auxiliares.

Parágrafo único. Os Tiros de Guerra terão o número de instrutores e soldados auxiliares correspondentes a turmas de 50 homens, e funcionarão com o mínimo de 50 convocados.

Da incorporação

Art. 6.º Serão incorporados aos Tiros:

a) Os convocados residentes há mais de um ano em sede de município designado para possuir Tiro de Guerra e que possuam recursos para aquisição de fardamento.

b) Os convocados, alunos ou diplomados de Instituto de Ensino Superior, oficial ou reconhecido, que residam em localidade onde não exista Centro ou Núcleo de Preparação de Oficial da Reserva, nem guarnição federal.

c) Os portadores de certificados de instrução pré-militar, que não sejam diplomados por Instituto de Ensino Superior e tenham o curso secundário completo, ou, no mí-

nimo, o curso ginásial de que trata o Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942 ou a 3.^a série do curso secundário, a que se refere o Decreto-lei n. 21.241, de 4 de abril de 1932.

§ 1º Os convocados residentes em município destinado a Tiro de Guerra e que não possam, pela distância de residência, freqüentar as sessões de instrução, serão creditados ao serviço em corpo de tropa.

§ 2º Os incorporados de acordo com a letra b) que não concluirem o curso com aproveitamento, seu tempo de serviço militar será o mesmo dos demais incorporados da classe a que pertencerem.

§ 3º Os incorporados de acordo com a letra c) que não concluirem o curso com aproveitamento serão na imediata época de incorporação, incluídos em corpo de tropa ou formação de serviço, para fazerem um ano de instrução.

Art. 7º A incorporação realizar-se-á nas seguintes datas:

- 1) na 1.^a Zona Militar, no 1.^º dia útil de janeiro;
- 2) na 2.^a Zona Militar, no 1.^º dia útil de março;
- 3) na 3.^a Zona Militar, no 1.^º dia útil de fevereiro.

Art. 2º Após a incorporação o Diretor do Tiro de Guerra providenciará junto ao S. I. E. a identificação de todos os convocados incorporados.

§ 1º Os Tiros de Guerra poderão, com permissão do comandante da Região Militar, enviar um sargento, durante o período de férias, ao G. I. R. ou P. I., a fim de fazer um estágio de 8 dias, com o propósito de o habilitar na tomada de impressões digitais.

§ 2º O Tiro de Guerra que dispuser de Sargento instrutor habilitado nas condições do parágrafo anterior não necessitará de requisitar pessoal identificador. O material de identificação será então fornecido, mediante requisição do Diretor do Tiro de Guerra, ao G. I. R. ou P. I. mais próximo, sendo todo o serviço verificado pelo S. I. E.

CAPÍTULO II

Do Inspetor Regional dos Tiros de Guerra

Art. 9.^o Em cada Região Militar haverá um inspetor de Tiro de Guerra, major da arma de infantaria e um auxiliar capitão. O inspetor será verdadeiro agente executivo imediato da Diretoria de Recrutamento, em relação aos Tiros de Guerra e órgão de ligação entre aquela e a Região.

Parágrafo único. O contingente da inspetoria será de um 2.^o sargento, três terceiros, dois cabos e dois soldados. Os sargentos instrutores do Quadro não poderão servir na inspetoria.

Art. 10. A Inspetoria Regional dos Tiros de Guerra é subordinada à Diretoria de Recrutamento e funciona, sempre que possível, no Quartel General da Região, da qual depende no ponto de vista disciplinar, ficando o Inspetor dispensado de outros encargos alheios à sua função.

Art. 11. Compete ao Inspetor Regional dos Tiros de Guerra:

a) Fiscalizar todo o serviço relativó aos mesmos, não só na parte administrativa, como também na da instrução.

b) Visar os pedidos de armamento, munição e alvos, enviando os primeiros ao chefe do S. M. B. R. e os últimos à Diretoria de Recrutamento.

c) Comunicar à Diretoria do Recrutamento tôdas as ocorrências de importância.

d) Providenciar para que tôdas as obras relativas à construção e segurança dos polígonos de tiro, obedecam às plantas e orçamentos aprovados pela Diretoria de Recrutamento.

e) Fornecer à Diretoria de Recrutamento informações sobre os diversos aspectos da organização e funcionamento da instrução.

f) Inspecionar, freqüentemente, o estado de conservação e limpeza do armamento, bem como de todo o material fornecido ao Tiro de Guerra.

g) Inspecionar, pessoalmente, pelo menos uma vez por ano, os Tiros de Guerra, fazendo-se representar por seu auxiliar, quando eventualmente não puder executar alguma das inspeções.

h) Organizar todos os documentos de instrução exigidos por este Regulamento, enviando anualmente à Diretoria de Recrutamento, trinta dias após a incorporação uma relação nominal, contendo filiação, profissão, município de nascimento, sinais característicos, etc., dos convocados incorporados.

i) Enviar à Diretoria de Recrutamento, logo que termine o ano de instrução, relatórios minuciosos dos serviços, com indicação das providências necessárias para melhorá-los, e bem assim os mapas de estatística geral e numérico dos reservistas de 2.^a categoria apurados durante o ano, acompanhados das primeiras vias das cópias das atas de exames, cujas relações, modelo A, devem ser enviadas à Circunscrição de Recrutamento interessada.

j) Transmitir aos Tiros de Guerra todas as ordens recebidas da Diretoria de Recrutamento, ficando responsável pela fiscalização do cumprimento das mesmas, dando conta em tempo útil, àquela, da inobservância das citadas ordens.

k) O Inspetor dos Tiros de Guerra tem, de acordo com o R. D. E., atribuição para punir seus subordinados imediatos, inclusive os Diretores e instrutores dos Tiros de Guerra da respectiva Região Militar.

Art. 12. O Inspetor dos Tiros de Guerra poderá se corresponder diretamente com outras autoridades sediadas na Região interessada, quando necessário.

Do Diretor

Art. 13. O Diretor do Tiro de Guerra será um oficial da reserva, capitão ou 1.^a Tenente, indicado pelo Inspetor de Tiros e nomeado pelo Comandante da Região.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor uma gratificação mensal de Cr\$ 450,00 (sacados pelo S. F. R.).

Art. 14. Ao Diretor compete:

- a) Dirigir o Tiro de Guerra, cumprindo e fazendo cumprir os regulamentos e tódas as ordens expedidas pelas autoridades competentes.
- b) Resolver todos os assuntos de caráter urgente, dando ciência ao Inspetor de Tiros.
- c) Organizar os pedidos de armamento, munição, alvos, um binóculo, duas bússulas, ferramenta e correames, tudo de acordo com as disposições vigentes e modelos anexos.
- d) Assintar toda correspondência relativa ao Tiro de Guerra.
- e) Apresentar relatório anual.
- f) Representar o Tiro de Guerra em suas relações com as autoridades e delegar poderes, em caso de necessidade.
- g) Facilitar à Inspetoria e ao Instrutor, os meios para desempenharem as suas funções e fornecer-lhes todos os dados relativos ao Tiro de Guerra.
- h) Ispencionar todos os serviços administrativos tomando as providências necessárias e de sua alçada.
- i) O Diretor tem atribuições inerentes ao de Comandante de Sub-unidade, particularmente no que se refere à instrução. Em qualquer emergência será substituído pelo instrutor mais graduado.

Dos Instrutores

Art. 15. A instrução será ministrada por Sargentos do Exército ativo, pertencentes ao Quadro de Instrutores.

Do Diretor

Art. 13. O Diretor do Tiro de Guerra será um oficial da reserva, capitão ou 1.^o Tenente, indicado pelo Inspetor de Tiros e nomeado pelo Comandante da Região.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor uma gratificação mensal de Cr\$ 450,00 (sacados pelo S. F. R.).

Art. 14. Ao Diretor compete:

a) Dirigir o Tiro de Guerra, cumprindo e fazendo cumprir os regulamentos e tôdas as ordens expedidas pelas autoridades competentes.

b) Resolver todos os assuntos de caráter urgente, dando ciência ao Inspetor de Tiros.

c) Organizar os pedidos de armamento, munição, alvos, um binóculo, duas bússulas, ferramenta e correames, tudo de acordo com as disposições vigentes e modelos anexos.

d) Assinar toda correspondência relativa ao Tiro de Guerra.

e) Apresentar relatório anual.

f) Representar o Tiro de Guerra em suas relações com as autoridades e delegar poderes, em caso de necessidade.

g) Facilitar à Inspetoria e ao Instrutor, os meios para desempenharem as suas funções e fornecer-lhes todos os dados relativos ao Tiro de Guerra.

h) Ispencionar todos os serviços administrativos tomando as providências necessárias e de sua alcada.

i) O Diretor tem atribuições inerentes ao de Comandante de Sub-unidade, particularmente no que se refere à instrução. Em qualquer emergência será substituído pelo instrutor mais graduado.

Dos Instrutores

Art. 15. A instrução será ministrada por Sargentos do Exército ativo, pertencentes ao Quadro de Instrutores.

Parágrafo único. A função de instrutor, em princípio, é privativa dos Sargentos do Quadro de Instrutores, podendo entretanto serem nomeados, instrutores oficiais subalternos combatentes da reserva de 2.^a classe, devidamente habilitados, tendo preferência os oficiais que integraram a F. E. B.

Art. 16. Os Sargentos instrutores do Quadro de Instrutores, perceberão no período de instrução dos Tiros de Guerra uma diária de Cr\$ 7,00 e os oficiais instrutores a gratificação mensal de Cr\$ 300,00.

Art. 17. O Quadro de Instrutores será provido e movimentado pela Diretoria de Recrutamento. O ingresso e a exoneração no mesmo será feita pela Diretoria das Armas, por proposta da Diretoria de Recrutamento, tudo de acordo com as leis e regulamentos em vigor.

Art. 18. Todos os assuntos referentes ao Quadro de Instrutores são da alçada da Diretoria de Recrutamento, com exceção da inclusão e exclusão no Quadro, que é feita conforme preceitua o artigo anterior.

Art. 19. Os vencimentos, gratificações dos Diretores, instrutores (oficiais e Sargentos) serão sacados pelo Quartel General das Regiões Militares em que servirem.

Art. 20. Os instrutores são diretamente subordinados aos Inspetores Regionais dos Tiros de Guerra, competindo-lhes:

- a) Cumprir rigorosamente os regulamentos, diretrizes, programas de instrução e quadros de trabalhos organizados pelos Inspetores Regionais dos Tiros de Guerra.
- b) Manter em dia toda a escrituração relativa à instrução dos convocados.
- c) Zelar pela conservação do armamento e consumo da munição, fazendo recolher ao S. M. B. R. por intermédio da Inspetoria de Tiros, os estojos vazios.
- d) Acautelar em todos os sentidos os interesses da Fazenda Nacional.
- e) Responder pelo rendimento eficiente da instrução.

f) Fazer aplicar as medidas necessárias para garantir o policiamento e segurança do polígono de tiro, de acordo com o R. T. A. P.

g) Apresentar ao Diretor do Tiro de Guerra, a fim de serem submetidos a exame, os convocados julgados aptos para esse fim.

h) Só se comunicar com o Inspetor de Tiros por intermédio do oficial Diretor do Tiro de Guerra.

CAPÍTULO III

Da Instrução nos Tiros de Guerra

Art. 21. A instrução compreende:

- a) Escola do soldado.
- b) Escola de cabo.

Parágrafo único. A Escola de cabo funcionará em dois períodos:

a) No início da instrução, com os portadores do certificado pré-militar, durante 6 (seis) meses.

b) Três meses após o início da instrução da escola do soldado, com os demais convocados nas condições da artigo 23, inclusive os de que trata a letra c) do art. 6.º.

Art. 22. Na escola do soldado serão matriculados os convocados incorporados ao Tiro de Guerra, com exceção dos portadores de instrução pré-militar e os compreendidos na letra b), do art. 30 da Portaria n. 8.196, de 26-4-1945.

Art. 23. Na escola de cabos serão matriculados os alunos ou diplomados de Institutos de Ensino Superior oficial, ou reconhecido, e os de que trata a letra c), do art. 6.º.

Parágrafo único. Os portadores de certificado pré-militar farão o curso em 6 meses e os demais incorporados nas condições do presente artigo farão o curso em 9 meses, sendo os três primeiros na escola do soldado.

Art. 24. Os portadores do certificado pré-militar, matriculados na escola de cabos, e que não concluirem o curso

com aproveitamento, a duração de seu tempo de serviço militar será a mesma dos demais incorporados da classe a que pertençam, sendo transferidos para a escola de cabos, prevista no segundo período.

Art. 25. Os demais convocados matriculados nas condições do art. 23, que não concluirem o curso com aproveitamento, serão, na imediata época de incorporação, incluídos em corpo de tropa ou formação de serviço, para fazer um ano de instrução de acordo com o § 2.c do art. 30 da Portaria n. 8.196, de 26-4-1945; salvo os previstos na letra c), do art. 6.º, que terão sua situação regulada pelo parágrafo único do art. 31 da citada Portaria.

Art. 26. Na escola do soldado serão ministrados os seguintes ramos de instrução:

1) Educação Moral: — base da preparação moral do homem para a guerra — comportando em linhas gerais:

a) Esplanação dos conceitos de País, Nação e Sobrania, formando o conceito de Pátria.

b) Estudo sucinto de fatos importantes da nossa História, objetivando o culto de nossos grandes vultos civis e militares.

c) Estudo sucinto da Bandeira Nacional, símbolos e escudos.

d) Hinos e Canções.

2) Instrução Geral: — Preparação da conduta dos homens no meio civil e militar, por meio das noções vividas no ambiente militar, do reservista de 2.ª categoria, comportando:

a) Continência e sinais de respeito.

b) Estrutura Geral do Exército e organização sumária das unidades de infantaria, hierarquia militar e distintivos.

c) Estrutura geral do serviço militar e deveres do reservista.

d) Serviços gerais no que interessar aos Tiros de Guerra.

3) Educação Física: — Formação de combatentes robustos e desembaraçados no exercício de suas funções, fortalecendo o sentimento de disciplina e o espírito de solidariedade, desenvolvendo a confiança em si próprio.

4) Instrução Técnica: — Compreendendo: . . .

a) Ordem unida — enquadramento e formação disciplinar do homem até o âmbito do grupo de combate.

b) Maneabilidade — exercícios preparatórios de enquadramento, formações, mecanismo dos movimentos, que serão executados no combate, independente de qualquer situação tática.

c) Armamento — conhecimento de todo o armamento e material disponível no Tiro de Guerra.

d) Tiro — conhecimento geral para formação do atirador. Os convocados deverão fazer o tiro n.º 9 de acordo com o R. T. A. P.

e) Organização do Terreno — possibilidades e utilização da ferramenta de sapa portátil no aproveitamento do terreno.

5) Instrução Tática:

a) Instrução de combate — préparo dos homens no âmbito do grupo de combate, para agirem, eficazmente, nas diversas circunstâncias do combate.

b) Instrução do serviço em campanha — tendo por fim ensinar o procedimento do homem nas diversas eventualidades da vida em campanha: marchas, estacionamentos, transportes em estradas de ferro e automóveis, serviço de segurança, etc.

Art. 27. A escola de cabo da reserva, de que trata o art. 21, terá como finalidade:

1) Habilitar os candidatos como perfeitos executantes na instrução complementar da escola do soldado.

2) Habilitá-los no comando da esquadra e do grupo de combate, tanto na ordem unida como no combate e serviço em campanha.

Art. 28. Serão tratados na escola de cabo os seguintes assuntos:

a) Educação Moral: — aperfeiçoamento das virtudes militares dos futuros cabos, para aplicação nos atos do serviço, incutindo-lhes no espírito as virtudes que edificam o valor moral dos quadros.

b) Instrução Geral: — dar aos candidatos noções de organização de pelotão e companhia; conhecimentos de geografia e história, pátria, principalmente militar, iniciando assim o candidato como monitor, com a prática das funções e deveres no serviço interno e de guarnição.

c) Educação Física: — Iniciar os candidatos como monitores de educação física.

d) Instrução Técnica:

1) Ordem unida: aperfeiçoar os candidatos na execução perfeita da escola de soldado e iniciá-los como monitores desta mesma escola.

2) Maneabilidade: treinar os candidatos no comando da esquadra e do grupo de combate.

3) Armamento e Tiro: aperfeiçoar os candidatos na utilização e conhecimento do armamento da infantaria; treiná-los na execução do tiro de F. M. H. e Fz. Mtr. do âmbito da esquadra e grupo de combate e Seção.

4) Organização do terreno: estudo, conhecimento e emprêgo da ferramenta de sapa portátil. Nomenclatura e dimensões dos perfis, trincheiras e sapa. Estudo dos obstáculos, obras de faxina, abrigos e cobertas. Construção do abrigo individual, trincheira, sapa.

5) Observação e Topografia: aperfeiçoar os conhecimentos referentes à observação, descoberta, designação de objetivos e avaliação de distâncias, bem como noções de leitura de cartas, emprêgo da bússola, binóculos e croquis.

6) Transmissões: dar aos candidatos a prática na transmissão a braço, no emprêgo dos painéis e artifícios, bem como as regras de proceder com mensageiros e estafetas na transmissão de ordens e partes.

7) Higiene e Socorros de Urgência: ensinar aos candidatos a prática dos socorros médicos de urgência, bem como as regras de higiene individual e coletiva.

e) Instrução Tática:

1) Combate e Serviço em Campanha: aperfeiçoar os candidatos como executantes perfeitos na instrução complementar do soldado e treiná-los no comando da esquadra e grupo de combate.

Art. 29. A planificação e fiscalização da instrução, repousa sobre os seguintes documentos:

1) Diretrizes anuais da Diretoria de Recrutamento para cada zona, e rigorosamente dentro dos limites deste regulamento e do R. P. I. Q. T. no que fôr aplicável.

2) Plano de instrução para cada Região Militar, organizado pelo Inspetor, calcado nas diretrizes da Diretoria de Recrutamento, comportando:

a) Prescrições gerais sobre a maneira de conduzir a instrução.

b) Calendário geral, minucioso, organizado em meses de quatro semanas de doze horas.

c) Distribuição prevista para os dias de instrução, sendo as mesmas diurnas com a duração de duas horas efetivas, úteis, às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, dando prioridade aos domingos para as instruções de tiro, combate e serviço em campanha e organização de terreno, que terão a duração de quatro horas.

d) As instruções nos meses de maio, junho, julho e agosto, serão diurnas; os demais meses poderão ser aproveitados para as instruções à noite.

e) Modelos dos quadros semanais, livros de registro e outros documentos a serem adotados.

f) Relação dos documentos que os Diretores deverão remeter à Inspetoria e outras prescrições particulares que se tornarem necessárias.

3) Quadros mensais de trabalhos organizados pelos Diretores de Tiro de Guerra e quadros semanais elaborados

pelos Instrutores, os quais serão remetidos à Inspetoria para verificação e controle.

4) Súmula das matérias dadas durante o mês, a ser enviada pelos instrutores, contendo a indicação do que foi realmente dado, do que foi substituído por motivo de força maior e número de horas preenchidas.

5) Relação mensal de freqüência contendo o nome de todos os faltosos.

6) Relatório trimestral dos Diretores remetidos às Inspetorias.

CAPÍTULO IV

Da freqüência à Instrução

Art. 30. A instrução deverá ser conduzida de modo a serem evitadas as preleções, procurando, sempre que possível, tornar a instrução objetiva, com criação de incidentes principalmente no ramo de combate, tendo assim, a instrução tanto quanto possível, caráter essencialmente prático.

Art. 31. O registro da instrução será obrigatoriamente feito pelo instrutor, após terminada a mesma, com observações sobre o andamento da instrução, bem assim das faltas havidas.

§ 1.º As turmas são numeradas dentro de rigorosa ordem alfabética.

§ 2.º O instrutor do Tiro de Guerra assinará o livro diariamente após a assinatura do último aluno; o Diretor visará o registro da instrução e os livros de faltas, semanalmente.

Art. 32. A freqüência à instrução é um ato de serviço militar, por cujas faltas serão responsabilizados os convocados que as cometem.

Art. 33. A verificação da presença será feita no início e no fim de cada instrução ou exercício (prático ou teórico).

Art. 34. É considerado falta tanto o não comparecimento a qualquer ramo da instrução ou exercício prático ou teórico), como o comparecimento com atraso, ou ainda, a retirada do instruendo antes da sua terminação.

Art. 35. Ao convocado que, por motivo justificado, faltar no mesmo dia a um ou mais ramos da instrução ou exercício, ou que dêle se retirar antecipadamente, marcar-se-á um ponto; aos domingos, dois pontos.

§ 1.º Se a falta não fôr justificada ser-lhe-á marcado mais um ponto, ficando, além disso, sujeito a corretivo disciplinar.

§ 2.º A justificação da falta, quando por doença, será feita mediante apresentação de atestado médico, com firma reconhecida, a Juízo do Diretor.

Art. 36. O convocado que completar 20 pontos será considerado retardatário.

Art. 37. Aos convocados retardatários serão aplicados os dispositivos previstos nos arts. 24 e 25.

CAPÍTULO V

Dos exames

Art. 38. Os exames serão realizados perante uma comissão constituída de três membros: o Diretor, um oficial designado pelo Comandante da Região e um oficial instrutor.

Parágrafo único. Caso o Tiro de Guerra não tenha oficial como instrutor, será escalado um oficial da reserva de 2.ª classe residente na localidade para completar a comissão.

Art. 29. Serão submetidos a exame os convocados que satisfizerem as seguintes condições:

a) Freqüência dentro dos limites estabelecidos neste regulamento.

b) Ter feito pelo menos tiro n. 9.

c) Ter tomado parte em tôdas as marchas realizadas durante o ano. Essas marchas serão progressivas, de 8, 12, 16 e 24 kms, sendo uma delas noturna.

Art. 40. São condições mínimas para aprovação nos exames:

a) Educação Moral: — Saber o Hino Nacional e o da Bandeira; conhecer o resumo da vida militar de Caxias e Osório, e as principais guerras do Brasil.

b) Instrução Geral: — Saber apresentar-se com desbarbaço e fazer corretamente a continência individual; saber perfeitamente a organização das unidades de infantaria até companhia.

c) Ordem unida: — Executar corretamente os movimentos individuais com e sem arma.

d) Tiro e Armamento: — Ter satisfeito as condições previstas no R. T. A. P. para série de tiros de números 1, 3, 4, 5, 7, 8 e 9; saber enumerar os atos de tiro, acusando certo, o ponto de partida de todos os tiros que realizar; montar e desmontar o fuzil, carregar e descarregar.

e) Maneabilidade: — Conhecer tôdas as formações, movimentos, mudanças e mecanismos para execução dos fogos e movimentos.

f) Combate: — Conhecer toda a instrução do volteador isolado e no interior do grupo de combate.

g) Educação Física: — O exame dêste ramo da instrução constará de uma lição de aplicações militares.

Art. 41. Os exames serão teóricos, práticos e individuais.

Art. 42. Os exames terão inícios na 2.^a quinzena do nono mês de instrução.

Parágrafo único. Para os matriculados no curso de cabo, previstos na letra a), parágrafo único do art. 21, os exames serão realizados na 2.^a quinzena do sexto mês de instrução.

Art. 43. Os convocados que não satisfizerem as condições mínimas de que trata o art. 40, serão considerados

retardatários, e aplicar-se-lhes-á a penalidade prevista neste regulamento.

Art. 44. O Diretor apresentará à comissão examinadora, uma relação nominal dos convocados a serem submetidos a exame.

Art. 45. Terminados os exames a comissão lavrará, em livro especial, uma ata, da qual serão tiradas três cópias que, conferidas, subscritas pelo Secretário e visadas todas as fôlhas pelo Presidente, ambos da comissão examinadora, serão enviadas ao Inspetor, ficando a original arquivada no Tiro de Guerra.

Parágrafo único. A comissão examinadora presidirá o Juramento à Bandeira dos novos reservistas, o qual deverá ser realizado 48 horas aps os exames, fazendo constar da ata dêstes, o dia e a hora em que será realizado êsse compromisso.

Art. 46. As primeiras vias das cópias da ata referida no artigo anterior, devidamente acompanhadas dos mapas de apuração dos reservistas, por classe, serão enviadas à Diretoria de Recrutamento; as segundas vias, juntamente com os mapas (modelos A e B), contendo os esclarecimentos necessários ao registro militar e organização das reservas, serão enviadas às Circunscrições de Recrutamento interessadas, ficando as terceiras vias nas Inspetorias Regionais, para fins regulamentares.

CAPÍTULO VI

Da organização material dos polígonos de Tiro

Art. 47. A organização e construção dos polígonos de tiro obedecerá rigorosamente ao modelo anexo.

Parágrafo único. Cabe à Prefeitura Municipal a construção e conservação do polígono de tiro.

Art. 48. O funcionamento dos polígonos de tiro só se dará depois do parecer do respectivo Inspetor, obedecendo sua utilização às seguintes regras:

1) O polígono de tiro e suas dependências estarão abertas à disposição dos sócios reservistas, nos dias e horas determinadas pelo Diretor do Tiro de Guerra.

2) O Tiro de Guerra terá sempre seu polígono de tiro e dependências franqueadas às autoridades policiais, judiciárias e sanitárias, de acordo com as leis em vigor.

3) É expressamente vedado o ingresso no polígono de tiro às pessoas estranhas ao Tiro de Guerra, salvo nos dias e horas designados pelo Diretor, cabendo ao mesmo o direito de vedar a entrada ou fazer retirar do recinto todo e qualquer visitante cuja presença julgar inconveniente.

4) Nos polígonos de tiro serão observadas todas as disposições do R. T. A. P. e das instruções do Estande de Tiro Nacional, que ali tiverem aplicação.

Parágrafo único. O terreno para construção do polígono de tiro, será doado ou arrendado pela Prefeitura.

CAPÍTULO VII

Do armamento, equipamento e material

Art. 49. O Diretor, após a incorporação dos convocados, fará à Inspetoria dos Tiros de Guerra um pedido de armamento, equipamento, munição, um binóculo, duas bússolas e outros materiais necessários à instrução e exercícios dos convocados.

Parágrafo único. O fornecimento de que trata o presente artigo dependerá de instruções a serem baixadas pelo Ministério da Guerra.

Art. 50. A dotação de munição para cada convocado é fixada em 120 (cento e vinte) cartuchos de guerra de fuzil e 15 (quinze) de festim por ano de instrução. Os só-

cios reservistas terão trinta cartuchos, por ano, para treinamento.

Art. 51. A munição para os exercícios com armas automáticas será solicitada ao S.M.B.R. pelo Inspetor de Tiros, por intermédio do comandante da região, bem assim, a de que trata o artigo anterior.

Art. 52. Nenhum pedido de munição, exceto o primeiro, será atendido sem que tenham sido devolvidos cunhetes, estojos e carregadores do último fornecimento. Essa devolução será semestral, a partir do início do ano de instrução.

Art. 53. Acada Tiro de Guerra o Ministério da Guerra fornecerá o armamento regulamentar, necessário ao efetivo do mesmo.

Art. 54. Os Tiros de Guerra, que por qualquer motivo forem extintos, recolherão o armamento e todo o material pertencente à Fazenda Nacional, aos órgãos provedores.

Art. 55. Qualquer peça que fôr extraviada, inutilizada ou estragada, do material pertencente à Fazenda Nacional, o Diretor do Tiro procederá de acordo com o R. A. E.

Do material de Educação Física

Art. 56. Cada Tiro de Guerra deverá ter uma quadra para voleibol e basquetebol, dispondo do seguinte material:

a) Bola militar: uma para cada turma de cinqüenta homens.

b) Bola de voleibol: uma para cada turma de cinqüenta homens.

c) Bola de basquetebol: uma para cada turma de cinqüenta homens.

d) Bola de medicinebol: duas de dois quilos para cada turma de cinqüenta homens.

- e) Peteca: duas para cada turma de cinqüenta homens.
- f) Rêde de voleibol: uma.
- g) Rêde de basquetebol: um par.
- h) Bomba para encher bolas: uma.
- i) Cabo de guerra: um.
- j) Uma pista para aplicação militar.

CAPÍTULO VIII

Do concurso de Tiro

Art. 57. Haverá, anualmente,^a um concurso de tiro ao alvo, de duas categorias:

- a) para sócios reservistas.
- b) para convocados.

§ 1.^º Na 1.^a Zona o concurso realizar-se-á em 7 de setembro; e nas 2.^a e 3.^a zonas respectivamente em 15 de novembro e 12 de outubro.

§ 2.^º Serão baixadas pela Diretoria de Recrutamento as instruções reguladoras para o concurso de tiro de que trata o presente artigo.

CAPÍTULO IX

Dos sócios reservistas

Art. 58. E' facultado as Tiros de Guerra a organização de um quadro social, constituído de reservistas.

Parágrafo único. Só poderão fazer parte do Quadro Social os reservistas residentes na Sede do Tiro de Guerra.

Art. 59. O quadro social do Tiro de Guerra terá duas classes de sócios:

- a) sócios efetivos.
- b) sócios beneméritos.

§ 1.º São sócios efetivos todos os reservistas admitidos no quadro social, nas condições previstas neste Regulamento.

§ 2.º Será conferido o título de sócio benemerito ao Prefeito municipal e ao cidadão que fizer à Sociedade um donativo em dinheiro ou títulos da dívida pública, nunca inferior a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), ou doar material de utilidade e cujo custo seja igual ou superior a essa quantia.

Art. 60 A inscrição no quadro social será feita mediante requerimento dirigido ao Diretor do Tiro de Guerra, assinado pelo próprio interessado e acompanhado do respectivo certificado de reservista.

Art. 61. O Diretor, antes de dar o despacho "defrido" ou "indeferido", deverá proceder a uma sindicância sobre os antecedentes do peticionário.

Art. 62. Não poderá ser admitido como sócio o candidato que:

- a) Estiver privado dos direitos de cidadania.
- b) Houver sofrido condenação por crime que afete a honra individual.
- c) Por procedimento incorreto ou notória falta de patriotismo, demonstre não possuir os predicados morais imprescindíveis aos membros de uma sociedade, cujo fim principal é a defesa da Pátria.

d) Estiver respondendo a processo.

e) Tenha sido excluído a bem da disciplina ou moralidade do quadro social de outro Tiro de Guerra.

Art. 63. O sócio será inscrito nos livros de registro onde tomará um número de ordem, que acompanhará sempre seu nome em toda a escrituração da sociedade.

Parágrafo único. A numeração dos sócios será mudada de cinco em cinco anos, tomando-se por base a antiguidade dos mesmos na sociedade.

Art. 64. São deveres dos sócios:

- a) Pagar a jóia de Cr\$ 10,00 logo que fôr admitido e, adiantadamente, a mensalidade de Cr\$ 5,00.
- b) Desempenhar com zêlo e dedicação todos os cargos e comissões para que fôr designado pelo Diretor.
- c) Concorrer por todos os meios ao seu alcance para o desenvolvimento da sociedade.
- d) Participar ao Diretor quaisquer irregularidades praticadas por algum sócio e que o torne indigno de pertencer ao quadro social.
- e) Comparecer às solenidades realizadas pela sociedade.
- f) Comunicar por escrito ao Diretor sua mudança de residência.

Art. 65. É facultado ao sócio solicitar sua transferência para o quadro social de outro Tiro de Guerra, quando mudar de residência.

Art. 66. São direitos dos sócios:

- a) Tomar parte nos exercícios e concursos de tiro organizados pela Diretoria de Recrutamento.
- b) Tomar parte nas competições atléticas organizadas pelo Tiro de Guerra.
- c) Comparecer aos festejos realizados pelo Tiro de Guerra em dias feriados.
- d) Comparecer ao polígono de tiro para os exercícios de tiro ao alvo, dispondo para isso de trinta cartuchos por ano, e que lhes serão fornecidos gratuitamente pelo Tiro de Guerra.
- c) Representar por escrito ao Diretor contra as irregularidades que observar na sociedade.

Art. 67. Será eliminado pelo Diretor, da categoria de sócio, o reservista que:

- a) Deixar de pagar a jóia de admissão.
- b) Deixar de pagar a mensalidade estabelecida, durante três meses consecutivos, sem motivo justificado.

c) Infringir qualquer dos dispositivos previstos neste regulamento.

d) Prejudicar, por seu mau procedimento, os créditos da sociedade, e extraviar valores pertencentes à mesma.

e) Desviar a sociedade de seus fins patrióticos levando para o seu seio questões políticas ou religiosas, ou outras quaisquer estranhas aos fins da mesma.

f) Fôr remisso no cumprimento de seus deveres ou reincidente em faltas observadas pelo Diretor.

g) Solicitar sua transferência para outra sociedade, em virtude de mudança de residência.

Art. 68. O sócio eliminado pelo Diretor poderá apelar para a Diretoria de Recrutamento, apresentando, por intermédio do Inspetor Regional, a sua defesa escrita, dentro do prazo de um mês, a contar da data de sua exclusão.

Parágrafo único. O Inspetor julgará em segunda instância e, no caso de confirmar o ato do Diretor, comunicará ao Diretor de Recrutamento, para aprovação de seu ato.

Art. 69. O sócio eliminado de uma sociedade por falta de pagamento de jóia ou mensalidade, só será readmitido ou admitido em outra, desde que satisfaça seu débito.

§ 1.º O sócio que desejar demitir-se da sociedade, só poderá fazê-lo se estiver em dia com o pagamento de suas contribuições, devendo fazer por escrito seu pedido ao Diretor.

§ 2.º O sócio demissionário que desejar voltar à sociedade ou pertencer à outra, ficará sujeito às condições estabelecidas nos arts. 60 e 6. e pagará nova jóia de admissão.

§ 3.º O sócio que se retirar da localidade por tempo maior de três meses, será considerado ausente, desde que previamente avise, por escrito, ao Presidente, ficando, neste caso, isento do pagamento das mensalidades enquanto durar a ausência.

CAPÍTULO X

Da Diretoria

Art. 70. O quadro social dos Tiros de Guerra será dirigido por três membros: Diretor, Tesoureiro e Secretário.

§ 1.º O Diretor será designado na forma do art. 2.º, parágrafos 1.º e 2.º.

§ 2.º O Tesoureiro e Secretário serão de livre escolha do Diretor, dentre os componentes do quadro social. Não terão remuneração.

§ 3.º O Diretor será substituído interinamente pelo instrutor mais graduado; o Tesoureiro e Secretário serão substituídos por sócios quites, à escolha do Diretor.

§ 4.º Nenhum instrutor pode pertencer em caráter efetivo à Diretoria.

Atribuições do Diretor

Art. 71. Ao Diretor compete:

a) Dirigir a sociedade, cumprindo e fazendo cumprir os regulamentos e tôdas as ordens expedidas pelas autoridades competentes.

b) Fiscalizar a receita e autorizar a despesa.

c) Determinar em que Banco ou Caixa Econômica deverá o Tesoureiro depositar as quantias a seu cargo, sempre que excederem de duzentos cruzeiros.

d) Assinar tôda a correspondência relativa à sociedade.

e) Apresentar relatório no fim do ano de sua gestão ao Inspetor, abrangendo todos os aspectos da vida da sociedade.

f) Representar a sociedade em suas relações com as autoridades e delegar poderes, em caso de necessidade.

g) Examinar os balancetes mensais, dar parecer sobre os mesmos e encaminhá-los ao Inspetor.

h) Organizar as competições atléticas entre sócios e os festejos nos dias de feriado nacional.

i) Conferir o "Título de Sócio Benemérito" ao cidadão que fizer à sociedade o donativo nas condições do § 2.º do art. 59.

Das atribuições do Tesouro

Art. 72. Ao Tesoureiro compete:

a) Receber as jóias e mensalidades dos sócios e pagar as despesas autorizadas pelo Presidente.

b) Ter sob sua responsabilidade as importâncias em dinheiro e títulos pertencentes à sociedade, depositando em Banco ou Caixa Econômica que fôr designado pelo Diretor, as quantias que excederem de duzentos cruzeiros.

c) Trazer em dia e em ordem a escrituração concernente à contabilidade, possuindo um livro onde lançará, em ordem cronológica, as despesas e receitas.

d) Organizar, no fim de cada mês, um balancete, que será visado pelo Diretor da sociedade e remetido ao Inspetor com as segundas vias das contas pagas.

e) Fazer, anualmente, um balancete para ser remetido pelo Diretor ao Inspetor de Tiros.

f) Prestar, em qualquer ocasião, as informações solicitadas pelo Diretor da sociedade, franqueando-lhe para exame, os livros, documentos e saldos existentes.

g) Apresentar, mensalmente, ao Diretor, a lista dos sócios em débito.

h) Receber, mediante balanço, o livro-caixa, quando assumir o exercício do cargo e entregá-lo nas mesmas condições ao seu substituto ou sucessor.

Das atribuições do Secretário

Art. 73. Ao Secretário da sociedade compete:

a) Convidar os sócios para, em reunião, resolverem sobre assuntos de interesse da sociedade.

- b) Preparar e expedir a correspondência da sociedade.
- c) Ter a seu cargo o arquivo da sociedade.
- d) Escriturar o livro de registro de sócios em ordem cronológica de inscrição.
- e) Comunicar ao Tesoureiro a admissão e exclusão de sócios.

CAPÍTULO XI

Da vida econômica da Sociedade

Art. 74. Constituem receita do quadro social:

- a) Jóias de admissão e mensalidades.
- b) Donativos e contribuições de qualquer natureza, de sócios, particulares ou de sociedades nacionais, mediante aprovação do Inspetor.
- c) Venda de publicações autorizadas pela Diretoria de Recrutamento.
- d) Taxas de inscrição para concursos.

Art. 75. A receita do quadro social será aplicada:

- a) Na compra de artigos para limpeza e conservação do armamento e do material de instrução.
- b) Na compra de livros de escrituração e artigos de expediente.
- c) Na aquisição de regulamentos, outras publicações militares e assinaturas de revistas militares.
- d) Na propaganda das vantagens do preparo do cidadão para cooperar na defesa da Pátria.
- e) Na compra de prêmios para concurso.
- f) Na recepção de membros de outras sociedades, representações, realizações de festas de caráter cívico e exercícios longe da sede social, mediante aprovação do Inspetor Regional.
- g) Na aquisição de material de esporte para uso exclusivo dos sócios.

h) Na compra de material para a banda de cornetas e tambores.

Disposições Gerais

Art. 76. Os Tiros de Guerra terão numeração seguida; o número e o nome dos Tiros tradicionais serão transferidos, quando êstes tenham que ser suprimidos por estarem em sede de Guarnição Federal, para os novos Tiros criados, dentro de cada Estado.

Art. 77. Os Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, extintos por serem localizados em sede de guarnição federal deverão recolher à Caixa Geral de Economia da Guerra o saldo porventura existente e à Inspetoria Regional de Tiro o material adquirido ou recebido da Fazenda Nacional.

Art. 78. Os Tiros de Guerra realizarão, obrigatoriamente, uma sessão solene nos dias de feriado nacional, devendo um convocado fazer uma dissertação sobre a data.

Art. 79. Os Tiros de Guerra desfilarão, obrigatoriamente, no dia de seu aniversário e nos dias da Pátria e do Soldado.

Art. 80. A extinção do Tiro de Guerra, o que só se dará por ato do governo, implicará, também, na extinção do quadro social.

§ 1.º Todo o material pertencente à Fazenda Nacional, será arrolado e remetido à Inspetoria Regional de Tiro.

§ 2.º Quanto aos bens móveis e imóveis, será procedido de acordo com o R. A. E.

§ 3.º O saldo em dinheiro por ventura existente poderá, depois de entendimento com a Prefeitura e autorização da Diretoria de Recrutamento, ser ofertado a uma instituição de caridade da localidade.

Art. 81. Haverá anualmente um concurso de atletismo regional, de provas clássicas disputadas na sede da Região

e nas quais tomarão parte três representantes de cada Tiro de Guerra.

Art. 82. Todos os convocados deverão ter uma cerneta individual para registro de tiro.

Art. 83. Em todo Tiro de Guerra haverá uma escola de alfabetização.

Art. 84. Nenhum atirador poderá entrar em exame sem ter sido antes aprovado no exame de alfabetização.

Art. 85. Todos os Tiros de Guerra terão obrigatoriamente os seguintes livros:

- 1) Livro dos sócios.
- 2) Livro dos convocados matriculados.
- 3) Livro de registro de faltas.
- 4) Livro de registro de instrução.
- 5) Livro de registro de tiro e ficha individual de tiro.
- 6) Livro conta corrente: "deve-haver".
- 7) Livro histórico do Tiro de Guerra.
- 8) Livro carga e descarga de material.
- 9) Livro carga e descarga de fardamento.
- 10) Livro registro de partes e informações.
- 11) Livro de residências dos incorporados ao Tiro de Guerra.
- 12) Livro registro de punições (col. mod. 1910).
- 13) Livro protocolo de correspondência expedida (col. mod. 1910).
- 14) Livro protocolo de correspondência recebida (col. mod. 1910).
- 15) Livro protocolo de correspondência sigilosa (artigos 410 e 411 do R. I. S. G.).

Art. 86. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Revogam-se as disposições em contrário.

e nas quais tomarão parte três representantes de cada Tiro de Guerra.

Art. 82. Todos os convocados deverão ter uma carneta individual para registro de tiro.

Art. 83. Em todo Tiro de Guerra haverá uma escola de alfabetização.

Art. 84. Nenhum atirador poderá entrar em exame sem ter sido antes aprovado no exame de alfabetização.

Art. 85. Todos os Tiros de Guerra terão obrigatoriamente os seguintes livros:

- 1) Livro dos sócios.
- 2) Livro dos convocados matriculados.
- 3) Livro de registro de faltas.
- 4) Livro de registro de instrução.
- 5) Livro de registro de tiro e ficha individual de tiro.
- 6) Livro conta corrente: "deve-haver".
- 7) Livro histórico do Tiro de Guerra.
- 8) Livro carga e descarga de material.
- 9) Livro carga e descarga de fardamento.
- 10) Livro registro de partes e informações.
- 11) Livro de residências dos incorporados ao Tiro de Guerra.
- 12) Livro registro de punições (col. mod. 1910).
- 13) Livro protocolo de correspondência expedida (col. mod. 1910).
- 14) Livro protocolo de correspondência recebida (col. mod. 1910).
- 15) Livro protocolo de correspondência sigilosa (artigos 410 e 411 do R. I. S. G.).

Art. 86. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO N. 1**Documentos necessários**

- 1) Quadro de trabalho semanal.
- 2) Fichário de instrução.
- 3) Mapas de tiro.
- 4) Escala de serviço. (B. E. n. 307, de 21-10-1919).
- 5) Relação dos convocados incluídos no ano.
- 6) Mapa do estado efetivo. (N. 38, art. 156 do R. I. S. G.).
- 7) Relação dos sargentos existentes. (Cir. 931, da S. G. M. 10-9-938).
- 8) Relatório anual. (R. I. S. G. Anexo 1).
- 9) Mapa de munição mensal.
- 10) Mapa de entrada e saída de armamento.
- 11) Balancetes mensais.
- 12) Demonstração sucinta das necessidades do T. G. para o ano seguinte. (Art. 32, n. 11, do R. A. E.).
- 13) Índice dos Boletins. (Inciso 5, art. 116, do R. I. S. G.).
- 14) Fichas disciplinares individuais.
- 15) Fôlhas de tiro, individual.
- 16) Pedidos de alvos.
- 17) Pedidos de munição.

MODELO N. 2**Título dos Livros das Sociedades (1.^a página)**

Tiro de Guerra
Cidade de
Estado de
	Circunscrição de Recrutamento.
Livro de
Teve comêço em	de
	de 19...

MODELO N.º 3

REGULAMENTO DOS ...

MODELO N.º 4

Livro de registro dos convocados matriculados na Escola de ...

N.º de ordem	Nome	Data da matrícula	Observações
1	F.		
2	C.		

Formato: 0,22 m x 0,33 m — 100 folhas.

MODELO N.º 5

Livro de Registro de assentamentos dos convocados

N.º	Nome	Sinal característico	Observações

Filiação, idade,
naturalidade e
estado civil

Filho de	Altura	Profissão
Nasceu em	Barba	Olhos
Natural de	Bóceas	Rosto
Estado civil	Côr	Sinais Particulares
	Cabelos	Vacinado?
	Nariz	

Histórico da vida do atirador.

Observações — Os livros terão duzentas folhas de 0,42 m de altura por 0,28 m de largura e no fim de cada livro ficarão três folhas em branco para o índice alfabético.

Livro para registro em ordem cronológica da receita e despesa da sociedade

MODELO N.º 6.

15	Mensalidades		
"	Recebido mensalidades sócios ns. 11, 21, 34....	6,00	
"	Donativos		
"	Recebido do sócio reunido F.	200,00	
"	Móveis e utensílios		
16	Pago pela compra de uma cadeira.....		
"	Mensalidades		
"	Recebido mensalidades sócios ns. 36, 40 e 50 a 80	68,00	
"	Conservação de estante		
17	Pago a Amaral & Pinhente,.....		
"	Donativos		
"	Recebido do sócio benemerito F.	1.000,00	
"	Arigos para instrução		
"	Pago a Gomes & C. mesas para pontaria...	150,00	
31	Saldo que passa para fevereiro.....	954,00	
1	Saldo do mês p.p.	1.274,00	
5	Mensalidades		
"	Recebidas dos sócios 11, 29	6,00	
"	Jóias		
7	Recebida a do sócio 88	15,00	
"	Expediente		
"	Pago a Vilas Boas & Cº	120,00	
"	etc., etc.		

MODELO N.º 7
*Livro de registro dos balanços mensais emitidos ao Inspetor Regional
Balancete da receita e despesa da sociedade no trimestre de 194.*

MODELO N. 8

Livro de atas dos exames das diversas Escolas

Formato: 0,22 m — 50 fôlhas

INDICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DOS POLÍGONOS DE TIRO

1) — O polígono de tiro deverá ter a largura de 20 metros, no mínimo, e uma extensão suficiente para permitir o tiro à distância regulamentar de 400 metros.

2) — Sua construção será tanto mais simples, rápida e econômica, quanto mais inteligente fôr a escolha do terreno.

3) — Esse deverá exigir o menor trabalho de movimento de terras e estará situado em local afastado dos centros habitados, onde não haja trânsito.

4) — Quando o local não oferecer suficientes condições de segurança, serão construídas obras especiais para a defesa da zona adjacente.

5) — O polígono terá em sua extremidade um parabolas, natural ou artificial, de altura nunca inferior a 6 m, junto ao qual será instalado o alvo com um abrigo para o marcador.

6) — Esse abrigo constará de uma pequena trincheira, com as dimensões do desenho anexo, revestida internamente com paredes de alvenaria e dispondrá de meios que facilitem o escoamento das águas pluviais.

7) — Para ocupar as posições correspondentes às diversas distâncias do tiro, o atirador se deslocará ao longo do Polígono, estabelecendo seu posto sucessivamente a 150, 200 e 300 metros do alvo, ao ar livre ou protegido por qualquer cobertura portátil.

8) — Quando não fôr possível o deslocamento do atirador, o alvo ocupará, então, posições intermediárias.

Nesse caso o custo do polígono será onerado pela construção de outros abrigos e mais obras de defesa contra os desvios dos projetis (parabolas laterais).

9) — O Estande será construído no ponto inicial do polígono e constará de um simples pôsto de tiro ou terá mais dependências, conforme as necessidades e recursos de cada sociedade.

10) — Uma pequena instalação telefônica com emprego de aparelhos portáteis estabelecerá o melhor meio de comunicação entre o marcador e o pôsto do atirador.

11) — O polígono de tiro será de preferência orientado de modo que o tiro se faça na direção N. S., a fim de que o alvo receba uniformemente a luz solar.

12) — A arborização dos lados do polígono, concorrendo para o seu embelezamento, aumentará a segurança da zona adjacente, constituindo, muitas vezes, um obstáculo ao desvio dos projetis.

13) O presente projeto, organizado para o caso de um terreno plano e horizontal, servirá de tipo. Nêle estão indicadas as partes essenciais que devem constituir um polígono de tiro. Em cada caso particular a configuração e natureza do terreno aconselharão as modificações que lhe serão introduzidas, com o intuito de tornar mais fácil e menos dispendiosa a sua execução.

joalheria
la royale

FORNECEDORES DO GOVERNO

AV. RIO BRANCO, 138-B
TEL. 42-0564
RIO DE JANEIRO

RUA DA QUITANDA, 107
SÃO PAULO

Dicionário Militar Brasileiro

Pelo Capitão OTAVIO ALVES VELHO

Nota da Redação. — Temos a satisfação de inserir em nossas colunas um trabalho de indiscutível utilidade, que é um dicionário de termos e locuções militares, elaborado pelo nosso camarada Cap. Otávio Alves Velho, inteligência viva e operosa que não se contenta com assimilar conhecimentos para si, mas que revela a rara qualidade de empenhar-se na divulgação do quanto julga interessar à cultura do oficial moderno.

Não se faz mister encarecer o valor de seu trabalho, no qual o autor procura fixar com clareza e propriedade a significação exata dos termos empregados na tradução escrita ou falada da idéia, no âmbito das concepções militares.

A linguagem comum, uniformemente empregada e compreendida, é um dos fatores, e dos mais importantes, da disciplina intelectual e, portanto, da formação da doutrina. É essencial, quando mais não seja, por simples medida de concisão, sem prejuízo da clareza e positividade, que todos se exprimam e se compreendam com facilidade e justeza, sem o que, pode intervir essa *faculdade de interpretar*, tantas vezes responsável pelos mal entendidos, pela fuga à responsabilidade, pelas dubiedades de ação e, não raro, por perigos e desastres irremediáveis.

E, portanto, digno de encômios o trabalho de nosso esforçado colaborador, o qual, dando mostras de igualmente louvável e desprestenciosa tolerância, solicita a cooperação de outros camaradas, no sentido de aperfeiçoar e ampliar um trabalho que considera um ensaio, pois não pretendeu fazer obra perfeita e completa de um primeiro jato.

* * *

Há muito desejámos ver publicado entre nós um Dicionário de Termos Militares, à semelhança do que sucede em muitos outros países, alguns mesmos da América Latina. Isso viria faci-

litar muito, a nosso ver, a sistematização da nossa terminologia técnico-profissional e, consequentemente, a obtenção da indispensável disciplina intelectual.

Devemos confessar, entretanto, que muito hesitamos antes de enveredarmos neste áspero e vasto empreendimento. Os conselhos do Exmo. Sr. General *Mauricio Cardoso* e, mais recentemente, o estímulo e o apôio encontrados no Sr. Coronel *Renato Baptista Nunes*, é que nos decidiram por fim.

Publicamos agora, com antecedência, alguns fragmentos do trabalho que por certo ainda nos exigirá muito esforço. Esperamos, confiantes, que mereceremos a indulgência da crítica nesta primeira tentativa no gênero — pois o único Dicionário Militar feito no Brasil, segundo nos consta, data de meados do século passado — e que receberemos preciosas sugestões dos camaradas.

* * *

FONTES DE CONSULTA

Básicas: Regulamentos e Instrução do Exército Brasileiro. Documentos das Escolas e Centros de Instrução do Exército Brasileiro.

Auxiliares: “O problema tático” — Major Tristão de Alencar Araripe (Ed. Henrique Velho — Rio, 1937).

“Tática de Infantaria nos Pequenos Escalões” — Ten. Cel. Alexandre José Gomes da Silva Chaves (Ed. “A Defesa Nacional” — Rio, 1944).

“Iniciação Tática” e “Introdução ao Estudo da Estratégia” — Coronel Inácio J. Veríssimo (Ed. “Biblioteca Militar” — Rio, 1944).

“Dicionário Militar” — Cap. Oscar Kaplan (Instituto Geográfico Militar del Chile — Santiago, 1944).

Regulamentos do Exército Norte-Americano e do Exército Francês.

* * *

ABANDONAR — Deixar, evacuar, retirar-se de uma posição ou linha do terreno.

ABASTECIMENTO d'ÁGUA — Constitui uma das categorias dos trabalhos de *instalações* da Engenharia, compreendendo:

- a adaptação e a criação dos pontos d'água, por meio de:
 - captação das águas subterrâneas (poços e perfurações) e da superfície (valetas ou açudes filtrantes);
 - limpeza dos poços contaminados;
 - aduções d'água e instalação diversas (reservatórios,, postos de incêndio, etc.),
 - trabalhos êstes realizados com a cooperação do Serviço de Saúde.
- o transporte da água, em veículos especiais hipo ou automóveis (pipas, cisternas) e eventualmente por meio de vagões-tanques ou barcas d'água.

O problema do abastecimento d'água assume grande importância em período de estabilização, quando as operações em curso conduzem o Comando a reunir fôrças numerosas num espaço restrito.

ABORDAR — Chegar junto a uma posição ou a uma tropa do inimigo.

ABUSAR — Fazer mau uso; exceder-se; ultrapassar os limites permitidos.

ABUSAR de AUTORIDADE — Exceder-se no exercício da autoridade ou das atribuições.

ABRIR BRECHA — Romper à fôrça uma posição, uma linha fortificada ou o dispositivo de uma tropa inimiga; em uma determinada parte da frente.

ACANTONAR — Ação de uma tropa que estabelece um *acantonamento*.

Colocar uma tropa num *acantonamento*.

AÇÃO — Acontecimento militar de ordem tática, realizado mediante certos deslocamentos das tropas, com o fim de seguir os melhores resultados no choque com as fôrças adversárias.

AÇÃO DEFENSIVA — É a ação pela qual uma tropa procura manter a posse do terreno em que se acha instalada.

AÇÃO de GUERRA — Pode ser qualquer ação militar como batalha, combate, assalto, escaramuça, etc.

AÇÃO LOCAL — Operação, após tomar o contacto, que exige o emprego de Artilharia para cerrar esse contacto com uma determinada resistência. É uma fase do "Engajamento" e só pode ser realizada mediante ordem do Comando.

AÇÃO OFENSIVA — É a ação que tem por fim expelir o adversário do terreno que ele ocupa e prosseguir na destruição de suas forças.

AÇÕES COMPLEMENTARES — V. *Operações Complementares*.

AÇÕES PRELIMINARES — V. *Operações Preliminares*.

ACATAR — Obedecer, respeitar, cumprir as ordens ou regulamentos.

ACEITAR o COMBATE — Significa que uma tropa não se esquia nem se retira, enfrentando o inimigo que a acomete.

ACELERADOR — 1 Pedal ou alavanca para controlar a velocidade do motor de uma máquina ou de um veículo (como automóvel, caminhão, etc.).

2 — Parte do mecanismo de certas armas automáticas destinada a aumentar a velocidade de tiro.

ACELERAR — Apresurar, avivar, executar alguma coisa com velocidade maior que a comum.

ACERTAR — 1 Atingir. Ter bom êxito.

2 — Combinar; concordar.

3 — Regular. Ajustar.

4 — Corrigir. Retificar.

ACESSÓRIOS — Ferramentas e equipamento utilizados na montagem, limpeza, proteção e emprego de certos aparelhos, instrumentos, máquinas armas ou veículos.

ACOMETER — Atacar ao inimigo, combatê-lo. Lançar-se, arremessar-se sobre o adversário. Agredir.

ACOPLAR — Engatar. Reunir. Juntar.

ADESTRAR — Instruir, ensinar ou treinar um homem, um animal ou uma tropa.

ADMINISTRAR — Dirigir, manejar, cuidar dos bens públicos ou particulares.

AFERRAR — Forçar uma tropa, pelo fogo, a permanecer numa linha ou posição do terreno.

AFERRAR-SE — Permanecer numa posição ou linha do terreno a despeito dos esforços em contrário do inimigo.

Permanecer numa posição ou linha do terreno em condições de não poder mais sair dela devido à ação do fogo do adversário.

AGENTES de LIGAÇÃO — Oficiais ou, excepcionalmente, sargentos ou cabos, enviados por uma autoridade para junto de outra, participante da mesma ação, a fim de assegurar a continuidade de suas relações.

Esses agentes podem pedir ou fornecer, em nome da autoridade que representam, todas as informações ou explicações que julgarem úteis.

AGENTES de TRANSMISSÃO — Homens ou animais (pombo-correio, cão-estafeta) que servem de simples portadores de documentos destinados a manter as relações entre as diversas autoridades.

AGREGADO — Situação do oficial que fica fora do quadro, por estar à disposição de autoridade civil, exercendo funções estranhas à profissão, em gozo de licença para tratar de assuntos particulares, desaparecido em consequência de naufrágio ou outro acidente sem que se tenha conhecimento exato de seu destino, etc.

AGRESSÃO — 1. Ataque parcial. Iniciativa tática, 2. Ofensa física. 3. Provocação. Ato de hostilidade.

AGRESSOR — O que exerce a agressão.

AGRUPAMENTO — 1 — Reunião de tropas, de caráter transitório geralmente, sob o comando de chefes expressamente designados.

2 — Formação organizada temporariamente com fins táticos, seja para se fazer melhor emprego dos meios, seja para aproveitar melhor as características do terreno, etc.

AGRUPAMENTO de AÇÃO de CONJUNTO — É o Agrupamento de Artilharia organizado para dar proteção ao con-

sivas da luta podem exigir alterações na maneira de reunir os Grupos.

AGRUPAMENTO de CONTRA-BATERIA — E' o Agrupamento de Artilharia organizado com a missão expressa de impedir a ação da Artilharia adversa, sobretudo quando esta apoia um ataque.

AGRUPAMENTO TÁTICO — Reunião temporária de elementos de diferentes armas (ou sub-divisões de armas), sob as ordens de um mesmo chefe, no quadro de uma Grande Unidade, para a execução de uma determinada missão tática.

AGUENTAR — Resistir, suportar, manter-se a despeito das dificuldades.

ALARGAR — Aumentar a largura; entender; ampliar no sentido da frente.

ALARGAR o PASSO — Aumentar a dimensão média do passo de marcha.

AICANÇAR — 1 — Atingir um determinado ponto com o tiro.
2 — Entrar em combate com o inimigo em retirada, depois de persegui-lo.
3 — Chegar a um determinado lugar.
4 — Realizar o que se propunha.

ALENTAR — Animar, infundir forças, elevar o moral.

ALIMENTAR — 1 — Fornecer o necessário à manutenção e à continuidade de uma ação. 2 — Aprovisionar. 3 — Fornecer abastecimento.

ALIMENTAR o ATAQUE — Lançar ao ataque novas forças, para reforçar as já empenhadas ou para substituir as destruidas ou muito castigadas.

ALIMENTAR o COMBATE — Ação de renovar os meios para manter a atividade do combate.

ALIMENTAR o FOGO — 1 — Mantê-lo. 2 — Remuniciar a tropa que o executa. 3 — Atribuir novos meios à sua execução.

ALINHAR — Colocar em linha homens ou unidades.

ALOJAR — 1 — Colocar a tropa em determinada localidade ou acomodação para repousar. 2 — Proporcionar alojamento.

ALONGAR — 1 — Dar maior alcance. 2 — Prolongar. Aumentar.

ALONGAR o TIRO — Aumentar o alcance do tiro. Aumentar a alça.

ALTITUDE ABSOLUTA — Altura de vôo de uma aéronave em relação ao solo imediatamente abaixo dela.

AMAINAR — Abrandar, diminuir de violência.

ANIQUILAR — 1 — Destruir, destroçar, desbaratar completamente o inimigo.

2 — Ação de pôr fora de combate os adversários ou de destruir totalmente seus recursos materiais.

APAGAR — Calar, extinguir, fazer calar, fazer cessar o fogo do adversário.

APETRECHAR — 1 — Preparar, abastecer; reforçar em mudanças, defesas, recursos em geral.

2 — Aprovisionar com petrechos.

APODERAR-SE — Tomar, ocupar, assenhorear-se de uma posição, local ou linha do terreno. Conquistar.

APOIAR — Sustentar, proteger, ajudar, dar proteção.

APONTAR — 1 — Colocar uma arma (ou conjunto de armas) em condições tais de direção e inclinação que, ao dispará-la, o projétil vá ter ao alvo.

2 — Movimentos que, no manéjo da arma, o atirador tem de fazer para efetuar a pontaria.

3 — Ação de tomar a linha de visada com uma arma.

5 — Mostrar, assinalar, indicar um determinado ponto, local, pessoa ou objeto.

APRECIAR — 1 — Estimar ou avaliar as condições favoráveis que se oferecem ao nosso exame em um assunto qualquer.

2 — Ponderar. Julgar. Considerar. Examinar.

APRECIAR a SITUAÇÃO — Estudar, de acordo com o método de raciocínio, os fatores da decisão para a resolução de uma ação tática ou estratégica.

APRESAR — Apoderar-se pela força de uma embarcação ou de outro material qualquer do inimigo.

APRESTAR — V. Aprontar.

APRISIONAR — Apoderar-se do inimigo fazendo-o prisioneiro.

APRONTAR — Preparar, aprestar, dispor convenientemente tudo o que é necessário para determinada ação.

APROVISIONAR — 1 — Fornecer a uma tropa os abastecimentos e munições de que necessita.

2 — Suprir uma tropa, uma guarnição, uma praça-forte ou uma posição.

APROXIMAÇÃO — 1 — É a operação preliminar da Ofensiva, por meio da qual a tropa leva seus meios à distância de intervenção no combate.

2 — É o movimento que uma tropa realiza para levar suas diferentes unidades, num ambiente de segurança e com um mínimo de perdas, até os seus objetivos e à distância conveniente para o *ataque*, ou mesmo para o *assalto*.

3 — É a operação preliminar da Ofensiva que começa quando a intensidade e a frequência dos bombardeios aéreos, os tiros de Artilharia ou as incursões dos engenhos blindados obrigam a tropa a abandonar a formação de estrada e a tomar uma formação articulada, chamada *formação de aproximação*.

Ela pode ser *Coberta* e *Não coberta*.

APROXIMAÇÃO COBERTA — É assim chamada quando a unidade a executa seja atrás de uma frente estabelecida, seja atrás de elementos de segurança que dêm uma proteção eficaz.

Pode ser realizada de dia ou à noite.

De dia, a tropa abandona as formações de estrada e progride, geralmente, por lanços sucessivos, de linha em linha do terreno.

A execução à noite permite manter tanto quanto possível, o segredo, e assegurar a eficácia.

APROXIMAR — 1 — Levar uma tropa para junto de outra, para perto do inimigo ou para perto de determinada região ou local.

2 — Conduzir os elementos de combate para a zona ou locais que devem ocupar.

APTIDÃO — Capacidade, disposição ou requisitos para desempenhar determinado cargo ou função, ou para executar certa missão.

APTO — Dotado de capacidade ou preenchendo os requisitos necessários para o exercício de determinada função ou para a execução de um certo serviço.

APTO para o SERVIÇO — Diz-se do militar que, numa inspeção de saúde ou num exame psicológico, revelou-se física ou mentalmente em condições de exercer as funções inerentes ao seu posto ou ao imediatamente superior, a cursar determinada Escola ou Centro de Instrução do Exército, ou a cumprir qualquer outra missão especificada na ata de inspeção.

AQUARTELAR — 1 — Alojar tropas em quartéis.

2 — Ação de proporcionar aquartelamento a uma tropa.

3 — Ação da tropa que se aloja em quartéis.

ARMAR — 1 — Entregar a alguém armamento ofensivo ou defensivo. 2 — Prover de armas a uma tropa. 3 — Dotar as embarcações de tudo o que necessitam para poder zarpar. 4 — Equipar.

5 — Preparar certas armas para disparar.

6 — Montar uma arma.

ARMAR BAIONETA — Voz de comando para que a tropa arme as baionetas.

ARMAR a BAIONETA — Tirá-la da bainha e colocá-la na boca do fuzil ou mosquetão.

ARMAR o FUZIL — Pô-lo em condições de disparar.

ARMAR UMA PONTE — Lançar uma ponte de circunstância ou reunir os elementos de uma ponte de pontões.

ARMAR-SE — Tomar ou empunhar armas.

ARRANCAR — 1 — Tirar, puxar, extrair.

2 — Investir ou acometer.

3 — Sair correndo. Partir com velocidade.

ARRASAR — 1 — Arruinar, talar, assolar; destruir uma posição, uma localidade ou um país.

2 — Demolir; pôr abaixo um obstáculo, uma fortificação, um edifício, etc.

3 — Aniquilar.

ARRASTAR — 1 — Levar alguém ou alguma coisa puxada pelo chão.

2 — Levar atrás de si, à força, uma pessoa ou uma tropa.

3 — Atrair irresistivelmente; forçar ou obrigar a alguém a acompanhar num movimento ou uma ação qualquer.

ARREBATAR — 1 — Tirar, tomar, apoderar-se violentamente de alguma coisa ou de alguém.

2 — Conquistar uma posição ou linha do terreno tenaz.

ARREMETE R — Atacar, investir, acometer impetuosamente o inimigo. Lançar-se com vivacidade.

ARRIAR — 1 — Abaixar a cabeça, a bandeira, a flâmula ou um objeto qualquer. 2 — Afrouxar ou soltar um cabo.

3 — Retirar a bandeira nas fortificações, quartéis ou repartições.

ARRIBAR — Aportar; chegar a algum lugar.

ARROGAR-SE — Atribuir-se um direito ou autoridade para exercer determinado ato.

ARROJAR — Atrever-se; arriscar; ousar.

ARROJAR-SE — 1 — Lançar-se ao solo. 2 — Arremessar-se ou atirar-se sobre alguém ou alguma coisa.

ARROSTAR — 1 — Atrever-se; enfrentar com resolução o inimigo; resistir-lhe. 2 — Fazer face aos perigos e dificuldades.

3 — Assumir a responsabilidade de determinada atitude.

ARTILHAR — 1 — Armar com canhões; dotar de artilharia uma fortaleza ou uma obra de fortificação. 2 — Armar com artilharia uma posição, uma obra de fortificação ou um navio.

ARVORAR — Içar ou pôr no alto do mastro uma bandeira, numa embarcação.

ASSALTAR — Ir ao assalto da posição inimiga à arma branca, com metralhadoras de mão, pistolas e granadas de mão.

ASSALTO — É o ato decisivo do combate ofensivo. Tem por fim expulsar o inimigo de suas posições, abordando-o a

arma branca e com armas de porte. É a fase da luta corpo a corpo, por excelência.

ASSEDIAR — Sitiar, bloquear, cercar um lugar fortificado, para que seus defensores não possam se escapar nem receber auxílio de fóra.

ASSEGURAR — Garantir, proteger; proporcionar segurança. Adotar medidas que garantam o funcionamento ou a realização de alguma coisa.

ASSENTAR — Estabelecer, ajustar, combinar, basear, alicerçar.

ASSIMILAR — Assemelhar, comparar. Incorporar uma coisa a outra.

ASSOLAR — Destruir, arrasar, arruinar, incendiar, talhar um país ou um território qualquer.

ASSUMIR — 1 — Tomar posse de um pôsto ou função para o qual se foi nomeado.

2 — Arcar com as responsabilidades de um ato.

3 — Tomar uma atitude.

ATACANTE — Aquele que ataca ou acomete o adversário.

ATACAR — 1 — Lançar-se contra o inimigo.

2 — Acometer. Arremeter.

3 — Realizar um *Ataque*.

ATALHAR — Cortar caminho. Sair da estrada por um atalho para encurtar o percurso.

ATAQUE — 1 — É a operação que tem por fim conduzir à distância de *assalto*, as unidades de Infantaria que foram colocados em frente a seus objetivos.

2 — Operação por excelência da Ofensiva, em que a Infantaria, ou Cavalaria fortemente apoiada pela Artilharia e com a cooperação de todas as outras Armas, lança-se à conquista do objetivo ou dos objetivos sucessivos fixados pelo Comando.

3 — Ação de atacar, investir, acometer ou arremeter contra um adversário.

4 — Fase de uma operação ofensiva que abrange uma íntima associação do fogo com o movimento e que geralmen-

te termina pelo *assalto*, sendo coroada com a conquista das *obras vivas* da posição adversária.

5 — Aproximação de uma aeronave em direção a um objetivo para bombardeá-lo ou metralhá-lo.

ATAQUE INOPINADO — É o realizado com intensidade e rapidez, para não dar tempo ao inimigo de tomar suas disposições de defesa.

ATAQUE a FUNDÔ — Aquele em que se emprenham todas as forças para consumar o aniquilamento do inimigo.

ATAQUE a MINA — Operação que consiste em colocar minas na vizinhança imediata ou por baixo dos órgãos principais da fortificação inimiga, no interior do solo.

ATAQUE de RUTURA — É um ataque frontal dirigido com particular energia contra o ponto decisivo do dispositivo inimigo, a fim de destruir sua coesão mediante uma penetração profunda e de impedir-lhe a retirada envolvendo rapidamente os flancos das brechas criadas.

ATAQUE de SURPRÉSA — V — *Ataque inopinado*.

ATERRISAR — Operação executada por uma aeronave em vôo ao descer à terra.

ATIÇAR — Fomentar, avivar.

ATRAVESSAR — 1 — Cruzar um acidente qualquer do terreno ou uma localidade.

2 — Traspasar o corpo do adversário com uma espada, um projétil, etc.

ATRACAR — Ação de uma embarcação que se encosta a outra ou à terra.

AUTO-ESTRADA — 1 — É a rodovia que permite a circulação de qualquer espécie de veículo rodoviário:

2 — Rodovia especial.

AUXILIAR — Ajudar, amparar, prestar assistência, socorrer, proteger.

AVANÇAR — Adiantar-se, marchar em direção ao inimigo, ganhar terreno.

AVASSALAR — Dominar, submeter alguém à sua vontade.

Comece a sua noite —

á meia noite

— no —

MEIA NOITE

a sensacional «boite»

— do —

Casino Copacabana

A Primeira Missão do Pelotão de Minas do Regimento Sampaio

Pelo 1.º Tenente JOSE DE FREITAS LIMA SERPA
Comandante do Pelotão de Minas do Regimento Sampaio

NOTA DA REDAÇÃO — Eis um excelente exemplo da colaboração que vimos solicitando dos oficiais que participaram da guerra européia. A narrativa do Ten. Serpa é simples, natural, expontânea, sincera e, digamos, honesta, sua principal qualidade, porque o autor começa por citar as próprias falhas ou inobservâncias de par com as observações oportunas e flagrantes das manifestações psicológicas de seus comandados. É uma qualidade rara, em sua idade, esse respeito à exatidão, quando é tão fácil e agradável exaltar os prós, e deixar na obscuridade os contras. E muito embora a palavra êrro, no caso seja demasiado forte, mostra o Ten. Serpa compreender que de cada êrro, nasce uma lição proveitosa que jamais se esquece. A leitura de depoimentos como este, que com vivo prazer apresentamos a nossos leitores, é de incalculável valor para a ilustração do espírito daquêles que não tiveram contacto com as realidades do campo de batalha, sob condição de se colocarem, pelo pensamento, no âmbito em que os acontecimentos se passam. Que outros secundem o exemplo do Ten. Serpa. Para tanto, bastará que se tenham conservado em condições de ver, compreender e registrar os fatos observados.

"Certainement la bataille a toujours des surprises, mais elle en a d'autant moins que le sens et la connaissance du réel ont présidé davantage à l'éducation du combattant, ou sont plus répandus dans ses rangs. Étudions donc l'homme dans le combat, car c'est lui qui fait le réel." Ardant du Picq.

Na manhã insolada de 3 de dezembro, fomos chamados ao P.C. do R.I., pelo Sr. Major Oscar Passos, s/3 do Regimento (1), o qual ainda não tiveramos oportunidade de conhecer, e de quem receberíamos doravante as ordens relativas às minas. Que tal será? pensamos com os nossos botões. A resposta, isto é, o modo de ser pessoal daquele de quem ficariamos dependendo diretamente, de relativo interesse na paz, é de suma importância na guerra. Então, marchamos para o êxito ou insucesso, com risco de vida dos elementos sob nosso comando, pelos quais somos responsáveis perante Deus, perante todos e principalmente a nossa consciência. Tudo é bem mais interessante, e, quase sempre, questão de vida ou morte. Então, o acôrdo expon-tâneo entre o que dá a ordem e o que a recebe, é de interesse capital.

Farejando alguma missão, curiosos e excitados, chama-mos o cabo Moraes e com ele nos dirigimos de "jeep" em busca do P.C. do R.I., situado em Marano, localidade na estrada Pistoia-Bolonha, visível em vários trechos pelo inimigo. Debruçados nas suas posições dominantes, e es-colhidas com maestria, filha de longa experiência militar, os alemães nos observavam à vontade, seguindo nossos pas-sos. Defendiamo-nos com o uso de cortinas de fumaça em certos locais, mais visíveis, o que não impedia que êles nos vissem, e com sua artilharia, nos causassem baixas e danos. Preferiam como objetivo as pontes, sendo sua vítima pre-dileta, a de Silla, protegida por longa rede de camuflagem, interposta entre nós e êles. Os boatos, as cenas descritas, e os episódios vividos e narrados por diversos, que geralmente os ampliavam, tornando-os mais sanguinolentos e heróicos, nos formaram uma impressão geral da estrada bem desa-gradável, bem inquietadora.

Agora, chegara a nossa vez, a primeira, de enfrentar aquela estrada que com o tempo se tornou tão nossa conhe-

(1) — Oficial do E.M. do Regimento, encarregado das operações.

cida. Curiosos, observavamos as casas que pontilhavam, aqui e acolá, as margens da estrada, algumas bem destruídas, outras intactas, e viamo as elevações mais para o Norte, onde julgavamos estar os "tedescos".

Mas... quais as nossas?... Quais as deles?... Erámos ainda bem bisonhos... Tinhámos a impressão de que todos os observadores alemães estavam de binóculos assentados sobre nós...

Sorridentes, aguardavam que chegassemos a um determinado ponto, para nos festejar... A ansiedade da expectativa é grande... Mais tarde, com o correr do tempo, e o uso freqüente da estrada, estas impressões se foram desvanecendo, e acabámos por esquecer os observadores, binóculos e artilharia... Seria por nunca termos sido alvejados? Seria pelo hábito do perigo?

O certo é que no momento estávamos nos aproximando de uma ponte. Seria uma das tais preferidas por sua artilharia? Não, não devia ser... Contudo, as casas das imediações estavam todas danificadas. Buracos enormes nas paredes testemunhavam impactos diretos. Em volta destes, sulcos profundos, quais rugas lívidas naquelas bocarras irregulares, indicavam o trajeto dos estilhaços. Quem olhasse para o Norte, à esquerda, veria lá no fundo, dominando o leito pedregoso do rio que parecia agonizante, elevações grandes, tétricas, silenciosas e ameaçadoras.

Que vontade de mandar o Morais pisar um pouco mais o acelerador!...

Não, que iria pensar? Disfarçadamente olhamos para ele. Estava nos observando com ar visivelmente interrogativo.

"Não corra Morais, que esta ponte está escorregadia!" Desabafamos...

E assim, ora satisfazendo a curiosidade, ora sufocando o medo, chegámos ao P.C.

Era uma casa de vários andares, toda de pedra. Nas suas imensas dependências havia soldados, sargentos, oficiais, que escreviam à máquina, conversavam, falavam ao telefone, desenhavam, etc. O coração do Regimento pulava.

Depois de nos apresentarmos ao Sr. Coronel Caiado, que fumava o seu inseparável cachimbo, e de trocarmos algumas palavras, apresentei-me ao S/3. Atencioso e de bom humor, nos levou para sua mesa de trabalho, oferecendo-nos uma cadeira. Puxou uma táboa onde estava ajustada uma carta, coberta com uma fôlha de papel celofane, na qual traços e rodelas multicores mostravam as posições do II Batalhão. Com sua voz calma e pausada, disse-nos que estando num frente muito larga, o seu dispositivo apresentava uns pontos vulneráveis, por onde poderiam se infiltrar, não só patrulhas como elementos blindados do inimigo, sendo aconselhável o lançamento aí de uns campos de minas. Detalhando mais, nos indicou o Rio Marano e duas estradas que vinham de Roca Pitigliana e Santa Maria. Incidiam, estes canais, no dispositivo da 6.^a Cia.

- "Que acha você?" perguntou ele.
- "É exequível" respondemos.
- "Quando estará isto pronto?"
- "Hoje mesmo".
- "Ótimo". (2)

Despedimo-nos. Deixou-nos o Major Passos, como ideal e regulamentar, completa liberdade de execução. Nós imiscuimos em nossa técnica, que, de resto, era assunto novo para a maioria dos nossos quadros, exceto quando para alguns e em traços gerais, ao seu emprêgo tático.

Ao sair do P.C. do R.I. voltamos à Porreta, donde, após rápido almôço, saímos novamente, agora acompanhados

(2) — Vér ordem escrita anexa.

nhados pelo nosso auxiliar, o Sgt. Velasco, rumo ao terreno cujo reconhecimento queríamos realizar.

Fomos ao quarteirão do II Btl., comandado pelo Sr. Major Synseno. Recebidos com alegria e simpatia, pelo major e seus oficiais, os quais há muito não viamos, sentimos à vontade. Interessante, é aqui assinalar, como se estreitam os laços de simpatia e amizade entre os seres que enfrentam juntos os sofrimentos e os perigos, e sentem a ausência de tudo que lhes é caro. A relativa dependência mútua, aproxima-os, une-os, irmana-os, transforma-os num bloco homogêneo, caso indesejável e malfazeja força destrutiva não venha impedir esta ligação moral, tão necessária e poderosa, a franca e espontânea camaradagem. Um comando mal exercido, ou mal compreendido, disto é capaz. Infelizmente, às vezes, a camaradagem nem sempre tem raízes bastante profundas. É efêmera, filha de um instante, da necessidade momentânea e desaparece como por encanto, quando cessam os riscos... Que desilusão! Quantos se mostram urbanos, camaradas, e denunciam simpatia pelos seus subordinados ou superiores nas horas críticas, não se metamorfosem rapidamente, fazendo-se secos, ríspidos, adquirindo ares soberanos, de *grands seigneurs*, mal passado o perigo? É pena. Alienam de si a enorme força da simpatia e da íntima estima, creadora dos indestrutíveis prestígios.

Um exemplo de camaradagem duradoura, visível, franca, sincera, era a existente na oficialidade do II Btl., a qual constituía seu traço bem marcante e característico. Sentiam-no bem os que ali chegavam.

Após um "bate-papo" preliminar, indispensável em todos os encontros, aproveitado para transmitir as novidades, os boatos, os "chutes", as "marretas", chegamos ao que nos levava. O Cap. Marques, com quem já servirmos no Btl. Escola, puxando uma carta mais detalhada que a do Major Passos, nos expôs, com seu modo de falar apres-

sado e convicto, a situação da frente do Btl. Estabeleceu-se acôrdo minucioso, quanto à localização dos campos de minas.

O trabalho deveria ser feito na frente da Companhia do Cap. José Raul, com o qual, ainda não houveramos tido muito contacto. Dirigimo-nos ao seu P.C., guiados por um Sargento, e que atingimos após subirmos e descermos algumas pronunciadas ladeiras e percorrermos trilhas escuras e lamacentas. Igualmente bem recebidos, dissemos-lhe ao que vinhamos.

Após um trago de bom vinho, o Capitão José Raul nos acompanhou ao Pel. do Ten. Chaon, nosso contemporâneo da Escola Militar, em cuja frente deviam ser lançadas as minas. Atravessado o rio Marano, que passava por entre dois cocurutos, alcançamos o P.C. do Chaon, onde encontramos o Ten. Freitas (Leão), nosso amigo e companheiro de turma, que comandava um pelotão de petrechos pesados. Risadas, chistes, piadas... Ganhamos, em seguida, o intervalo entre os pelotões Chaon e Apolo, em busca do melhor local para o lançamento do campo de minas, e assim fomos ter "à terra de ninguém", tão nossa conhecida de cinemas e livros, mas que, pela primeira vez, viam e pisavam...

Sentia-se como que a presença do nada. O dia estava radioso e das elevações vizinhas e fronteiras, os "tedescos" deviam estar nos observando, à distância de um tiro de fuzil com luneta. Reparando na calma com que se movimentavam nossos companheiros, sem procurarem se abrigar ou tomar qualquer medida para tornarem-se menos visíveis, sentiamos-nos também despreocupados e confiantes. Seria o mesmo se estivessemos realmente em face do perigo e não apenas perante a sua possibilidade? Que se passaria então? Que sucederia quando estivessemos nesta situação? Como nos comportariam? Quando as granadas de morteiro e as do famoso 88 estiverem caindo em torno de nós,

mutilando, ferindo ou matando nossos caros soldados, irmãos forjados na alegria e na tristeza, privações e sofrimentos, sacrifícios e recompensas, como reagiremos? Quando nos sentirmos envolvidos por uma barragem de artilharia, ou quando as balas de fuzil e da célebre "Lurdinha" ceifarem os arbustos vizinhos, que sentiremos, que faremos? É uma pergunta constante e que se manifesta sob várias formas em nosso fôro íntimo, à qual desejavamos então poder responder seguramente. Acreditamos que muitos outros já sentiram esta mesma ânsia ou curiosidade, bem humana, de conhecer os mais recônditos recantos de seu íntimo, de sua pessoa. Porém, deixemos de divagações...

Onde estavamos? Ah! Na margem do rio Marano, córrego de leito pedregoso, de um palmo de profundidade e 4 ou 5 metros de largo. A margem esquerda, fortemente escarpada, ia terminar à frente das posições do Tenente Apolo, sendo impraticável mesmo, como itinerário de patrulha; a direita, estendia-se plana, por entre um vinhedo abandonado e murcho, na frente do Pel. Chaon. Ali, passando sorrateiramente por aquela brecha, estava o itinerário possível do inimigo. Ali devia ser lançado o campo de minas, estendendo-se até atravessar o rio e subir um pouco a encosta escarpada.

A única imposição técnica para a sua localização era ficar cerca de 150 metros à frente das posições amigas, afim de que, caso alguma mina funcionasse, seus estilhaços não viessem molestar nossas próprias tropas. Em virtude das dobras do terreno, este campo não seria visível por nós, servindo portanto como obstáculo e como alerta aos nossos bravos fuzileiros.

Ali se fazia mistér um cordão de minas. (Fig. 1) Seriam anti-pessoal, numerosas, justapostas, unidas umas às outras pelos arames de tropêço (trip-wire), de forma que ninguém pudesse passar sem esbarrar num deles, o que pro-



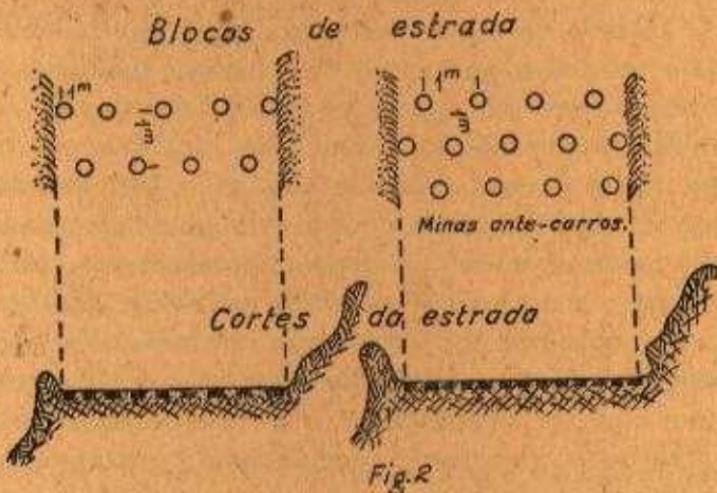
vocaria o funcionamento de uma das minas. Esta pularia no ar, e a uma altura de 1m.80 arrebentaria, causando a morte de quem num raio de 10m. estivesse e, ferindo e mesmo matando, num raio de 150m. Dependeria de sorte, pois os estilhaços são inúmeros.

E' a mina anti-pessoal americana M2A1.

Seria mais aconselhável um cordão duplo, mas as dificuldades de lançamento tornar-se-iam muito maiores e íamos estrear, o que, quando se trata de minas anti-pessoal daquele tipo, por demais sensíveis e traiçoeiras, muito quer dizer. Qualquer descuido, êrro técnico, ou movimento em falso, pode causar sério acidente, o que aliás se deu algumas vezes.

Notável é o efeito moral d'este terrível engenho. Senti várias vezes, que ao saber que iam ficar protegidos por um campo, os fuzileiros se alegravam, ficavam mais à vontade, menos preocupados com uma incursão inimiga. Alguns queriam que se colocassem minas em todo canto. Era um reflexo naturalíssimo do instinto de conservação, inevitável no sér humano, quando sujeito a alternativa de vida ou morte, principalmente no início de uma campanha.

Chegados a um acôrdo, voltamos ao P.C. do Chaon, onde êste ficou, passando a nos seguir o Velasco, meu Sargento auxiliar. Fomos ver as estradas que incidiam nos Pelotões Apolo e Deschamps. Informados êsses sobre a nossa missão, entramos em campo. Eram de chão pedregoso e duro, de uns 4 a 5 metros de largura. Seria um trabalho fácil, porém cansativo. Os dois blocos de estradas (Fig. 2), (duas, três ou quatro fileiras de minas anti-carro) ficariam avançados uns 150m., e seriam desta vez visíveis por fuzileiros atiradores, que tomariam sob os fogos de seus F.M.



os tripulantes do carro blindado inimigo atingido, que tentassem escapar.... Estava terminado o reconhecimento.

Regressamos ao P. C. do Major Synseno, após deixar o Cap. José Raul no seu, com a promessa de regressar à noite para executar o trabalho, e expusemos-lhe o assentado. Daí, voltamos para Porreta. Chegados ao convento, mandamos que o Sargento Velasco pusesse o pelotão em forma, e fomos ao nosso aposento³ afim de pensar, e preparar os pormenores referentes ao trabalho a executar.

Tudo pronto, reunido o pelotão, expusemos aos nossos homens o que tínhamos a fazer, o perigo que íamos correr, o que poderia fazer o inimigo, e a conduta que devíamos ter. Repassamos a instrução técnica chamando a atenção para os detalhes mais importantes. Tentamos robustecer mais uma vez o necessário respeito pelas minas, freiando os mais afoitos. Marcamos o uniforme, o mais simples possível, e proibimos o uso de armamento. Sim, o nosso fuzil, de pouca valia à noite, é por demais perigoso perto dos armes de tropêço, nos quaes se pode emaranhar, causando acidentes. Eram preferíveis as granadas de mão, que nos protegeriam o suficiente para retrairmo-nos até a linha dos fuzileiros, que seriam de fato, nosso escudo defensivo.

O soldado de minas pertence a uma especialidade perigosa e traícieira que exige dele certas qualidades indispensáveis. Entre as diversas modalidades, espécies e tipos das minas atuais, só falta uma que funcione por pensamento. Basta se estar perto de uma delas para se estar em perigo. E' bem feminina... Para ser manejada, demanda coragem, primeiramente, e depois conhecimentos técnicos, que devem ser os mais minuciosos possíveis. Um detalhe esquecido, tudo vai por água abaixo. Faz-se mistério inteligência e cuidado. Os afoitos são o desastre. Necessita quem lida com elas, ter-lhes respeito, o que se obtém, prestando bem atenção aos perigos, receiando-as instintivamente. Não é só pelo perigo pessoal que corre o afoito, que ele é perigoso. O desatinado arrasta consigo geralmente um ou mais, para cima ou para baixo. O indivíduo bacharel em minas, já as vê com outro respeito, se bem que mais confiante. Tem que ter sangue frio, pois, perdendo por qualquer razão a calma — como é fácil na guerra — é um provável cadáver, ou restos sangrentos pendurados nas árvores vizinhas.

Na limpeza de um campo de minas, arrastando-se de joelhos, procurando com o braço nu um arame de tropéço e com o furador pesquisando o terreno palmo a palmo, o soldado de minas percorre 20, 60, 100, ou mais metros. Em tal trabalho, perde-se facilmente a paciência. Um braço abaixado com mais rapidez faz um arame de tropéço funcionar. O furador manejado com mais força, faz a mina explodir pelo excesso de pressão. Um palmo de terreno não investigado, pode conter uma mina que irá matar um soldado amigo ou inutilizar um tanque ou viatura, que confiante avance pela brecha. E' preciso muita paciência. O mineiro deve ter muita honestidade no seu trabalho, pois os outros confiam nele. A sua responsabilidade é grande, é enorme. Ainda assim, a sua consciência, mesmo tranquilizada por um trabalho feito com todo cuidado, fica tortu-

rada pela dúvida. Será que ficou alguma mina? Terão sido todas retiradas? E' cruel...

Para ir à frente de nossas linhas, próximo às vezes do inimigo, lançar um campo de minas, desobstruir uma estrada para os tanques, limpar as vias de comunicação, para os abastecimentos, isto tudo muitas vezes sob um bombardeio do adversário, ou sob o fogo das suas armas portáteis, requer coragem, coragem e sangue frio. Se juntadas à ação ativa inimiga, as minas se transformam num passaporte ideal para a eternidade. Dele pouco se utilizará quem for inteligente, tiver sangue frio, coragem, paciência e principalmente sorte.

Baseados nisto tudo, tomamos nossa decisão e demos nossas ordens. Dividimos o pelotão em 3 partes, cada uma comandada por um cabo, sendo que a turma que ia lidar com as minas anti-pessoal, o trabalho mais delicado, seria comandado pelo cabo Sena, tipo interessante de rapaz pernambucano, brioso, inteligente e disposto. Não o conhecíamos bem, porém, tínhamos o pressentimento de que saberia desempenhar sua delicada missão com segurança e acerto. Era o que tinha maior ascendência sobre os soldados, e o que se mostrava melhor nos trabalhos de instrução. A ele demos os soldados nos quais tínhamos mais confiança, não só por sua inteligência e cuidado, como não sabemos bem porque...

A responsabilidade da escolha é grande.

Se não nos conhecemos bem, como poderemos saber como se portarão nossos trinta soldados? Nos tratos da instrução calcula-se muito sobre os seus caráteres, mas a realidade transforma radicalmente certos indivíduos... A experiência, a muitos o demonstrou. São o Odír, o Papa, o Félix, o Feliciano, o Pompilio, o Djalma, o Gatão e o Jérônimo, meu bagageiro, os homens que entregamos ao cabo Sena...

Como os trabalhos distam uns dos outros e o do Sena é o mais delicado, vamos com êle e levamos o cabo Amaury como desenhista. O Velasco vae orientando os cabos Barros e Sobral, que comandam os soldados restantes, divididos igualmente entre êles. Como seu desenhista vae o cabo Neto.

Tudo pronto, embarçamos em três viaturas e partimos confiantes para a nossa primeira missão, embora um pouco nervosos, certos, porém, de a cumprir satisfatoriamente, se Deus quisesse... Apanhamos as minas no centro de reuniamento do Regimento, comandado pelo Cap. Lima, que lá não se achava, devendo estar numa de suas constantes idas ao "front".

Do P.C. do Btl., entregues as viaturas aos motoristas, dirigimo-nos ao P.C. da 6ª Cia., depois de nos termos apresentado ao Major Syseno. Tais apresentações são necessárias, indispensáveis, são a nossa segurança, pois certos elementos devem ter conhecimento da nossa presença para que, qualquer sentinela mais nervosa, não nos mande, por engano, desta para melhor. Por duas ou três vezes, mais tarde, isto quase nos aconteceu.

Fomos depois ao Cap. José Raul que nos deu por guia o "Lebre", que nos acompanhou para a frente. Seguimos em coluna por um, a 5 metros de distância, aproveitando a escuridão protetora, da noite, até a primeira estrada a ser minada. Cada soldado levava uma mina. La deixamos, após repisar certas recomendações, tais como os cuidados para não produzir faiscas com as picaretas nas pedras, o Velasco com o seu pessoal. Lembramos-lhe não olvidar a colocação de vigias duplas à aproximação do inimigo os alertaria, evitando assim que fôssem surpreendidos. O ponto de reunião, findo o trabalho, seria o P.C. da Cia.

Prosseguindo, fomos ao encontro de Chaon, com o qual nos entendemos e, marginando o rio, seguimos até o outro local a minar, as margens do Morano. Lá chegados,

mandamos, para o outro lado do rio, o Felix, soldado muito cuidadoso e rápido no trabalho. Sua missão era a mais difícil e a mais demorada.

Avançando em coluna por um, paralelamente à frente, apenas protegidos pela meia escuridão e o silêncio da noite, fomos disposto os outros soldados sorrateiramente. Marcavamos os locais onde deviam enterrar as minas, nêles as depositando, e iniciando logo o trabalho de seu lançamento. Geralmente ficavam entre duas fileiras de vinhas secas e estéreis, nas quais amarrariam os arames de tropéço. (3)

Quem de longe os pudesse observar, atravessando com olhar firme e persistente, o manto da noite, que peneirava um luar azul pálido, máter de sombras tétricas, veria distantes um dos outros, vultos humanos, cabeça baixa, pontos anônimos que materializavam uma linha fronteiriça ao inimigo, que para êles preparavam uma surpresa. De mais perto, junto a um que estivesse iniciando sua tarefa, tal observador, vê-lo-ia manejar a pá, que se afundando na lama negra, produto das chuvas precursoras do inverno que se aproximava, abria uma cova para a mina. Depois, haveria de vê-lo pôr a pá de lado e abrir uma caixa de papelão encerado, à prova de umidade, dela retirando o engenho. Semelhante a um U com uma perna mais grossa, em forma de copo, era de uma côr verde escura. Notaria então o nosso observador, que o mineiro, erguia a cabeça, protegida por pesado capacete e lançava um olhar indagador para a frente em busca de qualquer vestígio de aproximação do inimigo. Em seu rosto pálido ressaltavam manchas de lama. Nada de anormal. Limpas as mãos escorregadias e lâmacentas na calça do uniforme, segurou um objeto cilíndrico, o ignitor. Desatarrachou um parafuso. Puxou um pino que des-

(3) — Pronta para funcionar, a mina fica enterrada, dela saindo dois arames de tropéço, que vão se prender em estacas. Quem neles se embärçar fará funcionar o percutor que ferirá uma espoeta. Seu fogo inflamará uma carga propulsora de pólvora que lançará para o ar a mina propriamente dita, ovo grande de aço recheado de T.N.T. A 1m,80 do solo explodirá, espalhando estilhaços num raio de 150 metros.

lizou facilmente. Recolocou ambos, atarrachando o ignitor, a perna mais fina do U, à mina.

Tomou-a e acamou-a na cova onde permaneceria oculta. Ancorou-a comprimindo a lama em volta e deixando-a ligeiramente enterrada.

Tirando da caixa de papelão um carretel de fio de aço finíssimo, o arame de tropéço, avançou silencioso na direção do seu companheiro da direita, até a fila de vinhas que os separava. Chamou-o com um "psiu". Este o olhou, e viu atar o arame por sua extremidade numa haste. Começou depois a desenrolá-lo recuando lentamente em direção à mina.

Assim o outro ficou sabendo onde também devia amarrar o seu... (4)

Junto a ela, cortou-o e amarrou-o ao anél do retém, tendo o cuidado de não o deixar muito frouxo, pois ficaria repousado ao solo e o inimigo por ele poderia passar incólume, nem muito tenso, porque poderia acionar o retém. Deve ficar a uma altura ideal... Em seguida fez o mesmo do lado oposto e, por fim, saiu à cata de gravetos e fôlhas secas. Colocou-os sobre a mina camuflando-a. (5) Verificado rapidamente o conjunto mina, arames e suas amarrações, ajoelhou-se junto àquela. Retirou o parafuso do ignitor. Na palidez acrescida do seu rosto espelhava-se a apreensão que o possuía. Viam-se os seus músculos tensos sob as manchas de lama... Minúsculas gotas perolavam-lhe a testa. Arregalhou as mangas. Alterara-se o ritmo de sua respiração, agora mais difícil...

Chegara o momento crítico. Limpando as mãos, segurou o pino, tentando movêlo. (6) Estava chumbado à

(4) — Os arames são amarrados no mesmo suporte e no mesmo lugar, não deixando nenhum espaço indefeso e facilitando a remoção do campo.

(5) — Não se coloca nada pesado sobre elas, pois prejudicaria sua projeção para cima.

(6) — Ao ser retirado o pino, o percutor ficará preso unicamente pelo retém, sujeito à ação dos arames de tropéço. Caso haja, e infelizmente houve, em que o dito retém não estava prendendo o percutor. A mina funcionou. Pode-

mina. Que seria? Deixou-o, respirou profundamente, lançou o olhar para a frente e para o céu. Tentava voltar à calma... Olhou a mina... Com um brilho de resolução nos olhos, tornou a segurar o pino. Puxou-o lentamente, bem lentamente... Estava correndo frouxo. Em pouco, saíra. O nosso misterioso observador, não se podendo conter aconselhou apressado: "cuidado para não escorregar, cuidado para não bater com a mão nos arames, pois a lama é escorregdia e a mina traiçoeira" e tratou de se afastar...

Nossos soldados haviam treinado a execução de tôdas es'tas operações, até a retirada do pino, e haviam recebido ordem de aguardar nossa chegada ou a do cabo, (7) para, somente então, retirá-lo. O homem em questão, era um desobediente, por excesso de zêlo... ou nervosismo...

Mas isto foi mero acidente de estréia... felizmente sem consequências... "Um dia de guerra vale por cem de instruções".

Sempre acompanhados pelo Sena, íamos de homem em homem, verificando o trabalho e corrigindo-lhes os defeitos: arames frouxos, arames tensos, mina pouco enterrada, etc. O próprio cabo e nós mesmo stavamos aprendendo a melhor maneira de exigir, de executar, de comandar. Chamamos a sua atenção para isto, prevenindo-o de que a excitação da estréia, dada a delicadeza e o perigo do trabalho, demandava uma assistência constante e principalmente muita calma. Cuidado com a voz...

O cabo Amaury, desenhista, nos seguia, tomando nota de todos os dados necessários ao relatório a ser feito posteriormente, de memória, pois com a escuridão não se podiam escrever notas. Atentavamos não só para os detalhes do campo propriamente dito (número de minas, distância en-

se prever este acidente. O pino, se tudo estiver certo, corre livremente, caso não, estará emperrado, abandonando, a custo o seu orifício de passagem no percutor.

(7) — Este indisciplinado nos fez sentir suas reações. Ai alguns rião sentem, outros afrouxam, outros se dominam, o que é normal. Com a prática se torna mais fácil, porém é sempre enervante...

tre elas, extensão do campo, etc.), como para as particularidades de cada mina (sua localização, comprimento dos arames, onde estavam amarrados, etc.), como também para os acidentes do terreno, com suas distâncias úteis para a referência e a localização do campo na carta. Trabalho difícil e de cuja perfeição poderá depender a vida dos que mais tarde tiverem que remover o campo, se fôr o caso.

Não tinham sido suficientes as minas trazidas, falta de previsão minha, o que me levou a mandar ao P. C. da Cia., o soldado Jerônimo, com o remuniciador. Apezar de sabê-lo inteligente e de iniciativa, e de já haver feito o mesmo trajeto anteriormente, a sua demora estava me preocupando. As dificuldades da escuridão, acrescidas pelas irregularidades do terreno, cortado de vinhas, matos e ondulações, poderiam fazê-lo perder-se. Como no momento pudesse dali me afastar, fui procurá-lo no P. C. do Chaon, cometendo assim outro êrro. Se por um azar, tão comum em guerra, uma patrulha inimiga, na minha ausência, fizesse uma incursão àquele local, sérias consequências poderiam ferir a minha responsabilidade de chefe, fato de que só me apercebí mais tarde...

Seja como fôr, ao chegar ao P. C., a minha preocupação cessou, pois lá se achava o Jerônimo. Auxiliando-o no transporte das minas, regressamos. O terreno pedregoso e esburacado, com fortes declives, estava lamaçento. Toda-via, mal podendo ver aonde pisavamos, com duas minas debaixo de cada braço, caindo aqui e ali, ora nos rasgando nas pedras escorregadias e ponteagudas, ora tombando sentados sobre espinhos, aliás abundantes, chegamos aos tram-bulhões até a beira do rio. Seguindo-o pela margem, atingimos novamente os nossos.

Havia novidades. O soldado X, no qual já havia notado anteriormente certa mudança, tinha visto um vulto atravessar o rio, e, pensando ser algum alemão, começou a gritar: "Quem vem lá", só se acalmando ao verificar que

era o cabo Sena, que tinha ido vêr o Felix... A calma, porém, quando chegamos, já tinha voltado e o trabalho estava bem avançado. Alguns mesmo já haviam terminado suas tarefas.

À vista disto, fomos com o Sena, cuidando atentamente, os arames já extendidos, até o homem da extremidade esquerda. Era o Odir. Tinha feito um trabalho perfeito. Determinamos-lhe, então, que retirasse calmamente o pino de segurança, e êle o fez sem perturbação. Mandamo-lo para o ponto de reunião junto ao rio, mais à retaguarda, e prosseguimos.

Encontramos agora o Papa, a calma personificada, paulista, gordo, careca e espertíssimo, foi ótimo... E lógico que, depois de verificar-lhes o trabalho, e antes de mandá-los retirar o pino, verificavamos se êle estava correndo bem direitinho... Todos o fizeram, salvo o soldado Y, que nos confessou baixinho estar muito nervoso. Nada lhe dissemos. Retiramos nós mesmo o pino. Mas, em compensação, fizemô-lo, depois, praticar esta operação em cinco minas, como instrução... Assim se adquire confiança e fica-se menos receioso, apesar de, confessemos, não ser lá muito agradável, para pares e ímpares...

A observação e a fiscalização atenta dos homens deve ser constante, principalmente quando ainda são pouco conhecidos. Saber suprir as suas deficiências, e aplainar os seus excessos, é indispensável para que se possa, depois, trabalhar com calma e segurança. Se o trabalho não fosse verificado, o soldado não retiraria o pino, nada diria com vergonha, e os fuzileiros ficariam iludidos...

Terminamos nossa verificação com o Felix. Trabalho perfeito. Havia colocado um arame através do rio, prendendo-o a uma mina na margem. Bom rapaz o Felix. Tudo terminado, e depois de termos tido o cuidado de não deixar vestígio algum que indicasse a presença do campo de minas, carretéis vazios, caixas de papelão, minas que

não foram usadas, pás, etc.), retiramos todos os homens e fomos para o P.C. do Cap. José Raul. Informamos o Chaon sobre o trabalho feito. Após as explicações sobre os trabalhos, o que foi repetido no P.C. do Major Syseno, regressamos para Porreta, soltando uma "ufa" de alívio e satisfeitos pelo êxito de nossa primeira missão.

De caminho, apercebemo-nos haver perdido o relógio, o que nos fez pensar em nossa Mãe, e nas suas ralhas sobre os outros relógios anteriormente perdidos... Felizmente ela não estava ali...

Um fato interessante, notado por nós e pelo cabo Sena, é que tínhamos, absorvidos pelo trabalho, por intensa preocupação, esquecido o perigo.

Chegados ao convento, onde acantonavamos, após uma agradável viagem de regresso, reunimos o pelotão. A crítica pormenorizada do trabalho e felicitações ao Felix pela sua boa atuação, foram recebidas com alegria e interesse. Fomos dormir. Na manhã seguinte, reunimos os cabos Neto e Amaury e iniciamos a confecção do relatório.

Apesar da grande trabalheira que tivemos, e das fôlhas e fôlhas de papel que enchemos, cometemos um grande erro, desculpável, se nos permitem, pelo fato de ser o primeiro relatório de missão real que fazímos. Embora querendo simplificá-lo, havíamos feito coisa complexa, uma narrativa menos categórica, e bem mais volumoso. Não seguiríamos o tipo padrão fornecido pelo V Exército, e segundo o qual queriam recebê-lo. Felizmente reconhecemos o nosso engano em tempo de refazê-lo pelo tipo padrão, para a entrega ao 6º R.I., que nos substituiu naquela frente. Mas nos arquivos do nosso Regimento, que dele não mais precisava, continuou, porém, sob a forma simplificada...

O V Exército recebeu-o no tipo padrão. Que grande embrulhada!...

Outros inovadores incorreram no mesmo êrro; é o nosso consôlo!...

Mas a experiência ensinou-nos. Nem que se trate do caso de lançamento de uma única mina, faremos o relatório pelo tipo padrão... Ganha-se tempo, economiza-se papel e... se tem paz de espírito...

O relatório de um campo de minas é um guia para quem o tiver de remover, que nem sempre é quem o lançou, e para os que tiverem que transitar nas vizinhanças. Patrulhas, por exemplo. Os seus detalhes conduzem passo a passo, de mina em mina, de arame em arame, o pessoal da remoção. Devem facultar a retirada do campo até de olhos fechados, o que se concretiza numa missão noturna, aliás, perigosíssima. A situação daqueles que têm de remover um campo de minas, lençol de terreno onde campeiam invizíveis perigos, um finíssimo arame de tropéço, a mina que explode ao ser levantada, a que funciona ao ser inadvertidamente pisada, etc., não é muito invejável. O pior é que o campo foi lançado por nós mesmos... E se o relatório tiver um êrro? Coitados dos removedores...

Uma parte, a primeira, concretiza e define as responsabilidades e por isso, menciona quem deu a missão, escrita ou verbal, quem a recebeu, e por ela é o responsável principal, e os chefes responsáveis pela sua imediata execução (oficial, sargento ou cabo).

A segunda, localiza no tempo e no espaço, o campo de minas. Menciona a data do lançamento, com a hora do término do trabalho, e o mapa, do qual consta a região e onde se acha o campo. Assinala o ponto de referência, P.R., que é um acidente qualquer no terreno (caso, árvore, poste telegráfico, etc.), que conste do mapa e esteja nas vizinhanças do campo minado, dentro de nossas linhas. Sua descrição pormenorizada (cor, formato, coordenadas, etc.), o tornarão inconfundível. Partindo dele, localiza-se seguramente o campo, tanto no terreno, como no mapa.

Para fazê-lo no terreno, basta caminhar-se um determinado número de metros, na direção do conveniente azimute, até se chegar ao Ponto diretor, um monte de pedras, árvore, estaca, etc. Este ponto diretor, P.D., já existente ou criado no terreno, é escolhido de modo que se destaque solitário na região. O P.D. é a origem da linha base ou diretriz, que serviu para o lançamento do campo. É também geralmente um dos seus limites laterais.

A terceira parte do relatório, trata minuciosamente da constituição do campo. (8)

Todo ele é lançado de um dos lados da linha diretriz ou base, e^mpregando-se cordas, às quaes, conforme uma determinada convenção, a distâncias variáveis, se dão vários nós. Partindo da linha base, estica-se a corda perpendicularmente a esta, e os seus nós indicam os locais em que se lançam as minas. Repete-se a operação com outras cordas tendo os nós em locais diversos, paralelamente à primeira, sempre partindo da linha base. Depois, são empregadas novamente, invertidas, tendo agora a sua outra extremidade encostada à linha base. Assim, o campo ficará constituído de diversas fileiras de minas espalhadas a distâncias variáveis umas das outras. Só quem conhecer as distâncias entre os nós das cordas, saberá onde se acham as minas com precisão.

Tudo isto está sintetizado no item do relatório referente às cordas.

Partindo-se, portanto, do P.D., no azimute da linha diretriz, chegar-se-á, após caminhar poucos metros, ao início da 1^a corda e se poderá, sabendo como foi organizada, iniciar com segurança o levantamento das minas; haja minas anti-pessoal ou armadilhas, virão elas descritas na parte do relatório, pode-se remover todo o campo. Retiraram-se todas

(8) — O modelo refere-se a um campo de minas *a preparado* lançado geralmente nas defesas interiores do dispositivo, e de constituição mais complexa. Partindo dele, podemos adaptar qualquer caso. O que, aliás, ocorreu conosco.

as minas? É fácil verificar, pois o número total está indicado no relatório.

A terceira parte termina com um item referente à passagem. (9)

Para ser achada esta, parte-se do P.D., seguindo o respectivo azimute até uma determinada distância, para encontrar o P.D.P. (ponto direto da passagem). Daí, segue-se outro azimute, que leva à travessia do campo minado, pela passagem. A largura desta e o seu comprimento, estão também registrados no relatório.

Assim, todo o campo de minas, ficou bem nosso conhecido.

Com a assinatura do oficial encarregado do lançamento (responsável por ele e pelo relatório), a sua unidade e a data, temos a 4^a, e última parte. Em anexo, figurará um croquis ilustrativo.

Isto posto, apresentamos agora o que nós mesmos elaboramos, referente a esta nossa primeira missão, caso particular de lançamento de campo de minas, constituído somente por elementos anti-pessoal. (Vê anexo I)

Relatório do Campo de Minas

ANEXO I

(Secreto)

1 — LANÇADO POR: Ten Serpa — 1º R. R. Unidade.

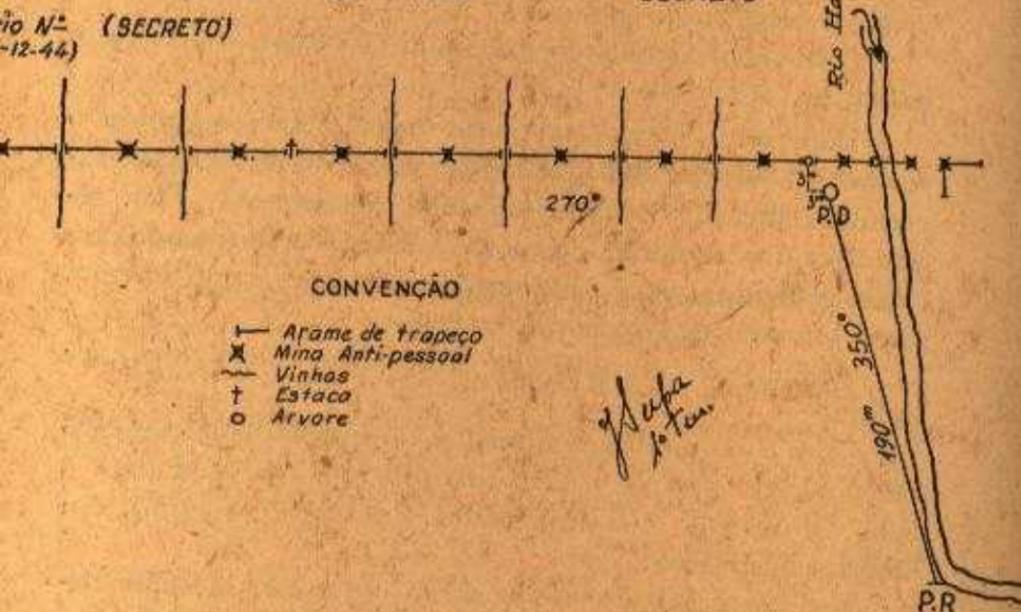
Oficial encarregado do lançamento: 1º Ten. José de F. L. Serpa.

Ordem de lançamento: Mem. n. 19 de 3-XII-44, do Sr. Maj. Oscar Passos.

(9) — Certos campos possuem uma abertura, que o atravessa. Por ela poderão passar patrulhas, carros, etc. Em caso de necessidade, é fechada por minas de reserva, que ficam junto ao ponto de referência.

Croquis do campo minado
(*SECRETOS*)

SECRETO



2 — DATA DO LANÇAMENTO: 3-XII-44; Horas: 01h,00.

3 — MAPA DE REFERÊNCIA: Mapa de Riola;
Escala: 1:25.000.

Ponto de referência, (P.R.): curva do Rio Maranho.
Coord: (....).

Descrição: Única curva do rio existente na região (1).

4 — PONTO DE REFERÊNCIA PARA O PONTO DIRETOR:

Distância: 190m. **Az. Mag.:** 350°.

Descrição do Ponto Diretor (P.D.): Pedra de 2m. de altura, na margem direita do Rio.

5 — LINHA DIRETRIZ:

Comprimento: (Por memória).

6 — CORDAS:

Distância do P.D. até a 1^a Corda: (Por memória) m;

Distância entre cordas subsequentes: (Idem) m;

Número de cordas: (Idem).

7 — NÚMERO TOTAL DE MINAS LANÇADAS: 11.**8 — DENSIDADE APROXIMADA DO CAMPO:**
(2) minas por metro de frente.**9 — PASSAGENS:**

Largura: ... m; **Comprimento:** ... m; **Az. mag.:** ...

Distância do P.D. ao P.D.P. (ponto diretor da passagem): ... m;

Az. Mag. de P.D. a P.D.P.: ...

Localização das minas reservas para fechamento da passagem: ...;

Número: ...

10 — NÚMERO E DETALHES DE LINHAS ANTI-PESSOAL E ARMADILHAS: ...

Do P.D., frente para o N., andando 3m, para a esquerda e 3 para a frente, há uma árvore. Nela estão amarrados os arames das minas 1 à direita e 2 à esquerda.

Continuando para a esquerda, todas as demais minas (8) formando uma fileira contínua, tem seus arames amarrados no mesmo lugar e no mesmo suporte. Para a direita, o arame da mina n. 1 está amarrado em uma pedra bem na beira do rio. Daí sai um outro arame, que atravessa o rio, estando a mina na outra margem, junto a 3 pedras brancas. Subindo a rampa da margem mais 2m, há outra mina cujos arames estão presos a arbustos formando um ângulo reto. Não está ligada à anterior. Ao todo são 11 minas.

11 — Assinatura:

UNIDADE: 1º R.I.

Data: 4-XII-44.

ESTACA:

Número ou letra das cordas	Espaço entre as minas	Distância entre as cordas	Número de minas nas cordas

P.D. DISTANCIA: Entre P.D. e 1^o Corda: ... m.

ANEXO II

IV CORPO DE EXÉRCITO — 1^a D.I.E. — Regimento Sampaio S/3 — P.C. em MARANO, 3 (três) de dezembro de 1944.

Do Major S/3 do R.I.

Ao Cmt. da C.C.A.C.

MEMORANDUM N. 19

I — Providenciai a colocação de Campos de minas na região de PODESTISNO e nas estradas que de ROCA PITIGLIANA e SANTA MARIA VLIANA conduzem às posições do II Btl.

De ordem do Cel. Aguinaldo Caiado, Cmt. do Regimento Sampaio. — Oscar Passos, Maj. S/3 R.I.

(1) — Apesar de pouco preciso era o único P.R. utilizável.

(2) — No nosso caso particular, tendo em vista os arames de tropéço, todos metros de frente estavam defendidos. Se houvesse densidade seria: ¹¹ 120, o que daria uma idéia errônea da proteção oferecida.

REITERANDO UM APÉLO

Cel. RENATO B. NUNES, da Reserva
de 1^a classe

Há homens, uns, dotados pela generosidade espontânea da natureza com qualidades de espírito excepcionais, e outros que as adquirem a custo de muito estudo e meditação, a cujas advertências, conselhos e previsões, entretanto, poucas pessoas prestam ouvidos. São os profetas pregando no deserto, e, não raro, os écos de suas palavras judiciais e preventivas, são acolhidas pelo "homem superior", com aquelle sorriso de incredulidade, ou de escarninho, que aflora nos lábios de quem se julga perfeitamente seguro de si, dos outros, e do futuro...

A mesma sorte têm partilhado certas ciências, ou ramos dos conhecimentos humanos, sobre os quais há quem goste mais de escrever alentados volumes, cheios de erudição, do que outros de aplicá-las como e quando poderiam produzir frutos inestimáveis. São fonte de citações e de belas conferências.

No que toca à nossa profissão, duas ciências, ou antes, uma ciência e uma arte com fundamentos científicos, adquirem fóros de campeãs da incompreensão generalizada, com as exceções da praxe, é claro: a psicologia e a pedagogia.

Certamente, nem todos lhes desconhecem o valor prático, mas não é menos exato que nenhuma das duas matérias é professada nas escolas militares de formação e de aperfeiçoamento dos oficiais.

Entretanto, quais são as funções primordiais, digamos até, privativas, do oficial? Duas: formar o soldado, e conduzi-lo no combate.

Ora, instruir e educar o soldado, não se restringe, apenas, a esgotar a matéria dos programas de instrução; e muito menos,

comandá-los na guerra, se limita à prerrogativa de lhes dar ordens imperativas e adequadas, em quaisquer circunstâncias.

A inteligência, a capacidade de compreender e assimilar, variam de homem para homem quase tanto como os traços fisiológicos, e isto se verifica até nos domínios da educação física.

E' o conhecimento e a justa aplicação das regras, preceitos e processos pedagógicos, *práticos* e não *livrescos*, que fazem os bons instrutores, e a eficácia da instrução. E os há, felizmente, mas formados por esforço próprio, e não pelas escolas. Cito um fato característico: assisti, de uma feita, numa sessão de instrução de telefones de campanha, que um jovem e inteligente aspirante ministrava a seus soldados: falava-lhes, no momento, em campo magnético, linhas de força, fluxos, resistências, etc. Os homens estavam atentos; mas na expressão fisionómica de alguns, estampava-se aquelle "doloroso esforço de compreender", que Eça pôs na "fusca face franzida" do macaco paradisiaco, que outro não era, no dizer do irreverente escritor, senão nosso "venerável pai Adão", quando, pela primeira vez, varando a floresta, deparou com o mar.

De igual passo, há nos homens que combatem, uma arma poderosa, mais poderosa que qualquer outra, que é a força moral, a coragem, isto é, a faculdade de sobrepor a vontade ao instinto de conservação. Se o chefe não souber manejar este fator psicológico da ação, com oportunidade, medida e acerto, em todas as circunstâncias do campo de batalha, os melhores planos, as mais judiciosas combinações, podem sofrer uma derrocada fatal.

Um oficial não estará integralmente à altura de cumprir sua dupla missão de instrutor, no tempo de paz, e de condutor de homens na guerra, se, ao seu arsenal de conhecimentos táticos não reunir o conhecimento das regras e preceitos da pedagogia, e das verdades da psicologia prática. Mas, conhecê-los, não é tudo; é indispensável que crêia neles com toda a convicção, pois, de outra maneira, ninguém conseguirá sugestionar, ou incutir no espírito de outrem, aquilo em que é o primeiro a não ter fé.

E' certo que nunca se poderá obter, tanto no que se refere à instrução moral e técnica dos homens, quanto ao seu procedimento em face do perigo de morte, uma uniformidade perfeita, uma homogeneidade integral da massa, porque, de um lado, os indivíduos diferem muito entre si, intelectual e moralmente, e de outro, porque o potencial psicológico das multidões, mesmo quando organizadas e submetidas a um sentimento comum, como é a tropa, não se forma da soma dos característicos individuais. Mas será sempre possível formar "núcleos de força", constituídos por homens selecionados, capazes de, com seu exemplo, amparar os mais fracos, ou atuarem como uma espécie de "escorva" que inflamará o ânimo dos outros.

Há na tropa que combate, no dizer de Ardant du Picq, três classes de indivíduos: os "bravos a toda prova", que são raros; os "visceralmente pusilâmines", e um grupo intermediário, ao qual se poderá chamar de "os indecisos", cujos impetos morais poderão arrastá-los a seguir os primeiros ou os segundos. Estar em condições de conhecer o valor médio moral do conjunto de suas tropas, sem optismo nem pessimismo, e saber dosar o esforço que dela se pode exigir, com segurança, em cada circunstância particular do campo de batalha; excitar os bravos, apoiar nêles os indecisos; vigiar de perto os pusilâmines, eis o cuidado perene dos chefes, seja qual fôr sua hierarquia de comando, sem esquecer jamais que "o homem só é capaz de suportar uma determinada quantidade de terror", além da qual até os bravos podem sucumbir, ainda no dizer daquêle experimentado chefe e pensador militar.

Não se comprehende, portanto, que na formação de futuros oficiais, e no aperfeiçoamento progressivo da instrução profissional, continuem relegadas ao esquecimento, ou ao desapreço, matérias de tamanha relevância para a formação dos verdadeiros condutores de homens. Não se comprehende que tanto se exalte a influência do fator moral no êxito das batalhas e se continue a menosprezar os fundamentos essenciais da obtenção e da manutenção dessa força primordial. Para lograr êsses resultados, não são bastantes as belas dissertações sobre a cora-

gem e o dever militar. O que cumpre, é saber "manobrar" com os sentimentos íntimos de cada indivíduo, a fim de apoiá-lo moralmente em tódas as circunstâncias da luta que se trava entre a disciplina, o dever e o instinto de conservação. Sair sempre vitorioso dessa luta íntima, é causa que só se pode exigir incondicionalmente do oficial, porque se ele não fôr capaz de tanto, "ter-se-á enganado na carreira", como diz Ardent du Picq; mas não se pode exigir o mesmo de qualquer soldado, cuja mentalidade profissional raramente é comparável à do oficial.

As fôrças morais, portanto, têm que ser utilizadas e manobradas com a mesma justeza e oportunidade que as fôrças materiais, frente às realidades do campo de batalha.



Não foi por outras razões que instituimos esta seção de "Excertos", na qual focalizamos, de preferência, os fatos psicológicos, e fizemos, em número anterior desta Revista, um veemente apêlo aos oficiais que participaram da guerra européia, no sentido de divulgarem, nestas colunas, as observações que não poderiam deixar de fazer, sobre as realidade do combate e da vida de campanha. Aqueles que por qualquer motivo, não puderem redigí-las, forneçam-nos os dados precisos, que de bom grado o faremos, autorizando-nos, ou não, a mencionar a fonte dessas informações.

Infelizmente, até agora, nada nos foi comunicado, com a exceção que nomeamos no fim d'este apêlo, que renovamos com redobrado empenho.

Não é justo que se deixem de difundir, o mais possível, os frutos da experiência e da observação proporcionadas pela guerra aos nossos camaradas que tiveram a oportunidade, tão rara quanto honrosa, de participar de uma guerra moderna.

Faz-se mister que os ensinamentos colhidos a custo de tanto esforço e sacrifícios, reverta mem favor da ilustração profissional dos que lá não puderam estar presentes. O campo aberto à observação era vasto e variado em seus aspectos, todos êles re-

lacionados com as realidades da guerra: — comando, operações, organização, instrução, deslocamentos, serviços provedores e transportadores, notadamente saúde e alimentação, ligações, transmissões, a engenharia e a aviação, o moral da tropa, os fatos psicológicos individuais e coletivos, a vida em campanha, etc. Tudo isto é de capital importância para nós. Não se trata de elogiar ou de reprovar atos ou pessoas, mas de relatar as causas como foram na realidade; boas ou más. E, principalmente neste último caso, é preciso libertar-se desse nocivo pudor que leva a ocultar, ou silenciar, justamente aquilo que é indispensável citar, a fim de corrigir, e evitar que, de futuro, se incida nas mesmas faltas e insuficiências. Quem leu os "excertos" aqui publicados, notadamente os das obras de Ardant du Picq, e o excelente estudo do General Daudignac sobre "As realidades do combate", há de ter-se convencido de que as fraquezas, como os heroismos, não são característicos deste ou daquêle exército, desta ou daquela raça, porque são, sobretudo e essencialmente, manifestações da natureza humana; e o homem continua e continuará a ser sempre o mesmo ente de carne e osso, profundamente emotivo, que tem sido em toda a parte, através de todos os tempos.

"Errar, é humano; persistir no erro, é irracional".

Não menos interessante e instrutivo será o relato do que observaram nos exércitos com os quais cooperaram, como o dos E.E.U.U., tanto no que se refere às operações, como à organização, hábitos, vida em campanha, etc.

E vem igualmente a ponto apelarmos para os oficiais que fizeram estágios de instrução noutros países, especialmente nos E.E.U.U. O Exército deve aproveitar-se do que de útil lhes foi dado ver e aprender. Para isto, faz-se mister divulgar as observações e ensinamentos colhidos pelo pequeno número de oficiais distinguidos com essas viagens, em proveito dos que não tiveram a raríssima oportunidade de visitar países estrangeiros. A divulgação restringida a conferências lidas no âmbito fechado dos estados-maiores, processo comprehensível quando se versam assuntos reservados, não atende aos interesses e à ilus-

tração profissional da coletividade, além de que, o proveito das conferências tem duração efêmera; o que se ouve hoje, esquece-se amanhã, ao passo que a leitura pode ser renovada quando necessário.

O aproveitamento máximo, e a divulgação maior, decorrem da leitura meditada e repetida, quando fôr preciso recordar; e esse resultado se obtém plenamente com a publicação de tais escritos nas páginas de "A Defesa Nacional", que vai a todos os quartéis e estabelecimentos militares dêste imenso Brasil.

Este é ainda um meio de reagir contra os perigos da apatia intelectual que, pelo menos aparentemente, tende para apossar-se dos espíritos, em matéria de leitura e debate de assuntos profissionais, ou de cultura geral militar. Esta observação se inspira, dentre outros indícios, na constatação do número relativamente reduzido de assinantes de nossa Revista, votada durante os trinta e dois anos de sua laboriosa existência aos assuntos técnicos-profissionais, num exército que conta mais de cinco mil oficiais, para só citar esta classe de leitores. A colaboração nas colunas sempre ansiosamente abertas às manifestações de tantos camaradas, é escassa, e não permite, portanto, uma seleção rigorosa. O encargo de *fazer* a revista, não pode caber apenas a uma meia-duzia de redatores, por ser tarefa demasiado pesada; além de que, lhe faltaria a melhor qualidade que é a variedade de assuntos e de idéias.

Não cessaremos, entretanto, de apelar para o espírito de cooperação de nossos camaradas que retornaram da guerra e de estágios no exterior; tampouco perderemos a esperança de que nossos apêlos sejam ouvidos. O exemplo está dado por um dos jovens oficiais da F.E.B., o tenente J.F.L. Serpa, que nos enviou sua terceira colaboração; outros virão, sem dúvida.



No início destas despretenciosas considerações, focalizamos a necessidade de conhecer e utilizar os princípios essenciais da pedagogia e da psicologia práticas. Parece, entretanto, que

uos deixamos arrastar, pela conexão das idéias, a outras conclusões. Em verdade, porém, é mais aparência do que realidade, pois que, em se tratando de preparar homens para a guerra, as duas ciências se interpenetram, se completam, no resultado que se quer obter. Terminando por solicitar aos nossos camaradas suas impressões e verificações atinentes a todas as atividades da guerra, não fugimos, portanto, às premissas, porque, em última análise tudo isto concorre para o objetivo único e supremo: a preparação moral e material para a guerra. E esta é a razão de ser dos exércitos.



Espadas que protegem
precisam também
de Proteção!

Brasso
dá brilho
aos metais!
BRASSO

Centro de Instrução de Moto-Mecanização de Porto Alegre

Major HEITOR LOBATO VALLE

Chefe do Serviço M.M. da 3.^a Região Militar

I

Como diretor do curso que vindes de concluir, eu não desejava que daqui partissem sem que vos dirigisse a palavra, avisada e amiga, de educador e de chefe.

Compenetrado acima de tudo do meu papel de educador, cuido que a minha missão nesta casa não foi apenas a de orientar o vosso curso, escolhendo e selecionando os assuntos que deviam constituir o vosso aprendizado técnico. Sinto que missão ainda mais delicada me é imposta pelo cargo que aqui desempenho, qual a de orientar a vossa futura conduta, a de traçar diretrizes seguras para que possais desempenhar, com honestidade e com amor profissional, os novos encargos que vos serão atribuídos em consequência do curso que concluisteis após um intensivo período de estudos teóricos e de prática de oficina mecânica.

No momento em que recebeis o vosso certificado de curso, na hora em que vos despedis dêste Centro de Instrução, cum-pre-me esclarecer-vos e alertar-vos sobre os deveres que, de hoje em diante, o Exército vai exigir, diuturnamente, de cada um de vós. E é necessário que estejais absolutamente capacitados desses deveres, é preciso que tenhais deles a mais nítida das compreensões, para que êles possam ser fiel e conscientemente executados.

Para que êsse objetivo seja atingido, podeis ficar absolutamente convencidos de que muito mais do que a soma de conhecimentos que aqui adquirirdes, valem as qualidades morais que

contribuem para a formação da vossa consciência profissional de mecânicos de viaturas automóveis.

Convém que não vos esqueçais um só momento das grandes responsabilidades que, a partir dêste instante, ides obrigatoriamente assumir. Em qualquer corpo de tropa onde fôrdes servir e em que exista uma viatura automóvel que seja, essa responsabilidade estará bem definida.

E o vosso mistér será então tão nobre quanto o do médico; si êste, num corpo de tropa, tem por obrigação precípua, zelar pela saúde dos soldados, prestando-lhes tôda a assistência, prevenindo-os contra possíveis invasões de moléstias, cuidando da sua alimentação e da higiene do seu alojamento, vós também, num perfeito paralelismo, um papel bem semelhante a desempenhar, zelando por aquilo que, numa viatura automóvel, corresponde à saúde do homem, dedicando-se à limpeza e à conservação de tôdas as suas peças, para que ela possa estar sempre em perfeitas condições de funcionamento.

Ora, isso só se consegue pela atenção, pelo cuidado, pelo desvelo, pelo carinho que devemos dispensar, constante e ininterruptamente, às viaturas que estão sob nossa guarda e conservação.

Dedicação à viatura deve ser, pois, a qualidade específica, o predicado dominante, a virtude diretriz de todº motorista e de todo mecânico.

Sem ela, não se poderá nunca ser um profissional, no verdadeiro sentido; quando muito, se conseguirá ser um diletante, com exatos conhecimentos sobre o assunto.

E essa consciência profissional, a que me referi linhas acima, só estará em definitivo formada e constituida, no dia em que o mecânico houver se habituado a agir com essa dedicação, de tal sorte que ela venha a tornar-se um ato caracteriadamente reflexo.

E si ao velho major que dirigiu o vosso curso é dado fazer-vos algum apêlo na hora em que de vós se despede, eu não desejo fazer-vos outro pedido que não seja o de que cada um de vós cuide de consolidar o mais rapidamente possível a própria consciência profissional.

Bem ponderáveis são as razões que me impelem a dirigir-vos êste apêlo.

Certo, a nenhum de vós passou despercebido o extraordinário desenvolvimento, o notável progresso por que vem passando o nosso Exército nêste últimos anos.

A adoção, em ampla escala, de veículos providos de motores de explosão, veio imprimir profundas modificações na estrutura e na organização das fôrças armadas, veio alterar-lhes de muito a sua atuação tática, aperfeiçoando e aprimorando a solução do eterno problema da combinação do fogo e do movimento.

II

Graças a êsses meios de extrema mobilidade, tornou-se hoje possível o deslocamento dos órgãos de fogo com mais velocidade, o que nos permite usufruir o seu maior rendimento possível, pela sua rápida concentração num ponto dado, dentro de curto espaço de tempo.

Ora, só conseguem obter êxitos seguros na guerra moderna, atingindo amplamente os objetivos táticos visados, os exércitos que dispõem de grande número de viaturas automóveis, isto é, de uma considerável massa de fôrças motorisadas e de um respeitável e forte contingente de tropas moto-mecanizadas.

Dotar o nosso Exército das mais modernas viaturas de combate, tem sido, últimamente a preocupação, dominante dos nossos mentores e dirigentes, visando fazer com que sejamos um país forte e respeitado, capaz de manter a sua própria paz, de amparar o trabalho dos seus filhos, de proteger as suas próprias riquezas e de assegurar o socêgo, o bem estar e a tranquilidade dos lares de todos os seus cidadãos.

Esse material constitue, para nós, valiosíssimo patrimônio e convém lembrarmos que não foi sem grandes sacrifícios que o adquirimos. Ele reflete mesmo um ingente sacrifício imposto a todos os brasileiros, sob a forma de impostos, de contribuições de guerra, acarretando um notável aumento de custo da vida, impondo-nos, por vezes, privações de toda a casta.

Bem justo, pois, é que a Nação exija de nós todo o esforço possível no sentido de conservar, de zelar por esse patrimônio que representa o suor dos seus próprios filhos.

E' justamente isso que eu faço questão de frizar a todos vós que acabais de ingressar no quadro de mecânicos. A Nação vos entrega um material de apreciável valia.

Ela confiou em vós. Consequentemente, tudo deveis envidar para tornar-vos dignos dessa confiança.

Certo, não é apenas a vós que incumbe zelar pelas viaturas do Exército. Em todos os escalões, a criteriosa e adequada manutenção dos nossos veículos deve constituir preocupação de todos os responsáveis. Mas é certo também que se áqueles compete a tarefa de determinar os trabalhos, de inspecionar a sua execução e de verificar os resultados obtidos, a vós cabem os encargos de execução manual das diversas operações de manutenção.

O contacto mais direto e mais aproximado com o material será, portanto, o vosso.

Essa circunstância vai exigir, por parte de todos vós, um trabalho continuado, um esforço constante, uma dedicação que não deve conhecer desfalecimentos, nem limites.

E' meu dever ainda lembrar-vos a situação especial que atravessamos: nós não estávamos, no tocante a instalações, aparelhados para guardar todo esse novo material que o Exército está recebendo, de modo que, por algum tempo, até que se ultimem as construções de novos pavilhões, a regra será conservá-lo a céu aberto, sujeito às intempéries. Essa particularidade não justifica qualquer abandono ou desleixo; ao contrário, ela importa em redobrar os cuidados com a sua manutenção, o que, sem dúvida, exigirá mais atividade da vossa parte, mas esse aumento de trabalho corresponderá, certamente, maior satisfação no cumprimento do dever. Quanto mais afanosa a missão, tanto mais grata ela será ao coração do soldado que procura cumpri-la animado do desejo de bem servir a sua Pátria.

Esse deve ser o vosso lema. E uma vez que haja esse desejo de bem servir não vos faltarão ensejos, pois o material aí está a vossa espera nos corpos de tropa.

Da forma por que tratardes as nossas viaturas de combate depende o resultado que delas obteremos no oportuno momento em que tivermos que empregá-las.

Carros bem conservados, carros que estiveram sempre sob os cuidados de mecânicos honestos e diligentes, agindo sob o influxo de uma sã consciência profissional, são carros fadados a nos abrirem o caminho da vitória; e esta traz sempre consigo a prosperidade para a Nação, a honra para as suas forças armadas e a alegria e bem estar para todos os seus filhos.

Carros mal conservados, carros que, em tempo de paz, não foram submetidos a uma cuidadosa manutenção, e que ficaram sob às vistas de mecânicos relapsos e deshonestos, destituidos da verdadeira consciência profissional, são carros que só poderão nos conduzir à derrota, fazendo-nos provar o travor do infinito cortejo de desgraças que ela nos acarreta, o empobrecimento da Nação, com a sua soberania e a sua integridade fundamentalmente golpeadas, o enfraquecimento e a desmoralização das nossas forças armadas, a miséria, o desconforto e, quiçá, a desonra invadindo os nossos lares.

Por aí vêdes meus jovens instruendos, o quanto é importante a função que vos está reservada, e como é grande a soma de responsabilidades que ela exigirá de vós, uma vez que grande parte do êxito das nossas operações está dependendo de sérdes um bom ou um mau mecânico.

Eu não quero terminar estas ligeiras palavras sem felicitar-vos pelo acerto da escolha que fizestes, elegendo unanimemente, o Exmo. Sr. General Milton de Freitas Almeida o vosso patrono.

Sobremodo expressiva foi essa escolha. Ela é bem um índice, e assás seguro, de que sabeis dar o devido aprêço às operações de manutenção e, em consequência, ao crescente desenvolvimento da motorização do nosso Exército.

Possível é que pareçam simples louvaminhas as considerações que vou tecer em torno da atuação do vosso patrono, à testa da mais moderna e da mais dinâmica das diretorias do nosso Exército, mas para provar, que, neste rápido bosquejo sobre o desenvolvimento da motorização em nosso meio, eu me expres-

so com a maior das sinceridades, sem a preocupação de agradar chefes, faço questão de frizar que não foi o Exmo.. Sr. General Milton o primeiro diretor de moto-mecanização, e que os seus antecessores ainda são generais da ativa e que eu poderia referir-me a êles com análogas expressões encomiasticas, si fôra do meu feitio fazê-las em caráter gracioso.

Logo após a terminação da guerra passada, cuidou-se no Brasil de dotar o nosso Exército de carros de combate, mas durante largo tempo nós os tivemos em proporções que podíamos taxar de ridículas, não ultrapassando o seu efetivo de uma única companhia. Dispunha-mos apenas do mostruário; faltava-nos o essencial, que era o estoque.

Certo havia, dentro das elites da nossa corporação, no Estado Maior e nas várias direções de ensino, espíritos estudosos e progressistas que compreenderam, desempenhar nas próximas futuras guerras, mas a inexistência do perigo, no momento, possivelmente aliada a dificuldades de ordens econômica, fez com que êles protelassem a solução do problema decorrente da necessidade de dotar o Exército de meios motorizadas e moto-mecanizadas.

Com o irromper da guerra atual, a questão é encarada mais de frente. E surge um plano de organização com a criação de uma diretoria técnica e um Centro de Instrução e bem assim de algumas unidades moto-mecanizadas e, paralelamente, surge um plano de aquisição de material. E começam os primeiros passos, incertos e vacilantes.

Foi ainda nessa fase caótica, que puzeram o vosso patrono à testa da Diretoria de Moto-Mecanização, já então com quasi dois anos de precário funcionamento.

E dentro de prazo muito curto, com o decorrer de poucos meses apenas, essa Diretoria se transformava, pela ação enérgica, inteligente e equilibrada do seu novo chefe.

O modesto centro era transformado em Escola de Moto-Mecanização e a ação da Diretoria técnica se estendia até o âmbito das Regiões Militares do interior do País através os órgãos subordinados que ela instituiu.

E, logo a seguir, eram resolvidas as creações de depósitos, de parques de reparações e de unidades especiais de manutenção.

E, de par com essas organizações, uma fecunda atividade orientada: todo o material automóvel que a Diretoria envia aos corpos é acompanhado de uma profusa, preciosa e esclarecida documentação técnica, dispondo pormenorisadamente sobre o seu emprego e a sua conservação.

Assim, ninguém melhor do que S. Excia. compreendeu o problema que tínhamos diante dos olhos e essa circunstância lhe empresta o justo e legitimo título de paladino autêntico da nossa moto-mecanização.

Paladino, aliás, muito sereno, forrado de excessiva modéstia, raras vezes ocupando o microfone, avesso, por temperamento e por ínole a entrevistas e modalidades outras de publicidade. Amando o trabalho acima de tudo, fazendo dele a sua própria religião, a sua atuação foi sempre silenciosa e, por isso mesmo fecunda. Justamente porque realizado sem alardes, no recolhimento do seu gabinete ou nas suas minuciosas inspeções, esse trabalho consegue sempre atingir o máximo de produção no mínimo de tempo.

Elegendo-o vosso patrono, por fôrça que tivestes e tendes ainda em vista imitá-lo. Pouco importa a diferença de posto e a separação dos escalões em que as atuações se desenvolvem. O que importa é reconhecer que é sempre possível divisar qualquer cousa de comum entre a ação dilatada de um general, em meio da vastidão de suas elevadas atribuições, e o vosso modesto trabalho, realizado num cantinho de oficina, com atribuições bastante limitadas.

Esse traço comum, é o princípio, é o método, é a norma, segundo a qual todo o trabalho deve, invariavelmente, ser executado. E seguindo sempre a norma adotada pelo vosso patrono, de trabalhar com afinco, com persistência, com tenacidade, sem alardes e sem visar outra recompensa que não seja a satisfação do dever cumprido, dareis uma inequivoca prova de que já firmastes e consolidastes a vossa conciênciia profissional, o

que vos permitirá oferecer ao Exército tôda a cooperação que êle pôde e deve esperar de cada um de vós.

No momento em que êste Centro de Instrução se desincumbe de sua principal obrigação, apresentando aos corpos desta Região, a primeira turma de mecânicos por êle preparada, julgo ser meu indeclinável dever apresentar agradecimentos ao Exmo. Sr. Dr. Egydio Hervé, Diretor da Escola de Engenharia da Universidade de Pôrto Alegre, pelo seu alto espírito de cooperação, cedendo-nos gentilmente as salas em que funcionou o nosso curso.

Lutando com deficiência de instalações, em virtude do extraordinário acréscimo de seus diferentes órgãos, a Região se viu, de inicio, embaraçada para fazer com que funcionasse êste Centro de Preparação de Mecânicos, de tão premente necessidade de vez que vinhamos sentindo a falta de pessoal especializados.

O seu sadio patriotismo e a sua elevada compreensão do esforço de guerra removeram essa nossa dificuldade inicial.

Mas não foi apenas êsse o auxílio exterior que o nosso Centro recebeu. A necessidade de formar mecânicos e a nossa boa vontade de fazer com que o curso funcionasse imediatamente esbarram com outras sérias dificuldades: a falta de meios e a de um profissional com a longa prática de preparar mecânicos. A Companhia Ford Motor do Brasil veio ao nosso encontro e afastou êsse entrave, pondo-nos à disposição uma viatura-escola e um dos seus mais experimentados técnicos, o Sr. Humberto Benedetti Sobrinho.

A sua larga experiência de vinte anos de preparação de mecânicos nos foi extremamente proveitosa. Muito mais, entretanto, do que essa sua longa prática merece os nossos louvores, e os meus em particular, a dedicação com que êle se desempenhou de sua missão.

Fosse êle militar, diretamente interessado na formação dos especialistas, visando com êles lidar mais tarde num corpo de tropa, e sua dedicação, poderia igualar, mas nunca exceder, a

que poz à prova durante todo o tempo do funcionamento deste curso.

Essa sua norma de conduta despertou, desde o inicio, a minha atenção.

A sua condição de técnico civil, exercendo num Centro de Instrução do Exército, para êle estranho, e em caráter apenas provisório, o magistério no ensino profissional, não lhe tirou o entusiasmo e o estímulo. Agiu como se pertencesse aos nossos quadros, como se visasse, dentro deles, fazer a sua carreira, galgando postos e conquistando posições definitivas.

Essa particularidade significa que o Sr. Humberto Benedetti faz do ensino profissional de mecânicos de viaturas automóveis um verdadeiro sacerdócio, dedicando-lhe entranhado amor e devotamento.

E fostes vós, jovens que acabais de concluir o curso de mecânicos, os que mais proveito tiveram desse devotamento.

Sem medir sacrifícios e sem visar recompensas de qualquer especie, êle durante quatro meses permaneceu entre vós, várias horas por dia, no afanoso mistér de transmitir-vos todos os conhecimentos práticos e indispensáveis que o seu longo tirocínio julgou vos serão úteis no exercício da profissão.

E eu só desejo que, quando no recinto das nossas oficinas, empenhando uma ferramenta, esmerilhando uma válvula, retificando um cilindro, ou executando qualquer outro trabalho mecânico, vos lembrais do vosso instrutor civil, sempre com admiração e com respeito e procurando sempre imitá-lo no seu reconhecido devotamento ao trabalho.

Ao sr. Humberto Benedetti Sobrinho, todo o nosso reconhecimento e tôda a nossa leal estima pelo valioso auxílio, pela proveitosa cooperação que tão desinteressadamente nos prestou,

E sejam as minhas derradeiras palavras dirigidas ao Exmo. Sr. Gen. Salvador Cezar Obino, nosso chefe extremamente acatado e animador da motorização no âmbito da sua Região, como expressões do nosso reconhecimento pelo integral apoio que sempre prestou ao nosso curso e pela honra com que vem de nos cumular, comparecendo a esta singela solenidade.

Estudo Histórico Geográfico do México

General ONOFRE GOMES DE LIMA

— III —

7. — Economia.

Na economia mexicana se passa no momento um fato curioso e interessante: queda da produção agrícola, apesar de se vir melhorando a maneira de produzir com maior aplicação dos ensinamentos técnicos (métodos e emprêgo de aparelhos mecânicos de trabalho), a tal ponto que a nação se tem visto obrigada a importar grandes quantidades de subsistência que anteriormente exportava; grande surto na *expansão* industrial e na sua produção, e no comércio exterior de exportação que só o ano passado produziu um superavit de 200 milhões de dólares.

Parece que a explicação de semelhante ocorrência é a seguinte:

Da queda agrícola: a forma por que está sendo aplicado o agrarismo. Não resta dúvida de que era indispensável a reforma agrária, afim de passar dos latifundios que se criaram os influentes, com as terras da Igreja de que se apropriaram depois da "Revolução da Reforma", ao regime de pequenos produtores (pequenos proprietários ou ejidatários), com posse garantida das parcelas de terra que laborem. A Revolução de 1914 trazia como ponto fundamental solucionar no bom sentido a repartição das terras pelos seus verdadeiros cultivadores. Mas, triunfante, claudicou na realização de suas solenes promessas à massa campesina e ao interesse real da nação e absorvida por caudilhos viverachos a quem só interessou organizar uma máquina política que lhes assegurasse o monopólio do poder, o

que de fato fizeram e perdura — traiu as esperanças do povo, deixando na *Constituição* de 917 a pequena propriedade ao desamparo, sem todavia criar a propriedade coletiva (*ejidos*) devidamente garantida pelo respeito ao direito do "ejidatário" à posse definitiva de sua parcela ejidal. Nestas condições, sem real garantia, não só a pequena propriedade como a parcela ejidal, os líderes políticos que constituem o partido oficial (P.R.M.) e seus cabos *eleitorais* teem a cabresto e a discrição toda a massa de agricultores, que desestimulados por não poderem usufruir com segurança o fruto de seu labor, não cultivam a terra com o afã e o interesse que só o entusiasmo que provém da garantia do trabalho e do seu produto pode gerar, preferindo emigrarem como "braceros" (trabalhador braçal) para os EE.UU. a continuar escorchados pelos usufrutários da "Revolução".

Como sem garantia ao pequeno proprietário e ao ejidatário a recusa do crédito — particular para inversões na agricultura, sob as formas de hipoteca e financiamento, era — absoluta, o Governo instituiu o Banco Ejidal para adjantamentos aos ejidatários. Aparentemente era uma solução honesta, mas na realidade, sendo só uma organização de favoritismo político porque atende apenas aos correligionários do partido oficial, resultou de fato, para estes mesmos, um instrumento tremendo de extorsão, de vez que sua direção a trôco do financiamento propriado confisca as colheitas a preços infímos para revendê-las por muito mais. E apesar de tudo, o erário público já vai dispensando cerca de 110 milhões de pesos para cobrir os "déficits" do tal banco.

Assim, sem crédito para trabalhar o pequeno proprietário e expoliado o ejidatário pelo próprio banco criado para atendê-lo e sem qualquer garantia um e outro, é fácil compreender a depressão da produção agrícola, ainda agravada pela preferência por cultivos — atualmente muito mais rendosos que os do ramo alimentício, como oleaginosas, guayule (planta de borracha) e outros.

Resulta ainda:

Do surto de expansão industrial e de sua produção, da enorme inversão de capitais norte-americanos, fugentes dos pesados

ônus que sofrem nos EE. UU., inteligentemente associados aos de próceres e homens de negócios mexicanos, à sombra de leis ultimamente promulgadas que favorecem e garantem as iniciativas e empressas do ramo e dos surtos do Comércio exterior, das excepcionais necessidades do grande mercado norte-americano, derivadas da guerra e dos preços muito compensadores.

Apesar da benignidade do clima geral do México, a agricultura enfrenta grandes óbices devidos ao desfavorável fator geográfico em extensíssimas regiões da Altiplanicie e das vertentes do Golfo da California onde ocorrem anualmente secas prolongadas que comprometem os plantios e limitam e mesmo impossibilitam as colheitas.

Sem atenuar e corrigir as consequências do irregular regime pluviométrico com obras de irrigação, não é possível assentar em bases firmes a agricultura mexicana. Assim teem patrioticamente compreendido todos os governos, desde os Coloniais, e México vem encarando com inteligência e arrôjo a resolução deste capital problema. As obras de irrigação já realizadas, em construção ou projetadas são geralmente de extensão e vulto consideráveis e nesta questão México é um dos países mais adiantados. Talvez seja ultrapassado sómente pelos EE. UU., Egito e Rússia.

O plano da Comissão Nacional de Irrigação classifica os trabalhos em três grupos: o da grande irrigação, o da média e o da pequena.

A grande irrigação abrange os Sistemas Nacionais de Canais e se constitue por diversas e importantes obras realizadas em uma extensa região com o fim de aproveitar cientificamente toda a água disponível para irrigamento e colonização. Entre tais obras figuram a construção de represas, canais, túneis e usinas hidroelétricas, o secamento de banhados, e drenagem de terrenos húmidos, mediante sangas, encanamentos e poços. O objeto delas geralmente é múltiplo, pois na maioria dos casos visam, não sómente aproveitar as áreas irrigáveis, mas também prover de água potável as povoações e colônias agrícolas, e subministrar-lhes, com as usinas hidroelétricas, luz às habitações e força às pequenas e grandes indústrias da região.

As médias e pequenas irrigações, abrangem menores extensões, porém são também importantes porque se destinam a favorecer, particularmente as últimas, aos campesinos de lugares afastados dos núcleos povoados e evitar que abandonem suas terras.

Os sistemas Nacionais são em número de mais de dezesete, fecundando cerca de 500.000 hectares.

A média e a pequena irrigação favorecem aproximadamente 400.000 hectares.

Sob o aspecto agrícola a superfície de distribue da seguinte maneira:

“Terras de labor”, sejam as que se cultivam geralmente. — 147.400 Km². ou 7.5% da superfície total.

“Superfície florestal” 258.600 Km². ou 13% da superfície total.

“Superfície de pastagens ” 655.000 Km². ou 34% da superfície total.

“Terras improdutivas” que são as cultiváveis não aproveitadas por falta de braços ou de irrigação” 207.000 Km² ou 10.5% da superfície total.

“Terras Incultas produtivas” que são ocupadas por plantas não cultivadas que se exploram: guayle (borracha), ixtle (espécie tucum) 39.000 Km². ou 2% da superfície total.

“Terras Desérticas”, lagos, rios estradas e povoações. 646.000 Km², ou 33% da superfície total.

Das “terrás de labor” (7.5%) sómente a metade (3.5%) são cultivadas anualmente, por falta de braços, de implementos agrícolas (a máquina agrícola preponderante ainda continua sendo o arado de madeira) e devido ao costume de descansar demasiado — bôa parte dos terrenos cultiváveis, ao invés de utilizar adubos e alternar as culturas.

Somando a área das “terrás de labor” às de outras que podiam produzir (como as atualmente improdutivas e grande parte das de “pastagens”) se alcançaria o total dos “terrenos propriamente agrícolas na cifra de 500.000 kms² ou 25% da superfície total. Ficam, portanto, anualmente desaproveitados,

pelas razões acima aludidas, 430.000 kms², com capacidade para poder alimentar 600% da população atual do país.

Si se reflorestassem as áreas apropriadas à vegetação, a superfície florestal seria aproximadamente de 1.000.000 kms. ou 50% da superfície total do território.

As chamadas industrias agrícolas no México, se classificam em: cultivo, plantas alimentícias para homens e animais domésticos e plantas industriáveis. Por extensão também assim consideram a pecuária e a exploração florestal.

Os produtos agrícolas utilizados mais diretamente na alimentação reduzem-se aos seguintes grupos: cereais, legumes, frutas, tubérculos, raízes e hortaliças. Entre os produtos de aplicação industrial os principais são: henequén, e certas plantas alimentícias como café, cana de açúcar, cacau e baunilha.

Os cereais que mais se cultivam são: milho — que é a base da alimentação da massa, — trigo, arroz, cevada, aveia e o feijão (considerado legume).

O milho se cultiva mais ou menos em todas as regiões, desde o nível do mar até 3000 ms. de altitude e especialmente nos terrenos arenosos e vulcânicos. Produção no triênio 1936/38: 1.162.000 toneladas.

O trigo é também cultivado em quasi todos os Estados da Altiplanicie e nas regiões compreendidas entre 1.500 e 3.000 ms. de altitude. Produção no triênio 1936/38: 326.700 toneladas.

A cevada cultiva-se nas mesmas regiões que o trigo. Produção no triênio 1936-38: 71.500 toneladas.

O arroz caso se prestasse a devida atenção à sua cultura podia tornarse importante fator econômico, pois são extensas as zonas de aluvião e terrenos inundados favoráveis a seu plantio. Pode ser cultivado até a altitude de 1.500 ms. Produção no triênio 1936/38: 80.300 toneladas.

O feijão qual o milho, se planta em todo o país, mas onde produz melhor é na "Mesa de Anáhuac e nos Estados de Veracruz, Tabasco, Chiapas, Oaxaca, Guerrero, Michoacán; Jalisco e Nayarit. O coco nas costas ocidentais e orientais. O abacate em quasi toda a Republica nos terrenos abaixo de 2.000 ms.

Entre as nativas locais, citam-se a "zapote" o "mamey" (espécie de sapoti grande e de polpa vermelha), "chirimoya", goiaba. O mamão é muito bom e cultiva-se em ambas vertentes das terras quentes do S. E. e do Golfo. Há muita maçã, pêra, pessegos, figos, ameixas, produzidas na "Mesa de Anáhuac" e nas "Llanuras Boreais". A uva se obtém em boas condições nos Estados de Aguascalientes, Coahuila, Chihuahua, Sonora, Nuevo León e Zacatecas.

No grupo das raízes e tubérculos colhem-se batata inglesa, batata doce, beterraba e cenora. A zonad e cultivo é principalmente a "Mesa de Anáhuac".

Entre hortaliças há excelentes alfaces, pimentões, tomates, cebolas, alhos, couveflôr, nabos, abóboras, etc. O Estado de Sinaloa, em 1943, só de cebolas e tomates exportou para EE.UU. cerca de 120.000.000 de cruzeiros.

A cana de açucar constitue um elemento econômico importante em México. Dá muito bem e é intensamente explorada particularmente nos Estados de Veracruz, Sinaloa, Puebla, e Morelos. Pode ser cultivada até 1.500 de altitude. Atende ao consumo do país e sobra bastante que é exportado para os EE.UU. Produção no triénio 1936/38: 45.600 toneladas.

O cacau que foi conhecido na Europa logo após a conquista de México, donde foi levado, podia ocupar nas pautas orgâmentárias lugar de relêvo, si sua cultura estivesse bem atendida. Há, porém, para as necessidades do país e para exportar apreciável quantidade aos EE. UU. Seu climax é o das terras quentes e úmidas das costas, principalmente no Istmo. Produção no triénio 1936/38: 1.000 toneladas.

O tabaco se cultiva bem nas regiões costeiras da península de Yucatán, no vale do Balsas e nas terras baixas da "Mesa de Anáhuac". Dá-se bem até a altitude de 700 ms. Produção no triénio 1936/38: 17.000 toneladas.

A baunilha dá espontaneamente nas terras quentes e úmidas. Exportada em grandes quantidades principalmente para Europa.

Além d'estes produtos exploram-se o anil, o amendouim, a oliva e a amoreira.

Entre outras plantas forrageiras abunda a alfafa. Produção no triénio 1936/38: 1.489.000 toneladas.

México é bem dotado de plantas têxteis. Além do algodão de que tem extensos cultivos, para alimentar sua apreciável indústria de fiação e tecidos — a principal pelo seu valor —, é grande produtor de "maguey" ou "gave" cujas fibras são empregadas em cordoalhas; henequén que é a grande riqueza do norte de Yucatán e cujo fibra é — muito procurada pelos E.E.UU.; "Yute" que se cultiva entre as altitudes de 500 a 1.500 ms. de cujas fibras se fazem sacos, cordas, tecidos, alfombras, tapetes e outros artigos; "ramio" que produz fibra forte e resistente, quasi tão fina como a seda, servindo para fabricar papel para notas de banco, rêsdes e cordas; "pachote", de fibra tão fina como o algodão; e muitas palmeiras. Produção no triénio 1936/38: de algodão, 75.300 toneladas; de henequen, 117.400 toneladas.

A floricultura é magnífico ramo de negócio em México, sobretudo na Capital cujo centro fornecedor é a belíssima região lacustre de Xochimilco, nos seus arredores.

Com variadíssimos climas o território mexicano conta com várias regiões próprias à criação de rebanhos, vacum, cavalar, ovino e caprino.

Na costa oriental, ao sul do trópico, as ladeiras da "Sierra Madre", até 1.000 ms. de altitude, estão cobertas de exuberantes pastagens adequadas à criação de gado bovino e cavalar. A maior altura vão diminuindo, mas até 1.700 ms. as há próprias para outros rebanhos. Nesta vertente está situada "Huasteca" que é ótima zona para pecuária, de vez que não sofre secas nem geadas.

Ao norte do trópico, de 1.000 ms. para cima, escasseam um pouco os pastos que são também mais pobres; não faltam, porém, comarcas para alimentar numerosos rebanhos — ovinas e caprinas. Os Estados de Chihuahua, Durango, Coahuila e Zacatecas são propícios a tal criação. Os lanígeros encontram ótimo ambiente para prosperar nas mesetas de Chiapas.

Atualmente os Estados da Altiplanicie e os de Veracruz e Sonora são os empórios de gado bovino e cavalar. Carneiros e

cabras abundam sobre tudo na "Mesa de Anáhuac" e nos Estados de Coahuila e Nuevo León. Porcos engordam-se em todo o território, mas os grandes centros criadores estão nos Estados de Jalisco, Michoacán, Guanajuato (El Bajío) — Guerrero, Veracruz, Puebla e Hidalgo.

Além da pecuária são amplamente exploradas a avicultura, apicultura e sericicultura.

Os rebanhos somam aproximadamente as seguintes cifras :

Gado vacum	10.500.000
" caprino	7.000.000
" poreino	4.000.000
" ovino	4.000.000
" asinino	2.300.000
" cavalar	2.200.000
" mular	900.000
 Total :	 30.900.000

A indústria mexicana que presentemente se encontra em fase de grande expansão, em consequência não só das enormes inversões norte-americanas associadas às de nacionais, como também de leis inteligentes de garantia ao capital empregado em tais empreendimentos e de facilidades de financiamento pelos institutos de crédito, comprehende dois grandes ramos.

Industrias extractivas e

Industrias de transformação.

Nas extractivas se destacam a de mineração, a pesca, a exploração florestal e a caça e em segundo plano a borracha (gaiule) e as fibras.

Nas extractivas se destacam a de mineração, a pesca, a exploração florestal e a caça e em seguida plano a borracha (guayule) e as fibras.

A indústria mineira tem sido tradicionalmente a mais importante do país. Desde tempos imemoriais, antes de pisarem os espanhóis o solo mexicano, os indígenas exploravam as riquezas minerais, principalmente metais preciosos de que se valiam

em suas transações comerciais; e também o cobre e o estanho, com os quais fabricavam objetos de bronze.

Realizada a conquista, recebeu um forte impulso graças aos novos elementos e métodos trazidos pelos colonizadores que muito cedo fizeram de México o primeiro produtor de prata do mundo, posição que conservou até 1870, reconquistando-a depois.

Presentemente a mineração se mantém entre as maiores fontes de rendas, só ultrapassada pela produção industrial e agrícola, globais. De país quasi exclusivamente produtor de prata, da época colonial, México converteu-se em plurimetalista.

Constituído o solo mexicano de terrenos de todas as idades geológicas, contém abundantes e variadíssimas riquezas minerais. Alguns jazimentos são explorados com grande atividade, ocupando o país bons lugares nas estatísticas mineiras do mundo.

O reino mineral proporciona metais preciosos, metais comuns, pedras semi-preciosas, grande variedade de pedras para construção, matérias primas para fabricação de vidro e cerâmica, cimento, águas minerais e outros produtos muito úteis como sal, enxofre, adubos e principalmente combustíveis.

Há exploração mineira apreciável em 22 Estados. A maioria das zonas minerais mais produtivas foram descobertas durante a dominação espanhola. Ultimamente, porém, os órgãos governativos interessados, com a cooperação de particulares exploradores do ramo, retomaram as atividades de pesquisa e prospecção, com resultados que são anunciados como muito compensadores.

Modernamente foram abertos importantes centros mineiros em Chihuahua, Sonora, Michoacán, Coahuila e Guanajuato. Avalia-se existam no país mais de 20.000 minas, porém, conforme os últimos censos, não ultrapassam muito de 200 as que se encontram em exploração, sendo seus minérios tratados e beneficiados em mais de 110 usinas.

A riqueza mineira relaciona-se estreitamente com as regiões geológicas em que se divide o território e com a "Divisão Pentagráfica" de vez que na "parte continental" se concentra a maioria das jazidas utilizadas e utilizáveis pela indústria. A parte mineira do país abrange especialmente as regiões situadas

ao ocidente da "Sierra Madre Oriental", somando proximamente quatro quintos da superfície global da República.

As Zonas produtoras mais ativas atualmente se encontram nos Estados de Hidalgo, Chihuahua, Durango, Zacatecas, Sonora e São Luis Potosí. Notável incremento se nota nos de Sinaloa, Jalisco, Coahuila e Oaxaca (mica). Também em Guanajuato, tão famoso em tempos passados, vai ressurgindo sua decadência.

As jazidas de minerais têm relações bem definidas com os movimentos orográficos e sua forma é consequência dêles. No que se refere aos da "Sierra Madre Ocidental", na maioria dos distritos mineiros há sistemas de fraturas orientadas de N. W. a S. E. combinadas às vezes com outras de N.E. a S.W. (em Jalisco e acaratecas) e de E. a W. (norte de Zacatecas e Sul de Coahuila) Esta variedade se apresenta mais no sistema Tarasco-Náhuac.

Na "Sierra Madre Oriental" as jazidas se apresentam ordinariamente sob o aspecto de formações geradas ao encherem-se as cavidades originadas pela circulação de águas subterrâneas que dissolveram formações calcáreas.

Em relação à natureza dos metais pode dividir-se o "Elemento Continental (da Divisão Pentagráfica)" em duas regiões minerais: uma ocidental, riquíssima em jazimentos auríferos, argentíferos, auro-argentíferos e cupríferos; e outra oriental, em que predominam as jazidas de chumbo, zinco; antimônio, vanádio mercúrio tungsteno etc. Isto porém não quer dizer que haja em cada região exclusão absoluta dos elementos da outra, pois na oriental também há ocorrência de ouro, prata e cobre, e na ocidental existem chumbo, antimônio, zinco e outros metais. A preponderância de tais ou quais minerais em cada região depende da constituição geológica, estando a oriental formada de rochas sedimentárias e a ocidental de ígneas.

Nos distritos mineiros de Guanajuato, Zacatecas, Noria de los Angeles, Pinos, San Felipe, Pozos e outros do norte da "Mesa de Anáhuac" e nos de "El Oro", Tlalpujahua, Zacualpan, Sutepec, Temascaltepec, Tasco, os jazimentos continuam apresentar-se sob a forma de veios e massas irregulares estratifica-

das. Na "Sierra Madre del Sur" apresentam-se, porém, sob aspectos muito variáveis.

Na riqueza mineral de México sobreleva a dos metais preciosos. Há jazidas de ouro, prata e platina, sendo grande a exploração dos dois primeiros e incipiente a do terceiro. O ouro apresenta-se algumas vezes em estado nativo, porém mais frequentemente em ocorrências mixtas, associado à prata, ao cobre, e a outros metais. As jazidas exclusivamente auríferas se distribuem paralelamente à Costa do Pacífico, estando a maioria delas na vertente oeste da "Sierra Madre Occidental". A região aurífera mais setentrional está no distrito Norte da Baixa Califórnia. A leste dela segue a de Sonora, desde a comarca de "Altar" até à de "Sahuaripa", através as de Magdalena" e "Ures". A esta seguem-se as de Sinaloa, Nayarit e Jalisco, sempre no declive do Pacífico das Sierra Madre Occidental" e "Meridional". Prolonga-se depois no Estado de Guerrero até "Coyuca", onde é pouco extensa; finalmente, através os municípios de "Galeana" e "Bravo" (Guerrero), passa a Oaxaca (Zimatlán e Ttlá). Fora desta larga zona encontram-se ilhotas nos Estados de México (El Oro), Hidalgo (Xivhú), Zacatecas (Pico de Teira e Mezquital del Oro) e em Chihuahua. Tem sido observado que a riqueza aurífera das ocorrências aumenta do sul para o Norte, sendo particularmente notável em Sonora e Baixa Califórnia.

E' para se pôr em relevo que o teor do ouro mexicano é muito alto: 22 a 24 quilates.

México é o país argentífero por excelência. E' conhecida a expressão de Humboldt: "é uma placa de prata que o Criador deixou cair em nosso globo". — Encontra-se prata em estado nativo, porém, com muito maior frequência associada a outros metais, — principalmente ao chumbo, na galena argentífera (sulfureto de chumbo e prata).

As minas argentíferas podem grupar-se em sete zonas: 1.^a, a zona dos Estados do N.W. (Sonora, Chihuahua, Sinaloa e Durango); 2.^a o Estado de Zacatecas; 3.^a o Estado de Guanajuato; 4.^a o Estado de Hidalgo; 5.^a a Zona ocidental de Jalisco; 6.^a O Estado de Guerrero; 7.^a a Zona ocidental de Oaxaca.

México é o maior produtor de prata; avantaja-se ao próprio E.E.UU. Um terço aproximadamente de produção mexicana cabe ao Estado de Hidalgo. A principal região argentífera do mundo é formada pelos distritos de Pachuca, Real del Monte, La Luz e Santa Rosa, em Guanajuato; Zacatecas, Sombrerete e Fresnillo, em Zacatecas.

Produção no ano de 1939: 2.360 toneladas.

O chumbo se obtém sobre tudo como resíduo da obtenção da prata. Foram famosas antigamente as minas de Mapimí (Durango) e "Sierra Mojada" (Chihuahua). Atualmente os principais centros produtores são: Parral — devastado por tremenda inundação durante o corrente mês de Setembro (1944) — e Santa Eulalia (Ibahuahua), Sultepec (México), Zimapán (Hidalgo), Guanajuato, El Doctor, Cadereyta, Tolmán Ze Jalpan, os quatro últimos em Querétaro; e Assentamentos em Aguascalientes. Produzem também mutas minas de Coahuila, Puebla, Jalisco, Oaxaca, Nuevo León e San Luis Potosí.

Produção em 1939: 220 mil toneladas.

Depois do ferro é o cobre o metal de maior utilidade. Emprega-se inclusive em cunhagem de moedas. Os antigos mexicanos já o usavam com este fim.

Os centros de maior rendimento são: El Bobo, perto de Santa Rosália (Baixa Califórnia) e Cananea (Sonora). É também extraído em Ingurán, Oropezo, Churumuco e Santa Clara (Michoacán). Texuplilco (México), Ameca e Autlán (Jalisco) e outros lugares de Chihuahua, Zacatecas, Sonora, San Luis Potosí, Oaxaca, Coahuila, etc.

Produção em 1939: 44 mil toneladas.

O beneficiamento de zinco é relativamente recente. Ultimamente em consequência da guerra, vai desenvolvendo-se muito. É extraído em sua maior parte nos Estados nortenhos: Chihuahua, (Parral), Coahuila, Zacatecas e Nuevo León. Normalmente é encontrado com outros metais: ouro, prata, chumbo e cobre.

Produção em 1939: 139 mil toneladas.

O ferro, sendo o mais importante dos metais (por mais útil) é a alma das indústrias fabril e mineira. A jazida mais

rica é a de Cerro de Mercado, a 3 kms. ao norte da cidade de Durango; explora-a a Companhia Fundidora de Hierro y Acero de Monterrey. Também são notáveis, as de Coalecomán (Michoacán), Encarnación y Zimpán (Hidalgo), Tula e Comanja (Jalisco) e Texupilco (México).

A siderurgia vai em extraordinário progresso, não só quanto a produção como também pela rápida industrialização.

Produção em 1943: ferro: 440.000 toneladas; aço: 600.000

E' preciso não perder de vista a celeridade da progressão: em 1930 a produção era 94 toneladas, apenas.

O mercurio é quasi sempre encontrado como sulfureto (cinnabrio). Entrae-se principalmente em Huitzoco e Tasco (Guerrero), assim como nos Estados de México, Zacatecas, Jalisco, Morelos, Guanajuato, San Luis Potosí, Hidalgo, Michoacán, Querétaro e Chihuahua.

Produção em 1939: 254 toneladas.

O antimônio, o Cádmio, o etanho, o arsênico e o manganês, já são explorados em certa quantidade. O estanho em Chihuahua (Santa Eulalia) e o antimônio em San Luis Potosí (Taponal e Catorce). Produção em 1939: antimônio, 8 mil toneladas; cádmio, 817 toneladas; estanho, 294 toneladas; arsênico, 7 mil toneladas.

O tungsteno, o bismuto, o níquel, o molibdено и o vanádio, vão tendo sua exploração bastante incrementada em consequência das necessidades dos EE. UU., presentemente.

O enxofre é superabundante em México. A pesar de ser encontrado em estado natural nas sufátaras das crateras dos vulcões extintos "Popocatépetl" (Puebla) e de las "Virgenes" (Baixa Califórnia) — as jazidas exploradas são de origem sedimentárias ou formadas por fenómenos químicos (precipitação). Em San Antonio Huascamán (San Luis Potosí) há uma mina imensa. É também extraído com intermitências nos Estados de Durango (Mapimí), Coahuila (Matamoros e Hornos), Sonora, Querétaro, Aguascalientes, Jalisco, Chiapas, Veracruz e Guerrero. No Pico de Orizaba e em Villa Hidalgo existe igualmente.

São numerosas e importantes as salinas mexicanas, quer pela produção, quer pela ótima qualidade do sal. Há — as marítimas — em ambos os litorais oceânicos e interiores, principalmente na Altiplanicie. As principais da costa do Golfo encontram-se nos Estados de Tamaulipas, (San Fernando, Soto la Marina, Altamira), Campeche (Real de Santiago e Isla del Carmen) e Yucatán (Celestín, Sisal, Rio Lagartos, San Fernando).

Na Costa do Pacífico são muito numerosas, havendo-as em todos os Estados litorâneos. Na Baixa Califórnia são importantes as de "Ojo de Liebre", "Pichilingue" e "San Juan Nepomuceno". Em Sonora, a de "Pinacate"; em Sinaloa as de "Atlata", "Ceuta", "Huizache" e "Chametla"; em Jalisco, de grande riqueza salitreira, as de "Paramán", "Sayula", "Tepetate", "Tizapán", "Zacoalco", "Atoyac", "Zagote", e "San Marcos"; em Oaxaca, a de "Tehuantepec"; em Colima, a de "Cuyutlán"; e em Guerrero, a de "San Marcos".

Na Altiplanicie são de importância: a da lagôa de Palomas, em Chihuahua; as de Viesca, em Coahuila; as de Villa Cos, Santa María de Agrito, em acatecas; as do Valle del Salado, as do Peñon Blanco e muitas outras em San Luis Potosí; Chalchicomula, Acatlán e Tehuacán, em Puebla; e Iztapan, em México.

A riqueza em materiais de construção, pavimentação e ornamentação, como para fabricação de vidros, cimento, cal, gesso, cerâmica, etc. é grande. A pedra branca de Pachuca e a multicolor de Guanajuato são muito apreciadas e empregadas em construção.

Belos mármores existem em abundância: branco, similar ao de Carrara, em Galeana Chihuahua; Cochífero (encrustado com pedaços de conchas); cinzento, muito usado em escadarias, balaustradas, mausuléus, em Orizaba; estatuário (pouco explorado), em vários lugares do Estado de México (Tenancingo, Coatepec); negro, muito abundante em Nuevo León.

Há alabastro em vários Estados: Veracruz, Hidalgo, Michoacán, Oaxaca, Querétaro, Chiapas, Puebla, Coahuila, Guanajuato, e San Luis Potosí.

Abundam argilas, caolim, calcáreos, granito, arenitos, bassalitos e gesso.

Ultimamente veem procedendo-se a pesquisas safiras e topazios nos Estados de Guerrero, Guanajuato e San Luis Potosí; rubis em Durango e Baixa California; opalas em Querétaro, Hidalgo, Guerrero es San Luis Potosí, granadas, esmeraldas, ametistas, ágatas e jaspes, em diversos lugares. Nenhuma destas pedras pode comparar-se com sua similar brasileira, em beleza e valor.

Os mananciais de aguas minerais são abundantíssimos na República. Há-os :

Alcalinos, como os do "Pocito de Guadalupe" e de "Topo Chico", nas imediações de Monterrey; os de "los soldados", em Guanajuato; os "del Peñon de los Baños", — perto de México; os do Estado de Zacatecas; os de "Rancho Colorado" e Axocapan, em Puebla.

Sulfurosos, como os de "Ojo Caliente" (S. Luis Potosí); os de Zimpán, "Pattré" e "Jacala" (Hidalgo); os de Agua Hedionda", em Cuautla, (Morelos); os de Ixtlahuaca — (México); os numerosos de Sinaloa, Guerrero, Aguascalientes e Puebla; os de "Hediondita" e "Trinidad" (Cohuila); os de "Los Tanques" e "San Miguelito" (Guanajuato); e os de "Estazuela" e "El Hervidero" (Durango).

Salinos, os de "Lourdes", San Antonio, "Garcia-Crespo", San Lorenzo", Texcala" e "El Riego" (S. Luis Potosí); e os numerosos e afamados de "Tehuacán (Puebla).

Ferruginosos, como os de "Valparaíso" (Durango); os de "Tepeyanco" e "Ixciumtla" (Tlaxcala); os numerosíssimos do Estado de Michoacán, particularmente os das imediações de "Los Reyes", "Zamora", "Tancitaro", "Patzcuaro" e "Sahuyao".

Enquanto são exíguos os mantos carboníferos, os lençóis de petróleo e de outras matérias combustíveis são imensos, sendo México um dos países bem dotados d'estes recursos essenciais à industrialização em grande escala e aos transportes terrestres, — marítimos e aéreos — eficiente e rápidos, que caracterizam o atual momento do mundo.

Explorações realizadas deram como resultado o descobrimento de algumas jazidas carboníferas em sedimentos secundá-

rios de Coahuila, Durango, Oaxaca, Sonora e Puebla e em estratos terciários em Tamaulipas, Coahuila e Nuevo León. A exploração hulhira começou no fim do Século passado. Atualmente as minas principais em atividade se encontram em Coahula, ("Valle de Sabinas").

Produção em 1937, 38 e 39, respectivamente, 912 mil, 893 mil e 628 mil toneladas.

Uma espécie de asfalto combustível, denominado "Chapopote", é explorado nos Estados de Hidalgo, Puebla, Zacatecas, Veracruz, Guerrero e Morelos.

As zonas petrolíferas de México abarcam uma extensão de 40.000 kms². As explorações se limitam, porém, a uma infima parcela de tal área. Atribue-se o primeiro poço em 1901; desde então cresceu rapidamente a produção até 1921, quando se aproximou de 200 milhões de barris; posteriormente diminuiu muito, passando México do 2.^º para o 7.^º lugar como produtor.

Os poços produtores se grupam em quatro zonas principais compreendendo respectivamente os Estados de S. Luis Potosí, Tamaulipas, Tabasco, Veraeruz. A mais importante se estende pelo curso inferior do Vale do "Pánuco", onde se encontra Tampico.

As reservas petrolíferas do país são consideradas das maiores do mundo. Os geólogos admitem que abrajam uma superfície de 710.000 kms². As ocorrências se extendem ao largo do Golfo, desde o norte Coahuila até Yucatán; no Pacífico pela costa ocidental da Baixa Califórnia, Sinaloa, Colima, Oaxaca, Chiapas, etc.

Produção 1940, 40.3 milhões de barris.

A pobreza carbonífera poderá ser em parte compensada pelas possibilidades de produção de energia elétrica, aproveitando-se os grandes desniveis que são comuns no país, para, soltando ao longo dêles os caudais de água que se podem acumular em represas, acionar usinas hidroelétricas de potência variável. O aproveitamento da caudal natural dos rios é muito limitado, porque as grandes diferenças que experimentam entre as cheias e as estiagens é um grande inconveniente à marcha normal das

indústrias; daí a necessidade de grandes desembolsos para construir gigantescas represas, semelhantes às destinadas à irrigação, afim de dispôr durante todo o ano da força hidráulica suficiente.

Apesar dos esforços feitos pelo poder público, invertendo muito dinheiro na construção de represas e usinas hidroelétricas, só raramente e em curtos períodos o país dispõe de energia elétrica bastante para acionar a pleno as indústrias existentes; na grande maioria do ano trabalham a ritmo moderado que baixa às vezes a 25% da capacidade, por falta de força. E' por isso que no plano México-norteamericano de inversões de 380 milhões de dólares nos primeiros cinco anos do após-guerra, sessenta ou setenta por cento deste capital se empregará na construção de represas e usinas hidro-elétricas.

Atualmente os rios melhor utilizados para produzir energia elétrica são: o "Rio Blanco", no Estado de Veracruz que forma vários saltos (Tuxpan, Rincón, Grande e Berrio Nuevo), que fornece energia elétrica particularmente à região industrial de Orizaba, à cidade de Veracruz, à parte eletrificada do "Ferrocarril Mexicano" à fábrica de papel San Rafael; o Necaxa e vários outros da região norte do Estado de Puebla que alimentam de energia elétrica o Distrito Federal e as Minas de Pachuca e "El Oro"; o Lerma, cujas águas produzem energia para as usinas de Tepotzépec (Michoacán), Salvatierra (Guanajuato) e outros; o Santiago do qual se utilizam a famosa queda Juanacatlán e outros saltos; o Atoyac e seu afluente Nexapa que dão força a Puebla e a Atlixco; o Duero com várias usinas (Platanar, Jacona, etc.); o Concho, em cujo curso foi formado o lago artificial Toronto mediante a represa "La Boquilla".

México possui quasi todas as espécies de animais que vivem no Continente. Assim, a caça é muito variada e abundante.

Nas "Sierras Madres" e suas ramificações, entre 3.000 e 3.600 ms. encontram-se o cordeiro silvestre; os ursos cinzentos, amarelos e negros. No norte do país, até Durango, Zacatecas e San Luis Potosí vivem o veado e o "bura" e um pouco em todas as matas grossas há o "puma" ou leão americano, o gato montês, o sorro e o lobo. Nas espessuras das florestas do sul,

entrecortadas por rios, vivem jacarés, jaguar, lontras, etc. E nas canhadas formadas por serranias baixas há o "Teixugo", o porco do mato, a "grulha", o "ganso", a codorna, a perdiz, etc.

Em rigor, porém, a caça não constitui uma indústria, no México.

A pesca em ambos os litorais e nos lagos interiores dá grande rendimento e a industrialização de seus produtos está tomando grande desenvolvimento. Encontram-se enlatadas, sardinhas, carpas, trutas, robalo, peixe-rei, garôpa etc. A pesca do cação para industrialização do óleo de seu fígado, concorrente do óleo de fígado de bacalhau, é hoje uma fonte de trabalho muito rendoso.

Em Veracruz dedicam-se principalmente à pesca do robalo, garôpa, "peixelim" "mojarra", mugem e "jurel". Em Tampico e lugares próximos também se pescam garôpa, robalo e mugem. Estas duas cidades concentram a pesca de outros portos do litoral do Golfo e abastecem as praças do interior. Nas costas de Campeche e Yucatán se pescam cação, mero, "pargo" e peixelim.

No Pacífico é famosa a baía de Guymas pelas "totoabas", cabrinha e pelos meros, "bocadulce" e camarões. Pesca-se a baleia na costa ocidental da Califórnia e no golfo do mesmo nome, perto de La Paz. Em muitos pontos da península há grandes leitos de pérolas de sofrível qualidade. Na costa do Pacífico se pescam de maio a julho, e na do Golfo de California de julho a outubro. No litoral de Campeche há uma pequena exploração de esponjas.

Os habitantes de "Ilha Tiburon" quasi que só vivem da pesca. Semelhantemente as das margens dos lagos de Chapala, Cuitzeo e Pátzcuaro, nos quais há grande abundância de "charral", peixe-branco e bagres, espécies de que os mexicanos muito gostam.

A riqueza florestal mexicana é grande não só pela quantidade como pela variedade, pois a flora abrange desde as espécies das selvas virgens equatoriais até as coníferas que se erguem entre as brenhas das cordilheiras — a mais de 4.000 ms.

Nos bosques e florestas encontra-se toda classe de matérias primas necessárias às artes de construção, ornamentação e mobiliária; à medicina e às indústrias da "borracha", do curtume, do papel, da tinturaria e várias outras.

As grandes matas estão principalmente nas "Sierras Madres" e suas vertentes exteriores. As pequenas ocupam, em geral, as vertentes interiores e algumas planuras. As altiplanícies, quasi sempre não possuem vegetação florestal.

Levando em conta o clima e a altitude, a superfície florestal pode ser dividida em quatro zonas: 1.^a e costeira que alcança até 200 ou 400 metros de altitude e em que há cedro vermelho, pau-rosa, pau-campeche, pau-brasil, quebracho, pau-ferro, guayule (arvore de borracha) acajú, cedrela, pau-santo, palmeiras, etc.; 2.^a, a Zona das baixas vertentes, que segue a anterior, até uma altitude de 800 a 1.000 metros, com vegetação muito rica e abundante em ambas vertentes marítimas. Nela se encontram: ebano, olmo, pau-branco, zimbro, liquilambar, aloé, etc.; 3.^a, a compreendida entre 1.000 e 2.000 metros, em que predominam as acáias, pinheiros, enzinhias, etc. A faixa própria das enzinhias se escalona entre 1.300 e 2.600 metros. A 4.^a Zona, 2.000 a 4.000 metros, com enzinhias, pinheiros, cedros, etc. E' a Zona própria às coníferas.

MÁQUINA DE ESCREVER IMPERIAL

Desmonta-se toda em suas 3 partes em menos de 3 segundos

A mais perfeita — A mais completa — Mimeógrafos Edixon-Dick — Duplicadores Ormig (operando estes sem Stencil, sem Tinta, sem Gelatina). — Máquinas de Calcular e de Somar Odhaer — Arquivos.

JOHN ROGER

Rua Sete de Setembro 191 — Tele 23-3760.

Escola de Música do Exército

Pelo major VENTURELLI SOBRINHO

Há mais de quinze anos que vimos pensando na conveniência da criação de uma "Escola Militar de Música", destinada a atender às necessidades do Exército, no tocante à organização de Bandas Militares.

A idéia, que então nos surgiu, era a de apresentarmos uma sugestão a quem de direito, o que comentamos naquela ocasião, em palestra, com o Tenente Arsenio Fernandes Porto, Mestre da Banda da Escola Militar e com outros elementos.

A época, entretanto, não sendo das melhores, preferimos permanecer em reserva.

Agora, porém, que tudo vai tendo plena desenvoltura em nosso país, parece opportuno apresentar aos dirigentes a sugestão da criação de uma Escola nesses moldes, a qual permitiria o aproveitamento das capacidades artísticas e o melhoramento do Quadro de Oficiais Músicos, dando-se-lhes acesso nos Estados por merecimento técnico a postos mais elevados que os atuais, como sucede nos Estados Unidos presentemente, onde consta existirem até Maiores Músicos.

No Brasil, naturalmente, este posto seria conferido ao Comandante ou Diretor efetivo da Escola, mediante a satisfação dos requisitos legais.

'Aos professores, por exemplo, seriam dados os postos de Primeiros Tenentes e Capitães, segundo a categoria do ensino, bem assim aos Mestres das Grandes Bandas.

O corpo docente seria recrutável entre os militares, ou, em falta destes, entre os civis de reconhecido valor comprovado por títulos e mediante exigente concurso, realizável, de início, sob as vistas técnicas de catedráticos da "Escola Nacional de Música".

Essa Escola do Exército se destinaria a formar, além de Aspirantes a Oficiais especializados na Arte, músicos de todas as classes, necessários às Bandas, dando-lhes um posto estimulativo, a partir de Terceiro Sargento.

Seria também um meio propício ao aproveitamento, desenvolvimento e cultivo das vocações, orientando a composição, sobretudo a de caráter marcial ou cívico.

Transparece facilmente aos olhos dos observadores entendidos, a debilidade teórica da grande maioria dos componentes dos nossos conjuntos de sopro, o que sobremodo prejudica a eficiência artística ou pelo menos retarda a sua obtenção.

Sendo hoje mais do que dantes considerável o efetivo de nosso Exército, grande é a luta das Unidades de Infantaria, para manterem suas Bandas com suficiente número.

Desse modo, crente de que para o combatente a música é um fator de suma importância, notadamente sob a forma de hinos, canções e canticos de guerra incentivadores de heroismos, julgamos corroborar para o engrandecimento do nosso organismo bélico, apresentando aos Chefes, por intermédio deste órgão de publicidade, esta sugestão.

**GUIA PARA O COMANDANTE
DO
Pelotão de Fuzileiros**

PARTE I CR\$ 15,00

PARTE II CR\$ 20,00

Livraria Odeon

Av. Rio Branco, 157 — Rio de Janeiro

Produtores e Exportadores de Minérios

Mineração Geral do Brasil, Ltda.

Fones: 42-1546 e 42-1773 — End. Tel.: "Minerátil"

Av. Almirante Barroso, 72-11.º — Rio de Janeiro

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial», no período de 20 de Setembro a 20 de Outubro de 1945

ANTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter)

— As 2.^a e 3.^a Companhias Especiais de Manutenção passam a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n.º 2.770 de 9. — D.O. de 11.10.945).

ARMA DE CAVALARIA — (Aumento).

— De conformidade com o disposto no art. 16 das Instruções aprovadas pela Portaria n.º 6.123, de 1 de março de 1944, fica aprovado o aumento de dois (2) sub-tenentes no Quadro da Arma de Cavalaria, destinados às 2.^a e 3.^a Companhias Especiais de Manutenção, criadas pelo Decreto-lei n.º 7.985, de 22 de setembro último.

(Aviso n.º 2.856 de 5. — D.O. de 19.10.945).

GENTRO DE APERFEIÇOAMENTO — (Funcionamento).

O Diário Oficial n.º 235 de 17.10.1945 (página n.º 16322) publica o aviso n.º 8.698, do Ministro da Guerra, que aprova as Instruções Provisórias para funcionamento do Centro de Aperfeiçoamento do Realengo.

CENTROS DE P. DE OFICIAIS DA RESERVA — (Matrícula).

O Diário Oficial n.º 237 de 19.10.1945 (página n.º 16437) publica o aviso n.º 2.874 do Ministro da Guerra, declarando quais os candidatos que concorrem a matrícula nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, no ano de 1946.

CONTINGENTE — (Aumento)

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente da Diretoria de Transmissões, de um 3.^a sargento, dois cabos e quatro soldados. (Aviso n.º 2.663 de 27. — D.O. de 29.9.945).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Quartel General da 1.^a, 2.^a e 3.^a Divisão de Cavalaria, respectivamente, de um 3.^a sargento, um cabo e um soldado, destinados ao Serviço de Fiscalização Administrativa.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

DEPARTAMENTO DE CAIXAS, VALORES E CONTAS
DIRETORIA DA DÍVIDA PÚBLICA

APOLICES POPULARES PAULISTAS

Relação das Apólices premiadas no 41.º sorteio ordinário, realizado em 29 de setembro de 1945, conforme ata da Bolsa Oficial de Valores publicada no "Diário Oficial":

006.324	1.º premio — Quinhentos mil cruzeiros
161.153	2.º premio — Cinquenta mil cruzeiros
369.347	3.º premio — Dez mil cruzeiros

40 premios de Cr\$ 1.000,00 cada um, sob números:

002094	262846	598244	823344
014083	282133	708627	834975
046546	378244	727322	863459
065197	388989	725323	874697
089407	397014	744714	885343
122307	411388	752565	901447
186935	451996	763502	911630
194555	649019	765603	964009
204511	547658	774919	970709
215316	560745	793312	983495

O próximo sorteio ordinário das Apólices Populares será realizado no dia 31 de dezembro de 1945, com a distribuição de Cr\$ 1.200.000,00 — (um milhão e duzentos mil cruzeiros) em premios, sendo o primeiro de um milhão de cruzeiros, o segundo de cem mil cruzeiros, o terceiro de vinte mil cruzeiros, três de dez mil cruzeiros cada um e mais cinquenta premios de um mil cruzeiros, cada um.

Os portadores das Apólices acima, bem como os das premiadas anteriormente constantes da relação abaixo, poderão receber os premios nesta Diretoria, nos Bancos lançadores do empréstimo e na Delegacia do Tesouro (Banco do Comércio e Indústria) no Rio de Janeiro.

Relação das Apólices premiadas em sorteios anteriores, cujos premios não foram procurados.

6.733	179.287	364.489	485.163	585.880	792.047
8.050	183.265	370.249	487.441	605.778	793.762
13.748	196.843	377.813	494.952	623.946	814.418
28.978	202.074	377.852	502.573	631.909	831.459
29.780	202.977	382.158	503.798	639.684	833.651
35.522	244.099	392.221	507.218	645.524	911.280
36.527	251.080	403.794	512.624	646.730	931.508
54.028	264.862	411.791	513.543	655.400	934.623
63.390	270.136	420.818	519.960	693.108	937.179
86.010	279.638	421.854	521.128	700.621	962.624
89.394	284.402	442.642	523.379	706.221	987.788
109.412	286.824	442.688	534.850	720.380	990.882
123.784	287.840	470.121	553.808	727.443	997.574
130.026	294.534	474.556	555.182	740.801	
134.539	344.018	477.270	563.973	745.535	
151.238	345.448	478.516	570.944	761.803	
176.143	355.809	484.881	572.402	774.702	

(Aviso n.º 2.673 de 28-9. — D.O. de 1-10-945).

— O efetivo do Contingente do Depósito Regional de Material Veterinário da 9.ª Região Militar, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, fica aumentado de um terceiro sargento enfermeiro-veterinário e de um terceiro sargento mestre-ferrador.

(Aviso n.º 2.854 de 15. — D.O. de 17-10-945).

CONTINGENTE — (Aumento).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Quartel General da Diretoria de Artilharia de Costa e Distrito de Defesa de Costa, de um 3.º sargento, um cabo e um soldado, destinados ao Serviço de Fiscalização Administrativa.

(Aviso n.º 2.862 de 27. — D.O. de 29-9-945).

— O efetivo do Contingente da Diretoria de Remonta e Veterinária fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, de um terceiro sargento enfermeiro-veterinário.

(Aviso n.º 2.857 de 15. — D.O. de 17-10-945).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Quartel General da 2.ª Região Militar de quinze soldados, assim distribuídos: cinco ao Estado-Maior, três (auxiliares) à Tesouraria e Almoxarifado, três à Tipografia, dois (estafetas) ao Serviço de transmissões, um ao Serviço de Material Bélico e um ao Serviço de Saúde.

(Aviso n.º 2.621 de 26. — D.O. de 27-9-945).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Quartel General da 6.ª Região Militar de um 3.º sargento, um cabo e dois soldados destinados ao Serviço de Estado-Maior da mesma Região.

(Aviso n.º 2.615 de 25. — D.O. de 29-9-945).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente da Escola de Educação Física do Exército de seis sargentos, sendo: Um Sargento mestre-d'armas, Três 2.ºs sargentos monitores, Um 3.º sargento manipulador de radiologia e um 3.º sargento massagista.

(Aviso n.º 2.664 de 27. — D.O. de 29-9-945).

CONTINGENTE — (Aumento).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Curitiba, de um soldado motorista e seis soldados de cavalaria.

(Aviso n.º 2.619 de 26. — D.O. de 29-9-45).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente da 6.ª Circunscrição de Recrutamento de cinco soldados.

(Aviso n.º 2.168 de 25. — D.O. de 29-9-945).

— Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Depósito de Material Veterinário da 3.ª Região Militar de um 3.º sargento mestre-ferrador e um 3.º sargento enfermeiro-veterinário.

(Aviso n.º 2.617 de 25. — D.O. de 29-45).

- Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Quartel General da Infantaria Divisionária (I.D.-1) dê um 2.^o sargento de fileira. (Aviso n.^o 2.616 de 25. — D.O. de 29-9-945).
- Fica aumentado de um Subtenente o efetivo do Contingente da Fábrica Presidente Vargas, fixado pelos Avisos ns. 1.004, de 3 de maio de 1943, e 3.034, de 29 de setembro de 1944. (Aviso n.^o 2.564 de 20. — D.O. de 22-9-945).
- Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente do Hospital de Alegrete de um soldado motorista. (Aviso n.^o 2.620 de 25. — D.O. de 29-9-945).
- Fica aumentado de um primeiro, um segundo e um terceiro sargento o efetivo do Contingente da Secretaria Geral do Ministério da Guerra. (Aviso n.^o 2.545 de 20. — D.O. de 22-9-945.)

CONTINGENTE — (Aumento).

- Fica aumentado o efetivo do Contingente do Depósito de Moto-Mecanização de Porto Alegre do pessoal em seguida discriminado :
- Para a Tesouraria: 1 Tenente Intendente do Exército. 1 Sargento-contador. 1 Cabo dactilografo. 1 Soldado dactilografo.
- Para o Almoxarifado : 1 Sub-tenente. 1 Sargento furriel. 1 Cabo dactilografo. 1 soldado dactilografo.
- Para a Secretaria e Casa da Ordem: 1 1.^o Sargento. 1 Cabo dactilografo. 1 Soldado dactilografo.
- (Aviso n.^o 2.646 de 26. — D.O. de 28-9-945).
- Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente dos Estabelecimentos da 3.^a Região Militar, abaixo especificados, da seguinte forma :
- Quartel General da Guarda do Rio Grande: Um 3.^o Sargento para o Serviço de Embarques;
- Quartel General da 1.^a Divisão de Cavalaria: Um 3.^o Sargento dactilografo e um Soldado;
- Quartel General de I.D. 3. Um 2.^o Sargento e um Soldado;
- Depósito Regional de Material Sanitário: Um Soldado motorista;
- Depósito de Material Bélico da 3.^a Região Militar: Um cabo dactilografo; 10.^o Circunscrição de Recrutamento: Um 3.^o Sargento e dois soldados;
- Hospital Militar de São Gabriel: Um Soldado motorista;
- Hospital Militar de Bagé: Um Soldado motorista; Hospital Militar da Cruz Alta: Um cabo mecânico eletricista e um soldado motorista; Hospital Militar de Cachoeira: Um soldado motorista;
- Hospital Militar de Santo Ângelo: Um soldado motorista.
- (Aviso n.^o 2.667 de 27. — D.O. de 29-9-945).

CONTINGENTE — (Dotação).

- O efetivo do Contingente do Depósito Central de Material Veterinário, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, passa a ser dotado de um segundo-sargento mestre-ferrador e de um segundo sargento enfermeiro-veterinário e reduzido de um cabo ferrador e de um cabo enfermeiro-veterinário. (Aviso n. 2.855-A, de 16. — D.O.J de 17-10-945). J

COMPANHIAS DE MANUTENÇÃO — (Criação).

São criadas as 2.^a e 3.^a Companhias Especiais de Manutenção, com efetivos idênticos ao da 1.^a Companhia Especial de Manutenção e mediante o aproveitamento dos elementos que constituem os respectivos Núcleos, as quais terão como sedes provisórias as mesmas em que se acham alojados aqueles Núcleos. O presente decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.^o 7.985 de 22. — D.O. de 26-9-945).

CONCURSO DE ADMISSÃO DA E. T. P. EXÉRCITO — (Adiamento)

— Fica adiado, no corrente ano, para a primeira quinzena de janeiro de 1946, o concurso de admissão ao Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, cujas provas deverão realizar-se nas seguintes datas:

1.^a prova: 3 de janeiro — das 8 às 12 horas.

2.^a prova: 8 de janeiro — das 8 às 12 horas.

(Aviso n.^o 2.588 de 22. — D.O. de 25-9-945).

CORPO DE TROPA — (Sede).

— É transferido para Valença (Estado do Rio), o estacionamento do 1.^o Batalhão de Saúde, que, pelo Aviso n.^o 28.225, Reservado, de 21-VIII-1945, fôra mandado permanecer, provisoriamente, no grupo de pavilhões contíguo ao Batalhão Escola (Vila Militar).

(Aviso n.^o 2.376 de 18. — D.O. de 20-10-945).

— É transferido para o Morro do Capistrano (Vila Militar), o estacionamento da 1.^a Companhia de Transmissões, cuja instalação fôra determinada no quartel que pertenceu à Escola de Armas (Aviso n.^o 258-225).

— São mandados transferir para o atual quartel do 1.^o Regimento de Artilharia Montada, na Vila Militar, os I e II Grupos do 1.^o Regimento de Obuzes Auto-rebocado, que presentemente estão estacionados no Realengo e em Deodoro, respectivamente.

As mudanças de sede serão realizadas no descorrer do mês de outubro próximo, devendo estar concluídas a 1 de novembro.

A 1.^o Região Militar tomará as necessárias providências a respeito.

(Aviso n.^o 2.647 de 27. — D.O. de 29-9-945).

CORPO DE TROPA — (Sem efetivo).

— É mandado sem efetivo, a partir de 1 de novembro próximo, e até ulterior deliberação, o III batalhão do 3.^o Regimento de Infantaria, que se acha destacado na cidade de Campos — Estado do Rio.

(Aviso n.^o 2.672 de 28-9. — D.O. de 1-10-945).

— É mandado permanecer sem efetivo, a partir de 1 de novembro deste ano e até ulterior deliberação, o 1.^o Regimento de Artilharia Montada, cujos atuais efetivos, instalações, material e demais acérvo, serão absorvidos, à medida das necessidades, para

a organização do 1.^o R.O.Au.T., que estacionará no quartel daquele R.A.M., na Vila Militar.

O material do 1.^o R.A.M. que não fôr necessário à organização do 1.^o R.O.Au.R. será recolhido pelas Diretorias interessadas. (Aviso n.^o 2.650 de 27. — D.O. de 29-9-945).

CORPO DE TROPA — (Organização).

— Os 2.^o e 3.^o Regimentos de Infantaria, em seus atuais quartéis na Vila Militar — Rio e São Gonçalo — Niterói, a partir de 1 de novembro deste ano, passarão a ter organização tipo motorizado, de acordo com os quadros de efetivos e de dotação de material em elaboração de E.M.E. e a serem postos em vigor oportunamente.

O Comando da 1.^o Região Militar providenciará, em entendimento com as Diretorias de Armas e de Recrutamento e os órgãos provedores, para que as transformações se operem no decorrer de outubro próximo, de modo a estarem totalmente concluídas na data acima referida.

O material atualmente pertencente aos referido Regimentos que não seja necessário à futura organização, será recolhido pelas Diretorias interessadas.

(Aviso n.^o 2.648 de 27. — D.O. de 29-9-943).

— E' mandado dar organização, no quartel do 1.^o R.A.M. (Vila Militar), ao 1.^o Regimento de Obuzes Auto-rebocado, criado por Decreto n.^o 5.951, de 29 de outubro de 1943.

O Comando da 1.^o Região Militar providenciará, em entendimento com a Diretoria das Armas e os demais órgãos interessados, para que a organização e a instalação do 1.^o R.O.A.R. estejam totalmente concluídas a 31 de outubro.

(Aviso n.^o 2.649 de 27. — D.O. de 29-9-945).

CORPO DE TROPA — (Constituição).

Os Regimentos de Infantaria (R.I.) cuja composição está prevista no artigo 35, § 1.^o, do Decreto-lei n.^o 5.388-A, de 12 de abril de 1943, passam a ser constituídos do seguinte modo :

1 Companhia de Comando e Serviços. 3 Batalhões de Infantaria. 1 Companhia de Canhões Anti-Carro. 1 Companhia de Morteiros. Parágrafo único. A Companhia de Engenhos e Batalhão de Engenhos de que trata o § 1.^o do mesmo artigo passam a denominar-se respectivamente Companhia de Canhões Anti-Carro e Batalhão de Canhões Anti-Carro.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação. (Decreto-Lei n.^o 7.975 de 20. — D.O. de 22-9-945).

CORPO DE TROPA — (Reorganização).

— I. E' mandado reorganizar, a partir de 1 de novembro próximo, com sede na cidade de Campos — Estado do Rio, o 2.^o Batalhão de Caçadores, que se instalará no atual quartel do III-3.^o Regimento de Infantaria, cujos efetivos, material, viaturas, animais e demais acérvo absorverá, por transferência, à medida de suas necessidades e de acordo com as respectivas tabelas de efetivos e dotação de material.

- II. O 2.^o Batalhão de Caçadores ficará com efetivo ao atualmente fixado para o 3.^o B.C. (Vitória).
- III. O Comando da 1.^a Região Militar providenciará, como lhe competir, junto à Diretoria das Armas e às diversas Diretorias provedoras.
- (Aviso n.^o 2.671 de 28.9. — D.O. de 1-10-945).

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO — (Funcionamento).

— Atendendo às sugestões apresentadas pela Diretoria de Ensino do Exército, deverão funcionar, no corrente ano, da Escola de Transmissões, dois Cursos de Especialização de Transmissões para Capitães e Tenentes das Armas, nas seguinte condições :

1) **Curso A** — Destinado aos Capitães e Tenentes de Engenharia;

2) **Curso Al** — Para Capitães e Tenentes das Armas;

3) Os Cursos acima terão a duração de quinze semanas;

4) A percentagem das matrículas será:

Curso A: 10 Capitães de Engenharia. 10 Tenentes de Engenharia.

Curso Al : 7 Capitães de Infantaria. 8 Tenentes de Infantaria. 5 Capitães de Cavalaria. 7 Tenentes de Cavalaria. 7 Capitães de Artilharia. 8 Tenentes de Artilharia.

5) As condições de matrícula são:

a) possuir robustez física, comprovada em inspeção de saúde;

b) ser indicado pelo respectivo Comandante ou Diretor de Ensino do Exército;

c) ter, no mínimo, um ano de arregimentado.

6) Nas matrículas acima terão preferência os oficiais de Transmissões das Unidades Moto-mecanizadas.

7) Os oficiais matriculados deverão ser mandados apresentar à Escola de Transmissões até 10 de outubro próximo vindouro, devendo o curso iniciar-se a 25 do mesmo mês.

(Aviso n.^o 2.623 de 25 do 9 — D.O. de 16-10-945.).

CURSOS ESPECIAIS DE APERFEIÇOAMENTO — (Matrícula).

— Atendendo às sugestões apresentadas pela Diretoria de Ensino do Exército, deverão funcionar, no corrente ano, na Escola de Transmissões, dois Cursos Especiais de Aperfeiçoamento de Transmissões para Capitães e Tenentes das Armas nas seguintes condições :

1) — **Curso A** — Destinado aos Capitães e Tenentes de Engenharia.

2) — **Curso B** — Para Capitães e Tenentes das Armas.

3) — Os cursos acima terão a duração de quinze semanas.

4) — A percentagem das matrículas será :

Curso A — 10 Capitães de Engenharia.

10 Tenentes de Engenharia.

Curso B — 7 Capitães de Infantaria.

8 Tenentes de Infantaria. 5 Capitães de Cavalaria. 5 Tenentes de Cavalaria. 8 Tenentes de Artilharia.

5) — As condições de matrícula são :

a) — possuir robustez física comprovada em inspeção de saúde :

- b) — ser indicado pelo respectivo comandante ao Diretor de Ensino do Exército;
 - c) — ter no mínimo um ano de arregimentados.
 - 6) — Na matrículas acima terão preferência os oficiais de Transmissões das Unidades moto-mecanizadas.
 - 7) — Os oficiais matriculados deverão ser mandados apresentar à Escola de Transmissões até 10 de outubro próximo vindouro, devendo o curso iniciar-se a 15 do mesmo mês.
- Fica aumentado, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, o efetivo do Contingente destinado aos Quartéis Gerais de Região Militar, para atender à Fiscalização Administrativa, de um 3.^o Sargento, um cabo e um soldado.
- (Aviso n.º 2.623 de 25. — D.O. de 27-9-945).

CURSOS DE FORMAÇÃO DA E. DE INTENDENCIA — (Encerramento).

— O Curso de Formação da Escola de Intendência do Exército se encerrará a 30 de outubro corrente, realizando-se no próximo mês de novembro os exames e a solenidade da declaração de aspirantes da turma ora matriculada no 2.^o ano.

(Aviso n.º 2.802 de 10 — D.O. de 12-10-945).

DIRETORIA DE MOTO-MECANIZAÇÃO — (Contingente)

— O efetivo do Contingente da Diretoria de Moto-Mecanização, de conformidade com o parecer da Diretoria das Armas, passa a ser constituído de um 1.^o sargento, treze 2.^os sargentos, onze 3.^os sargentos, doze cabos e oito soldados, assim distribuídos :

Gabinete: 1.^o sargento, 1; 2.^os sargentos, (2 dactilógrafos), 4; Cabos, (3 dactilógrafos), 4; Soldados-motoristas, 2; Soldado-ordenança, 1.

1.^o Divisão : 2.^os sargentos, 3; 3.^os sargentos-dactilógrafos, 7; Cabos (3 dactilógrafos), 4; Soldados, 2.

2.^o Divisão : 2.^o sargento, 1; 3.^o sargento dactilógrafo, 1; Cabo dactilógrafo, 1; Soldado dactilógrafo, 1.

Divisão de Mobilização : 2.^o sargento, 1; 3.^o sargento dactilógrafo, 1; Cabo dactilógrafo, 1.

Divisão Pessoal : 2.^o sargento, 1; 3.^o sargento dactilógrafo, 1; Cabo dactilógrafo, 1.

Divisão Administrativa : 2.^os sargentos, 3; 3.^o sargento dactilógrafo, 1; Cabo dactilógrafo, 1; Soldados, 2.

(Aviso n.º 2.614 de 25. — D.O. de 27-9-945).

DIRETORIA DE MOTOMENIZAÇÃO — (Autorização).

I — Autorizo à Diretoria de Motomecanização a receber voluntárias, mesmo que sejam reervistas, para o preenchimento dos clãros existentes no efetivo do Depósito e das Companhias Especiais e Leve desta Capital.

II — Esta autorização, concedida em caráter excepcional, poderá ser tornada extensiva às demais unidades motomecanizadas desta capital, que tenham necessidade premente de pessoal adestrado na manutenção do material que lhes foi distribuído.

(Aviso n.º 2.804 de 10. — D.O. de 12-10-945).

ESCOLA DE ESTADO MAIOR — (Regulamento).

O art. 41 do Regulamento da Escola de Estado Maior, aprovado pelo Decreto n.º 10.790, de 9 de novembro de 1942, passa a ter a seguinte redação :

"O Secretário do Ensino, Capitão ou Major das Armas, é o responsável direto pela execução e exatidão dos trabalhos.
(Decreto-Lei n.º 19.810 de 15-10-945. — D.O. de 17-10-945).

FISCAL ADMINISTRATIVO — (Funções).

— De conformidade com o parecer do Estado Maior do Exército, é dada a seguinte interpretação ao artigo 84 do Regulamento n.º 25 :

"As funções de fiscal administrativo nos Quartéis Gerais, consoante o espírito do art. 84 do Regulamento n.º 25, deve competir normalmente a um oficial combatente, Major ou Capitão, além dos adjunto a que se refere o quadro anexo ao Regulamento citado (B. E. n.º 7), suplemento 1, de 13-2-1943), o qual, na mobilização, exercerá as funções de Adjunto Geral do Quartel General da Grande Unidade. Enquanto não houver disponibilidade de oficiais, porém, essas funções poderão ser exercidas, cumulativamente, por um dos oficiais adjuntos do E. M. respectivo, de que trata o Avio n.º 891, de 6 de abril de 1943".

(Aviso n.º 2.801 de 10 — D.O. de 12.10.945).

IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELOS OFICIAIS E PRAÇAS — (Isenção).

As aquisições de imóveis rurais ou urbanos feitas pelos oficiais e praças que hajam servido na Férca Expedicionária Brasileira ficam isentas do imposto de transmissão de propriedade, desde que as respectivas escrituras sejam assinadas dentro do prazo de 12 meses a contar desta data e o comprador não seja proprietário de outro imóvel.

A prova de haver servido na F.E.B. será feita mediante certificado, com firma reconhecida, fornecido pelo Ministério da Guerra ou Comando das Regiões, o qual será transcrito na escritura : A prova de que o comprador não é proprietário de imóvel será feita :

- para os militares, mediante atestado do Comando das Regiões;
- para os civis, mediante afirmação expressa, na escritura de compra.

Parágrafo único. No caso de falsidade ou inexatidão da afirmação feita nos termos da letra b dêste artigo, os compradores ficarão sujeitas ao pagamento dos impostos devido com a multa de 50 %.

A escrituras públicas das aquisições a que se refere o art. 1 é concedida isenção do imposto do sôlo.

No caso de falecimento do oficial ou praça, os favores dêste decreto-lei são extensivos à respectiva viúva e aos descendentes, e na falta, aos ascendentes e irmãos solteiros, quando herdeiros.

Os Interventores e Governadores dos Estados e Territórios ficam autorizados a decretar as medidas legislativas necessárias à concessão de favores idênticos, nos respectivos territórios.

Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(Decreto-Lei n.º 7.974 de 20. — D.O. de 27-9-945).

MOVIMENTAÇÃO DE OFICIAIS SUBALTERNOS — (Fixação).

O Diário Oficial n.º 236 de 18-10-1845, publica na íntegra o Decreto-Lei n.º 8.097, que fixa normas para a movimentação dos oficiais subalternos do Exército e dá outras providências.

OFICIAIS E SARGENTOS REFORMADOS — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 9.ª Região Militar, se devem perceber vencimentos os oficiais e sargentos reformados que o Aviso número 1.726, de 12 de julho de 1943, mandou continuar nos cargos que vinham exercendo.

Em solução declaro :

Os oficiais e sargentos nas condições da consulta, devem continuar com os mesmos vencimentos e vantagens que já vinham percebendo.

(Avio n.º 2.546 de 20. — D.O. de 22-9-945).

QUADRO DE RADIOTELEGRAFISTAS — (Continuação).

— I — Para atender a reincisão das praças excluídas por motivo de designação para a Fôrça Expedicionária Brasileira o Quadro de Radiotelegrafistas do Exército (Q. R. E.), do que trata o Aviso número 3.475 de 8 de novembro de 1944, passa a ter a seguinte constituição:

Subtenentes RTE, 35; Primeiro Sargento RH-1, 94; Segundo Sargento RT-2, 185; Terceiro Sargento RT-3, 250.

II — Em face do Decreto n.º 4.840, de 16 de outubro de 1942, que extinguiu a graduação de Sargentos-Ajudante, à medida que o número atual de radiotelegrafistas dessa graduação fôr diminuindo, será, automaticamente, aumentado o número de primeiros sargentos RT-1, de modo que não seja alterado o total do quadro.

RESERVISTAS CONVOCADOS — (Licenciamento).

— I — O licenciamento dos reservistas convocados, que deverá findar-se a 15 do mês corrente, de acordo comum o Aviso n.º 2.541, de 19 de setembro último, aumentara os claros já existentes na Escola de Motomecanização e dificultará os trabalhos desse Estabelecimento de Ensino e a manutenção do material ali existente.

(Avio n.º 2.806 de 10. — D.O. de 12-10-945).

SARGENTOS — (Engajamento).

— Autorizo os Comandantes de unidades da Fôrça Expedicionária Brasileira a conceder engajamento aos sargentos que, embora não preencham todas as condições regulamentares, possuam a medalha de campanha e requeiram.

Os comandantes dessas unidades darão imediato conhecimento à Diretoria das Armas, dos engajamentos que concederem.
(Aviso n.º 2.718 de 2. — D.O. de 11.10.945).

SERVIÇO MILITAR — (Isenção).

O Diário Oficial n.º 236 de 18.10.1945, página n.º 16386) publica o Aviso n.º 2.869, do Ministro da Guerra, que dispensa da convocação no ano de 1940, para prestação inicial do serviço militar, os operários que exercem atividades industrial em minas de carvão e de ferro.

TIROS DE GUERRA — (Regulamento).

O Diário Oficial n.º 227 de 8.10.945, publica na íntegra o Decreto-Lei n.º 19.694 de 1-8-945, que aprova o Regulamento para os Tiro de Guerra.

UNIFORME — (Permissão).

— Atendendo a que um grande número de oficiais, sub-tenentes e sargentos possuem o uniforme de gabardine verde-oliva, constante do Decreto n.º 15.100, de 20 de março de 1944, é permitido o seu uso com boné de gabardine, sem o distintivo de que trata o art. 11 daquele Decreto e outros autorizados durante a campanha da Itália.

O atual 5.º uniforme, tipo "C" e o acima referido poderão ser usados, com a mesma equivalência, até a adoção de um tipo definitivo, em estudo pela Comissão de Revisão de Uniformes.
(Aviso n.º 2553 de 20. — D.O. de 24.9-945).

— Fica suspensa até 30 de março de 1946 a execução do art. 7.º do Decreto-lei n.º 5.165, de 31 de dezembro de 1942.

O Ministro da Guerra poderá conceder, mediante requerimento dos interessados, licenciamento dos oficiais que não desejarem gozar das vantagens constantes do art. 1.º do presente decreto-lei.
Art. 3.º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.991 de 24. — D.O. de 26.9-945).

GALERIA IPANEMA

PAPELARIA — LIVRARIA — VIDRACEIRO

Artigos finos para presentes — Escolares — Para Escritório e Religiosos. Fazem-se e Reformam-se Espelhos, Quadro e Molduras.

Entregas rápidas à domicílio

M. DIAS DE ARAUJO

R. Visconde de Pirajá, 608-B — Tel.: 27-2885.

IPANEMA

RIO DE JANEIRO

**Biblioteca da Cooperativa Militar Editora
e de Cultura Intelectual «A Defesa Nacional»**

LEGISLAÇÃO MILITAR

POR

DANTE TOSCANO DE BRITTO

Capitão do Exército e Bacharel em Direito



Preço: Cr\$ 12,00

O futuro governador constitucional de São Paulo

Lançada pelo Partido Social
Democrático, a candidatura
do Sr. Fernando Costa



Como o ilustre ho-
mem público agra-
deceu a escolha do
seu nome



Sr. Fernando Costa

No Palácio dos Campos Elíseos realizou-se a 11 de outubro, num ambiente de intraduzível entusiasmo cívico, uma cerimônia de alta e profunda significação para os destinos da rica e laboriosa terra de Piratininga. Ao ilustre e dinâmico Interventor Fernando Costa foi solenemente comunicada a adoção de sua candidatura à presidência constitucional de S. Paulo pela Comissão Diretora Estadual do Partido social Democrático, que com essa alta decisão indica aos sufrágios do eleitorado paulista, para as eleições de 2 de dezembro, o nome ilustre e honrado do atual titular da Interventoria Federal em nosso Estado.

Cerca das 18 horas reuniram-se no Salão Vermelho do Palácio dos Campos Eliseos, a fim de participar a importante resolução ao chefe do executivo, os membros da Comissão Executiva Estadual e personalidades de relevo do Partido Social Democrático, Srs. Mário Tavares, Godefredo T. da Silva Teles, Cirilo Junior, José Cesar de Oliveira Costa, Antonio Feleiciano, Carvalhal Filho, Armando Prado A. P. Aguiar Witaker, Cardoso de Melo Neto, Olavo Guimarães, Cesar Lacerda de Lima, Inocencio Serafico, Reinaldo Smith de Vasconcelos, Bento Vergueiro, Carvalho Sobrinho, Vergueiro de Lorena, Sebastião Nogueira de Abreu Sampaio Vidal, Romeu Tortima, José Alves Palma, Silvio de Campos, J. Rodrigues Alves Sobrinho, Gabriel Monteiro da Silva, José Carlos de Macedo Soares, Brasílio Machado Neto, Roberto Simonsen, representado pelo Sr. Carvalhal Filho; Joviano Alvim e Luis Rodolfo Miranda, pelo Sr. Cirilo Junior; Gastão Vidigal, pelo Sr. Cardoso de Melo Neto. Achavam-se também presentes à cerimônia todos os membros do Conselho Administrativo, Secretários de Estado, o Diretor Geral do Departamento Estadual de Informações, Sr. Mario Guastini; Dr. João Batista Pereira, presidente da Campanha de Identificação Eleitoral; Aquiles Bloch da Silva, presidente do Instituto de Previdência do Estado; Major Guilhehrme Rocha, chefe da Casa Militar; Profs. Marcelino Ritter e Arquitelino Santos, respectivamente, oficial de gabinete e secretário do Sr. Interventor Federal; além de prefeitos municipais, presidentes de diretórios do Partido Social Democrático, representantes das classes produtoras e figuras de projeção nos meios sociais da Capital.

O Sr. Cirilo Junior faz a comunicação

A comunicação ao Sr. Fernando Costa foi feita pelo Sr. Cirilo Junior que, inicialmente, leu a moção em que a Comissão Executiva Estadual do Partido Social Democrático adota a candidatura do ilustre paulista ao governo constitucional do Estado.

Em seguida o Sr. Cirilo Junior pronunciou vibrante e aplaudida oração, que encerrou com êstes períodos:

"Tem V. Ex. já sobre os ombros, como Interventor que é, a responsabilidade de administrar este Estado. Tem imprimido à administração do Estado, um alto senso de administrador e uma larga visão de homem público, confirmando os foros que trouxe para essa posição. Vai V. Exa., por certo, com os títulos de que é portador, confirmar a confiança de S. Paulo, que lhe dará a vitória nas urnas, para honrar as tradições desta terra que se glorifica no trabalho dos seus filhos e que se destaca na vanguarda da Federação Brasileira, pelo esforço desses albergões que, desde que na marcha para o Oeste traçou roteiros desconhecidos e alargou as fronteiras da Pátria, tem sabido, séculos em fóra, construir a grandeza e a glória do Brasil."

Ao mesmo tempo, Sr. Interventor, a Comissão Executiva do Partido Social Democrático houve por bem, por manifestações igual, recomendar ao eleitorado, para os cargos de conselheiros federais, os nomes prestigiosos e honrados dos Drs. Mario Tavares e Cesar Lacerda de Vergueiro.

Seria demasiado dizer o que vale cada um desses eminentes homens públicos.

O Dr. Mario Tavares construiu a sua vida com renúncias, em proveito da causa pública. Deputado, senador, secretário de Estado, e, como deputado, líder que me fazia recordar aquela figura inesquecível de Paul de Chanel, o mais perfeito de quantos dirigiram o alto saber da Câmara Francesa nos auréos tempos gauleses, o Dr. Mario Tavares honrará esse posto como qualquer outro de alta responsabilidade que lhe fosse reservado pela confiança do Partido e que será confirmado pela confiança de São Paulo.

O Dr. Cesar Lacerda de Vrgueiro ainda esquentava os bancos acadêmicos e já, iniciava a sua carreira na vida pública. E na Câmara Federal, com dedicações impares pelo nosso querido Estado, firmou a sua reputação e aumentou o seu prestígio de homem público. Posteriormente, como Secretário de Estado, soube conduzir, como um grande paladino do bem, posto ao serviço dos interesses gerais da coletividade. Partidário dos mais eficientes, dedicado, leal e impensoal, bem soube merecer a confiança que lhe reservou o Partido, em cujas fileiras milita, para a satisfação e alegria de todos nós.

E agora, Sr. Interventor, nosso querido presidente do Partido Social Democrático, sem que ninguém se destaque e desejando que todos avancem, marchemos para as urnas confiantes na vitória, que será a vitória sagrada da democracia brasileira".

A NOTÁVEL ORAÇÃO DO SR. FERNANDO COSTA

Manifestando o seu agradecimento pela honrosa participação que acabava de receber através da palavra de um dos líderes mais prestigiados do Partido Social Democrático, o Interventor Fernando Costa proferiu o seguinte discurso:

"Meus prezados amigos.

Ao receber a notícia da vossa deliberação de apresentar o meu nome ao eleitorado paulista para o posto de Governador do nosso Estado, eu sinto o domínio de uma dupla emoção. Emoção que ascende a minha gratidão para convosco, meus amigos, pela vossa solidariedade e pela honra insigne que me conferis. Emoção que decorre do conhecimento das altas responsabilidades que vão pesar sobre os ombros de um velho servidor que bem podia aposentar-se, tão longa já vai a sua vida pública administrativa nos postos de prefeito, de secre-

tário, de ministro e de chefe de governo, postos em que, com a dedicação de que fui capaz, prestei ao meu Estado e a o País a minha modesta colaboração, compensando sempre a deficiência do meu apucado valor com a grande boa vontade de servir à nossa coletividade.

Há mais de quatro anos que, assistido com o indispensável apoio do eminent Presidente Getúlio Vargas venho administrando o nosso Estado, tendo procurado, sempre, atender com solicitude os altos interesses da coletividade paulista. Há quatro anos que tenho procurado resolver em todos os setores da nossa administração, os problemas de maior prenúncia, de modo que a nossas primeiras e mais urgentes necessidades fossem todas estudadas e atendidas.

E tudo fizemos vencendo não poucas dificuldade decorrentes do estado de guerra em que nos achavamos.

Mercê de Deus, sempre recebemos do povo paulista uma cooperação decidida que muito facilita os empreendimentos do governo e que muito contribuiu para que S. Paulo se mantivesse, durante esses período, num ambiente de ordem e de completa tranquilidade.

E bem por isso, podemos assinalar, que não obstante as dificuldades referidas, S. Paulo acentuou sempre o seu progresso.

Basta constatar-se que, no 1.^o ano de governo, o orçamento do Estado não atingia a um bilhão de cruzeiros; e hoje a sua receita ascende a cerca de dois e meio bilhões de cruzeiros.

A situação econômica é, sem dúvida o melhor índice de progresso. Quando os recursos financeiros sobem acentuam-se as possibilidades do bem estar coletivo.

Aceitando a vossa generosa indicação como candidato ao sufrágio dos nossos correligionários, no pleito de 2 de dezembro próximo, eu vos prometo trabalhar por S. Paulo e pelo Brasil, pautando a minha orientação administrativa segundo os postulados político-sociais do P. S. D.

Por S. Paulo desdobrarei todas as minhas forças, multiplicarei os meus esforços de modo que as realizações de governo atinjam e satisfaçam aos imperativos atuais da nossa administração.

Agradeço-vos, prezados amigos e companheiros do P. S. D., a confiança que depositais na minha pessoa.

Guardarei, sempre, como grande honra, a vossa solidariedade política.

Penetrados do mais elevado sentimento democrático e de respeito à liberdade das urnas, vamos para o pleito de dois de dezembro.

Que o povo de S. Paulo escolha, livremente, o seu governador, e que este governador, inspirado na fé patriótica e nas tradições de honradez dos nossos antepassados, exerça o poder com pleno respeito à Lei, ao Direito e à Justiça, e que trabalhe, sem descanso, por S. Paulo e pelo Brasil".



A
A SPECIAL A
A QUALIDADE
DO PROGRESSO

Francisco B. Machado Ferragens Ltda.

DISTRIBUIDORES PARA TODO O BRASIL

Rua México, 98 - Sala 511 - Fone 42-3646 - Caixa Postal 3342

FILIAIS EM:

São Paulo - Belo Horizonte - Recife - Porto Alegre

LINHA COMPLETA DE

Abrasivos para todos os fins - Lixa de Esmeril - Brocas
- Frezes - Alargadores, etc. - Maquinarias em geral
para oficinas.

Inaugurado um novo trecho eletrificado da Central

O percurso inaugurado é o compreendido entre Campo Grande e Santa Cruz — A solenidade inaugural foi presidida pelo Chefe do Governo, que foi entusiasmaticamente aclamado por enorme multidão — Como falou o Presidente Vargas

— Mais catorze quilometros eletrificados da Central do Brasil foram inaugurados no dia 14 de outubro pelo Presidente Getúlio Vargas, no trecho compreendido entre Campo Grande e Santa Cruz, beneficiando uma rica e prospera região do Distrito Federal. Esse melhoramento era reclamado há vinte anos.

Às 9 horas e 10 minutos o sr. Getúlio Vargas, em companhia do Major Bruno Braga Ribeiro e do Sr. Sá Freire Alvim, de seu gabinete civil, chegava à estação de Pedro II, sendo recebido pelos Ministros Mendonça Lima e Salgado Filho, Coronel Alencastro Guimarães, engenheiros, autoridades, jornalistas e pessoas de relevo em nossa sociedade, fazendo-se ouvir o Hino Nacional.

Pouco depois, em trem especial, o chefe do governo deixava a estação da Central, com destino a Santa Cruz, recebendo durante o percurso várias e calorosa manifestações populares.

A INAUGURAÇÃO EM CAMPO GRANDE

Pouco depois das 11 horas, chegava a Santa Cruz o chefe do governo. Na estação, grande massa popular, com bandeirinhas, e galhardetes. Cartazes e disticos assinalavam a importância da obra. Ao cortar a fita verde-amarela comemorativa da inauguração, fez-se ouvir o hino Nacional, repetindo-se as estrepitosas manifestações.

LOUVANDO A IMPORTÂNCIA DA OBRA

O Sr. Julio Cesario de Melo, acompanhado pelas mais destacadas figuras da localidade, receberam o Sr. Getúlio Vargas na plataforma

De um palanque armado na praça principal presidiu o chefe do governo à cerimônia da inauguração. De inicio, falou o Coronel Napoleão Alencastro Guimarães, que, referindo-se à inauguração do novo trecho eletrificado da Central, disse que o programa dessa ferrovia, dentro das instruções do Sr. Getúlio Vargas, não sofreria solução de continuidade. Depois falaram o Sr. José de Pinho, pelas classes conservadoras da localidade; Esmerino de Azevedo, pelo proletariado; a menina Ligia de Sousa Pontes pela juventude, e o aluno Neemias Rodrigues, pela mocidade, se fizeram ouvir em orações que despertaram vivo interesse.

OS ORADORES

O almoço correu num ambiente de franca cordialidade, entre vivas manifestações de estima.

O Sr. Julio Cesario de Melo foi o primeiro orador. Depois de se referir à obra que acabava de ser inaugurada, exaltou a personalidade do chefe do governo; o Sr. Carmelio Ciraudo se fez ouvir pelos trabalhadores de Santa Cruz; o operário Candido Menezes, num improviso, exaltou a obra social do governo; novamente o Sr. Cesario de Melo leu um memorial da Cooperativa dos Lavradores; o Sr. Bernardino São Cristovão referiu-se à política econômica do Presidente da República.

O Presidente Getúlio Vargas, por fim, proferiu o seu discurso e, às 14 horas deixava S. Exa. Santa Cruz, de regresso a D. Pedro II, onde chegou uma hora e meia mais tarde.

COMO FALOU O CHEFE DA NAÇÃO

O Presidente Getúlio Vargas, respondendo aos oradores, durante o almoço que lhe foi oferecido ontem, na Escola Técnica de Santa Cruz, proferiu, de improviso, um discurso no qual, de inicio, acentuou sua satisfação pelo espetáculo cívico que acabara de assistir, dizendo que ainda ressoavam em seus ouvidos os aplausos do povo que, em todas as estações da Central do Brasil, desde Campo Grande, o saudou. Mostrando o significado da inauguração de mais 14 quilômetros eletrificados de nossa principal ferrovia, o chefe do governo salientou que aquela obra era antiga aspiração popular e que se destinava a beneficiar, largamente, o subúrbio da Capital, tão populoso e progressista. O orador referiu-se,

então, à administração do Coronel Alencastro Guimarães na direção da Central do Brasil, para dizer, a seguir, que o Governo Federal não realizara, naquela região, unicamente a obra que acabava de ser colocada ao serviço público. Mais de catorze mil quilômetros quadrados de terra tinham sido saneados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento e restituídos, assim, à lavoura e à agricultura. Graças, pois, à engenharia sanitária, essa região pode se tornar útil e fecunda. Também a lavoura de Santa Cruz, através da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, pudera ser assistida e amparada, salientando que o governo teria a maior boa vontade em examinar o memorial que acabava de ser lido, e que encerrava as aspirações dos habitantes do Triângulo carioca.

O Presidente Getúlio Vargas recebendo, a cada instante, vivas e calorosas demonstrações de apreço, disse que era um homem que estava no fim do seu governo e que não aspirava mais o exercício de nenhum cargo público. Podia, por isso, falar ao povo com a necessária isenção e tolerância de espírito de modo a ser bem compreendido.

O Sr. Getúlio Vargas disse que não revidava ataques nem doestos e que procurava, mesmo, deles não tomar conhecimento. As eleições estavam marcadas para 2 de dezembro e ainda a recente modificação da Lei Eleitoral procurou reforçar essa decisão, antecipando também, para o mesmo dia, as eleições para os mandatos estaduais.

O chefe do governo prosseguindo, afirmou que não se cogitava de qualquer outra modificação, nem de golpes ou atos secretos como se anuncia com propósitos de desordem. E acentuou que, assim, podia dar aos trabalhadores em geral, às classes e mesmo aos funcionários, um conselho, o de que viessem reforçar as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro. Essa atitude tinha quatro assinaladas vantagens: 1.º — defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte de elementos extremistas; 2.º — evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem dos compromissos para com êles assumidos; 3.º — que os trabalhadores deviam ir às urnas escolhendo os representantes saídos de seu seio e interpretes de suas aspirações, e 4.º — que êsses representantes farão valer suas opiniões para uma organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas.

E o Presidente Getúlio Vargas, que era interrompido a cada instante, pelos aplausos calorosos do povo, encerrou seu improviso dizendo que essa era a orientação serena que podia dar aos trabalhadores para que sejam resolvidos os problemas políticos dentro da ordem e da lei, a fim de termos um Brasil ainda mais feliz e próspero.

THEORY AND PRACTICE

John C. Scott

University of California, Berkeley

John C. Scott

University of California, Berkeley